

HOJE NO CONSELHO DE MINISTROS

CONTRATAÇÃO E SALÁRIOS: TEMAS "QUENTES"

Resolvido o problema dos Açores com a remessa ao Conselho da Revolução do respectivo Estatuto de Autonomia, o Conselho de Ministros discute esta tarde dois projectos de diplomas legais de importância fundamental, para os trabalhadores nos próximos meses. Trata-se da regulamentação da contratação colectiva de trabalho e da definição da política salarial.

Os projectos foram elaborados pelo Ministério do Trabalho sem consulta prévia aos trabalhadores, pelo que se duvida que eles contenham disposições adequadas à defesa dos seus interesses. Na verdade, o Ministério tentou ouvir os trabalhadores e os patrões socorrendo-se do D. R. O. T. (Departamento para as Relações com as Organizações do Trabalho), sucessor do malogrado G. A. V. S. (Gabinete de Apoio à Vida Sindical). A tentativa frustrou-se dado que a maior parte das organizações de trabalhadores, como se sabe, repudiou a criação daquele organismo e recusou-se a dialogar com ele ou a responder aos seus inquéritos.

No entanto, agora que o congelamento da contratação colectiva vai terminar e diversos sindicatos (Metalúrgicos, Trabalhadores do Comércio, Construção Civil, por exemplo) se preparam para forçar o patronato a sentar-se à mesa das negociações, os dois projectos ganham particular acuidade. Com efeito, se não forem fixados prazos, extremamente curtos para as diversas fases das negociações, com recurso obrigatório à arbitragem quando se verificarem impasses, é bem possível que as associações patronais, cada vez com mais força, persistam na recusa de negociar.

Embora não se conheçam pormenores do projecto de contratação, sabe-se que se trata de um «projecto liberal» em que na fase inicial (durante

quanto tempo?) tudo é deixado à livre iniciativa das partes. Só mais tarde se recorrerá à conciliação e à arbitragem, encalando-se como medida excepcional e extrema o recurso à via administrativa para resolução dos conflitos colectivos de trabalho.

POLÍTICA SALARIAL

No que se refere ao diploma sobre salários, o projecto que se conhece, e que tem sido contestado por alguns Ministérios, as principais disposições relacionam-se com a actualização do salário mínimo nacional, com base na subida do custo de vida desde 1 de Julho de 1975 (altura em que o salário mínimo foi fixado em 4 mil escudos) e no congelamento até ao fim do ano dos salários iguais ou superiores a

12 mil escudos mensais.

Segundo dados disponíveis calcula-se que a subida do custo de vida naquele período (de Julho/75 a Fevereiro/76) atingiu cerca de 15 por cento o que implicaria somente um aumento de seiscentos escudos mensais no salário mínimo.

O projecto prevê depois que a actualização do salário mínimo se faça semestralmente, excepto se entretanto o custo de vida subir mais de 10 por cento. Quanto à actualização dos salários intermédios (entre o mínimo e os 12 mil escudos), estabelece-se um complicado esquema, a partir da fixação dos aumentos a atribuir aos aprendizes e operários não qualificados.

Além disso, o projecto contém outras modificações à legislação vigente. Assim, os trabalhadores rurais terão como ordenado mínimo 3.300\$00 mensais e os menores de 20 anos deverão receber pelo menos metade do ordenado mínimo nacional, enquanto as empresas com dez ou menos tra-

balhadores devem também pagar 3.300\$00 de ordenado mínimo. Portanto, ficam ainda de fora as empregadas domésticas, cujo ordenado mínimo será fixado de acordo com promessa do Ministério do Trabalho, até final de Abril.

Quanto ao congelamento de ordenados superiores a 12 mil escudos, o projecto abre excepções para os casos de aumentos individuais ou de promoção. É escusado dizer que os patrões têm aqui uma porta aberta para fomentarem o divisionismo entre os trabalhadores e continuarem a alargar o leque salarial.

Finalmente, só uma referência a uma disposição que os trabalhadores não vão aceitar. Trata-se da proibição de rever a contratação colectiva antes de decorridos 18 meses após a data do início da vigência do contrato. Recorde-se que o prazo de vigência da maior parte dos contratos colectivos negociados depois de 25 de Abril de 1974 é somente de um ano.



Repórter viaja ao mundo da loucura

Um repórter do «D. L.» entrou no Hospital Júlio de Matos para conhecer «por dentro» a verdade sobre aquele manicómio lisboeta e relatar aos nossos leitores como é que se vive por detrás daquelas grades e que espécie de esperança resta aos desterrados do «mundo da razão».

(Páginas centrais)

FLAMA: MAIS UMA INSOLÊNCIA

FUNCHAL, 28 — A organização independentista «Flama», distribuiu ontem à noite, nesta cidade, um comunicado sob o n.º 5/76, através do qual pretende que, por altura da visita do Primeiro-Ministro ao arquipélago, «mostrámos ao mundo que os portugueses têm medo dos madeirenses».

Neste comunicado, a chamada «Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira» não reivindica categoricamente o atentado bombista que levaria o Primeiro-Ministro e comitiva a alterar o percurso do aeroporto de Santa Catarina à cidade, mas insiste em que «foi um petardo de aviso. Um aviso dos madeirenses ao colonialista!».

Aliás, ao longo de todo o

AGRAVAM-SE RELAÇÕES RODÉSIA-MOÇAMBIQUE

«A Rodésia enfrenta hoje uma grave crise comercial, após a suspensão do tráfego ferroviário até ao ponto do Maputo (ex-Lourenço Marques)», anuncia de Salisbúria, a agência Reuter.

A medida seguiu-se à prisão de 16 ferroviários rodésianos pelas autoridades moçambicanas. O incidente registou-se na localidade da Malvéria, na fronteira Ocidental de Moçambique.

Não é conhecida qualquer justificação para as prisões que culminam o agravamento da situação na fronteira entre os dois países, que se vem adensando ultimamente com alguns recontros entre nacionalistas do Zimbábue, estacionados em bases estabelecidas em Moçambique, e forças do

regime minoritário de Ian Smith.

Ontem à noite decorriam diligências, por parte interposta, no sentido de se obter a libertação dos rodésianos detidos. Ainda segundo a Reuter, uma alta entidade dos Caminhos de Ferro de Moçambique teria estado em contacto com funcionários ferroviários rodésianos, garantindo que «tudo corria bem».

Entretanto, a paralisação do tráfego na linha do Maputo significa que cerca de 60 por cento das exportações e importações da Rodésia, sujeitas a sanções, ficarão suspensas.

DISCURSO DE SAMORA MACHEL

MAPUTO, 28 — (ANOP) — «Vencemos o colonialismo por-

tuguês que tinha raízes bem sólidas em Moçambique, e muito melhor venceremos as forças externas, sobretudo quando aparecem abertamente» — disse o presidente Samora Machel, ao encerrar a oitava sessão do Comité Central da Frelimo, referindo-se às «provações armadas constantes da Rodésia».

«As nossas vitórias, porque materializam os interesses do povo, porque consolidam a República Popular de Moçambique, enquanto base anti-imperialista e anticolonialista, suscitam a oposição e o ódio», prosseguiu o dirigente moçambicano que manifestou a opinião de que «ser atacado pelo inimigo é uma coisa boa, porque significa que nós ainda estamos na via correcta».

Horário de trabalho

Inter contra projecto de decreto-lei

Dado o seu «carácter capitalista e corporativo» a Intersindical Nacional rejeita o projecto de decreto-lei sobre o horário de trabalho.

A posição da Inter em relação a este diploma segue-se a inúmeras outras mocções de repúdio de milhares de trabalhadores. «Uma regulamentação geral do Horário de Trabalho pressupõe uma definição das condições económicas e políticas em que se insere» — acentua ainda a central única no documento. Numa altura em que os patrões regressam às empresas que abandonaram ou de que foram afastados por actos de sabotagem, não se pode pedir aos trabalhadores que contribuam para esta recuperação capitalista com um aumento, na maioria dos casos, do horário de trabalho. (Pág. 9)

INCURSÕES EM MOÇAMBIQUE CONDENADAS PELA ZAMBIA

Nacional

Política de A a Z

ELEIÇÕES À VISTA

Numa situação que é dedicada, tanto no plano político, como no plano económico, os portugueses vão-se ver envolvidos numa campanha eleitoral que promete ser uma competição dura pelo Poder. Acontecimentos recentes e que não podemos considerar cicatrizados, muito menos esquecidos, levam-nos a encarar com apreensão os dias futuros se, desde a abertura oficial da campanha, os partidos políticos e as autoridades não assegurarem condições efectivas de liberdade para a propaganda das diferentes candidaturas e a segurança dos candidatos. Declarações recentes de altos responsáveis militares devem ser consideradas como uma inequívoca garantia. As Forças Armadas declaram-se decididas a garantir a normalidade do acto eleitoral e a segurança da campanha eleitoral. Mas a garantia dada pelas Forças Armadas, se deverá representar um solene aviso aos reacconários, tem que ser correspondida por parte dos democratas com uma disciplina consciente. É, principalmente, aos militantes políticos que cabe transformar a campanha eleitoral numa afirmação da vontade popular, numa mobilização maciça do povo em defesa da Democracia e das conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974.

UM ERRO POSSÍVEL

Será profundamente errado transferir para a campanha eleitoral certas polémicas de reduzido alcance, consideradas a actual conjuntura e a presente correlação de forças. Será profundamente errado aproveitar a campanha eleitoral para arrumar contas em aberto. Estas eleições são decisivas. Nelas se joga — não, evidentemente, o futuro do País — mas, para um período de quatro anos, a possibilidade de manter e defender as conquistas populares, a Liberdade, a Democracia, a perspectiva de nos encaminharmos para um Portugal socialista. A divisão da esquerda, em sentido amplo considerada, será um gravíssimo erro. Oferece-se, nos dias próximos, mesmo que sejam necessárias concessões e se imponham sacrifícios, de cimento, na prática quotidiana, uma real unidade de todos os portugueses que não desejam o regresso de Portugal a um regime de obscurantismo, de opressão e de exploração das classes trabalhadoras. Não poderá ser ignorada, nos dias próximos, a capacidade de recuperação da «direita» reacconária, pró-fascista ou do marcelo-salazarismo saudosa. Eles estão às portas da Cidade, fortes de apoios obscuros, fortes de «quarenta e oito anos de experiência». Perante a ofensiva da «direita», a divisão dos democratas sinceros e dos autênticos socialistas, será um erro histórico.

OS PRIMEIROS PROTESTOS

A marcação, para 25 de Abril de 1976, das eleições legislativas, implica que as listas dos candidatos a deputados sejam apresentadas até 6 de Março. Este prazo, incontestavelmente curto se tivermos em conta a documentação que deverá acompanhar as candidaturas e os arranjos que, à última hora, há necessidade de realizar nos vários círculos eleitorais, despertou já protesto. O embaraço de alguns partidos é ainda agravado por não considerarem definitivamente estabelecido o número de deputados da futura Assembleia Legislativa a qual, dado a fase em que nos encontramos de elaboração da Constituição, poderá ser alterado. Admite-se, portanto, que o Conselho de Ministros seja obrigado a rectificar as disposições da lei eleitoral de modo a alargar o prazo de apresentação de candidaturas.

CANDIDATO EM CONDIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

Admitir ser candidato às próximas eleições presidenciais como admitiu no regresso de Bruxelas o general Ramalho Eanes, se as condições políticas merecerem ser qualificadas de «extraordinárias», é já uma resposta positiva. A posição do general Ramalho Eanes modificou-se. Não há dúvida que serão «condições extraordinárias», aquelas em que irá ter lugar a substituição legal, eleitoral, do actual Presidente da República. O general Ramalho Eanes não se considera um dos protagonistas políticos da corrida para Belém, mas, dentro da sua noção de dever militar, aceitará uma missão que as Forças Armadas lhe confiem em «condições extraordinárias». As actuais divisões e controvérsias políticas, a contestação da figura do general Costa Gomes de que o P.P.D. é o principal motor, podem levar o Conselho da Revolução a considerar que as eleições ocorrerão em circunstâncias político-militares extraordinárias.

DESLOCAÇÃO DE UM PROBLEMA

A candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República, agora admitida em «condições extraordinárias» desloca, do «plano político» para o «plano militar», um problema de equilíbrio entre «políticos» e «operacionais», entre «esquerda» e «direita». Uma boa solução política para o domínio do «poder civil», poderá ser uma muito discutível solução no domínio do «poder militar». Também nas Forças Armadas se levantam problemas de equilíbrio político, de correlação de forças. Não pode ser considerada concluída a arrumação das situações criadas pelo «11 de Março» e pelo «25 de Novembro». Não falamos só da arrumação legal e disciplinar, como de uma solução política que restabeleça confiança e renove potencialidades político-militares que interessam, em primeiro lugar, à própria consolidação do «25 de Abril». Esta questão está presente em muitas conversações ultimamente realizadas. Os «Capitães de Abril», não estão dispostos a regressar aos quartéis, sem adquirirem a certeza de que o País não regressará ao regime que eles baniram do Poder. Nesse sentido deverá ser compreendida a firme advertência de Vasco Lourenço.

HOJE EM CONSELHO DE MINISTROS

Contratação colectiva e política salarial

O Conselho de Ministros continua hoje a discutir alguns pontos da agenda de ontem. Entre eles, destacam-se dois diplomas do Ministério do Trabalho, um sobre contratação colectiva (ontem aprovado na generalidade) e outro sobre política salarial, os quais, em princípio, devem entrar em vigor no dia 1 de Março. Entretanto ontem o Conselho de Ministros aprovou, finalmente, um projecto de decreto-lei sobre a concessão do subsídio de Natal que revoga um diploma (corporativo) de 1972.

De resto, o plenário ministerial de ontem foi bastante curto devido ao jantar oferecido por Sauvagnargues a Melo Antunes. Apesar disso foram tomadas algumas decisões. Assim, o Conselho de Ministros «reservou-se o direito de tomar as atitudes que julgar convenientes em face de medidas de carácter unilateral que venham a ser tomadas pelo Governo da Guiné-Bissau» e deliberou enviar ao Conselho da Revolução o projecto de Estatuto dos Açores, ao mesmo tempo que reconfirmava a administração e direcção do «Diário de Notícias», lembrando que a Imprensa escrita foi declarada sector em «crise», com todas as consequências legais inerentes.

É do seguinte teor o comunicado final da reunião do Conselho:

«O Plenário do Conselho de Ministros reuniu em São Bento (residência oficial do Primeiro-Ministro), tendo tomado as resoluções e aprovado os projectos de diplomas que a seguir se referem:

1-O secretário de Estado da Cooperação relatou ao Conselho de Ministros a sua recente deslocação à República da Guiné-Bissau, a convite do respectivo Governo e a situação de aparente impasse em que se encontram as negociações bilaterais no plano do conteúdo económico-financeiro entre os dois países.

O Conselho de Ministros, ao mesmo tempo que lamentou que a oportunidade desta visita não tenha podido contribuir para eliminar recentes motivos de tensão, acerca dos quais o Governo português declina toda e qualquer responsabilidade, reafirmou o seu desejo e propósito de continuar a explorar, no âmbito de negociações bilaterais, todas as possibilidades de cooperação com os novos países de língua portuguesa, na base do respeito mútuo, da confiança recíproca, da não ingerência nos assuntos internos e do respeito pela independência e soberania dos outros Estados — princípios justamente salvaguardados nos acordos de descolonização.

Simultaneamente o Conselho de Ministros reservou-se o direito de tomar as atitudes que julgar convenientes em face de medidas de carácter unilateral que venham a ser tomadas pelo Governo da Guiné-Bissau com efeitos no plano dos interesses portugueses ou no âmbito da letra e do espírito dos acordos firmados.»

ESTATUTO DOS AÇORES

«2-O Conselho de Ministros apreciou na generalidade o projecto de Estatuto Político-Administrativo da Região dos Açores elaborado pela respectiva Junta Regional, aliás no desempenho de incumbência legal expressa.

Considerando que o projecto contém alguma matéria de natureza constitucional, o Conse-

lho de Ministros deliberou remetê-lo ao Conselho da Revolução para apreciação e aos serviços administrativos da Assembleia Constituinte para informação.

3-Considerando que o temporal recentemente verificado na ilha do Pico, nos Açores, causou significativos estragos em instalações portuárias, casas de habitação e estabelecimentos comerciais, cuja reparação é urgente efectuar, o Conselho de Ministros autorizou o Ministério das Obras Públicas, através da Direcção de Obras Públicas do Distrito da Horta, a realizar os necessários trabalhos de reparação. Para o efeito foi aprovado um projecto de lei do Ministério das Obras Públicas criando os necessários dispositivos fiscais.»

«DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

«4-Tendo o ministro da Comunicação Social dado conhecimento ao Conselho de Ministros de que a comissão administrativa da Empresa Nacional de Publicidade, editora do «Diário de Notícias», e a direcção deste jornal, haviam colocado os seus lugares à disposição do Governo, com base no clima de indisciplina interna que um grupo minoritário de trabalhadores persiste em criar, e na alegação de que se não encontram ainda criadas as condições mínimas para lhe fazer face, o Conselho de Ministros resolveu:

1-Reiterar à Comissão Administrativa da Empresa Nacional de Publicidade e à direcção do «Diário de Notícias», por intermédio do ministro da Comunicação Social, a sua confiança na acção que vem desenvolvendo e na linha de informação pluralista daquele periódico.

2-Lembrar à Comissão Administrativa da Empresa Nacional de Publicidade que dispõe de instrumentos legais adequados para fazer face ao clima de indisciplina que refere.

3-Afirmar que não consentirá que se regresse ao clima de anarquia e irresponsabilidade que dominava alguns órgãos de Comunicação Social anteriormente a 25 de Novembro.

4-Lembrar que o sector da Imprensa escrita foi declarado «em crise», com todas as consequências legais inerentes.

5-Recomendar ao ministro da Comunicação Social a aceleração das medidas em curso de reestruturação dos órgãos de Comunicação Social, nomeadamente dos estatizados.»

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

«5-Considerando que, no actual sistema de colocações de professores eventuais e provisórios dos Ensinos Preparatório e Secundário, os candidatos que, ao abrigo da legislação vigente, se apresentaram a concurso, se viram impedidos de, em tempo, ser colocados, o Conselho de Ministros aprovou um projecto de diploma dos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica que determina a aplicação do prazo previsto no artigo 3.º do diploma legislativo n.º 581/75, de 11 de Outubro, desde que a sua colocação não ultrapasse o dia 29 de Fevereiro de 1976.

O diploma estabelece ainda que esta regalia não é aplicável aos professores dos ensinos preparatório, liceal e técnico que venham a ser colocados ao abrigo do artigo 11.º

do Decreto-Lei n.º 409/A/75, de 5 de Agosto, para o qual remete o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 713/B/75, de 19 de Dezembro.»

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

«6-O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, e iniciou a discussão na especialidade, de um projecto de decreto-lei do Ministério do Trabalho que institui um novo regime de contratação colectiva. O diploma continuará a ser discutido na especialidade na próxima reunião do Conselho de Ministros, que terá lugar amanhã, e na qual será igualmente discutido um projecto de decreto-lei sobre política salarial, apresentado pelo mesmo Ministério.

7 — Foi autorizado o Ministério dos Transportes e Comunicações para celebrar, em representação do Governo Português, um acordo de associação com o Eurocontrol, Agência Europeia destinada a reforçar a cooperação no domínio da navegação aérea e organizar em comum o controlo do espaço aéreo superior dos países membros.

8 — Um projecto de decreto-lei do Ministério do Trabalho revoga o Decreto-Lei n.º 456/72, de 14 de Novembro, relativo a gratificações e subsídios.»

INDÚSTRIA DE CONSERVAS

«9 — Um projecto de decreto-lei dos Ministérios da Agricultura e Pescas e das Finanças determina a promulgação de medidas de assistência necessárias à estabilização e ao desenvolvimento da indústria de conservas de peixe em azeite ou molhos. O diploma elimina ainda as taxas que incidem sobre a exportação de conservas de peixe criadas pelo artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 26.777, de 10 de Junho de 1936, a sobretaxa que incide sobre a importação de moluscos e mariscos estabelecida no Decreto-Lei n.º 27-A/75, de 31 de Maio, quando a importação seja efectuada pelas empresas produtoras de conservas de peixe ou suas cooperativas, se as mercadorias importadas se destinarem a conservas de peixe em azeite ou molhos, e ainda, o imposto de um por cento «ad valorem» cobrado pelas Juntas Autónomas dos Portos do Algarve, relativamente a conservas de peixe em azeite ou molhos.

Os preços de venda no mercado interno das conservas de peixe das variedades de maior consumo público serão fixados por portaria conjunta dos ministros das Finanças, da Agricultura e Pescas e do Comércio Interno e revistos sempre que haja alteração significativa nos elementos componentes dos custos de produção.»

INTERVENÇÃO NO SECTOR VINÍCOLA

«10 — Um projecto de diploma dos Ministérios do Comércio Interno e das Finanças altera a redacção do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 371/75, de 16 de Julho, determinando que a comunicação a que se refere o artigo 1.º do mesmo decreto seja feita até 10 de Abril do

ano subsequente mediante declaração enviada em triplicado, por carta registada com aviso de recepção.

11 — Emanado do Ministério do Comércio Interno, foi aprovado um projecto de decreto-lei que prevê medidas de intervenção do Estado num sector do vinho de considerável importância na economia nacional, com uma produção média anual entre os 10 e 11 milhões de hectolitros (6.º produtor mundial), espalhada por uma área da ordem dos 350.000 hectares e empregando cerca de 200 000 trabalhadores rurais, o que constitui 15 por cento da população activa agrícola do País. De ora em diante os produtores que tenham vinhos que não satisficam as características legais, ou que se apresentem de feitosos ou alterados, deverão comunicar aos órgãos vinícolas das respectivas áreas a sua existência e proceder à sua entrega nos armazéns que lhes forem indicados, sendo pagos pelos preços dos vinhos destinados à destilação nas tabelas estabelecidas anualmente para as operações de intervenção.

Passam a ser necessárias para o exercício da actividade de armazenistas (comércio por grosso de vinhos e derivados) a organização e manutenção de contas correntes para o registo diário de entradas e saídas dos produtos vinícolas e a colaboração de um técnico idóneo responsável pela legalidade e qualidade dos produtos comercializados.

Terá lugar, em 1976, uma operação de intervenção por compra, à Lavoura, de vinhos da colheita de 1975, a efectuar pelos organismos vinícolas, de que podem beneficiar os produtores que em 1975 tenham tido uma produção, devidamente manifestada, inferior a 500 Hectolitros (100 pipas). Os preços para esta intervenção encontram-se em tabela anexa ao mesmo diploma.

12 — Um outro projecto de decreto-lei emanado do mesmo Ministério simplifica a cobrança das taxas que incidem sobre os produtos vinícolas e uniformiza, na medida do possível, o seu regime nas diferentes regiões. Na área do extinto Grémio dos Armazenistas de Vinhos, as taxas a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 26317, de 30/1/36, 38847, de 21/4/48, 40037, de 18/1/55, e 43550, de 21/3/61, passam a incidir sobre os produtos vendidos pelos armazenistas, sendo pagas mensalmente pelos mesmos até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que respeitem. Quando, na mesma área, o abastecimento dos retalhistas for feito através de produtores armazenistas, ou a venda a retalho tiver lugar através de produtores retalhistas, as taxas referidas passam a incidir sobre os produtos vendidos pelos mesmos produtores.

Fora da área mencionada a cobrança de taxas relativas ao vinho a granel, a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 26317, 40037 e 43550, continua a ser feita por avença, que poderá ser alterada.

As taxas a que se refere o decreto-lei n.º 45675, de 23 de Abril de 1964, aplicáveis aos vinhos verdes lançados a granel no consumo e aos vinhos estranhos consumidos também a granel na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, são ajustadas de modo a corresponderem às cobranças na área da Junta Nacional do Vinho, relativamente aos vinhos aí produzidos ou consumidos, e a que se referem os decretos-leis n.ºs. 26317 e 43550.»

post scriptum

Sou um dos que escutam a BBC

Li com muita atenção a carta do sr. António Machado, da Amadora, de 12 de Fevereiro de 1976, intitulada «Voltámos aos tempos da BBC». Está certa, é correcta e verdadeira.

Sou um dos muitos portugueses que aguardam as 23 horas para ouvir a BBC de Londres, especialmente os «despachos» dos seus correspondentes acreditados em Lisboa, conseguindo desta maneira estar atento — muito em especial — à marcha dos acontecimentos que se desenrolam em Angola e repercussões internacionais que o MPLA está solidificando no plano internacional.

O público que já se encontra ludibriado com muitos órgãos de Imprensa (alguns até estatizados) — vai-se divorciando cada vez mais do Telejornal e certa programação da TV, assim como da impopularidade informativa e sistema programático que atingiu a Radiodifusão Portuguesa.

Paulo Caldas — LISBOA

O «Boletim de Informações»

«Pertencendo à maior firma de construção civil do Norte do País e até talvez à maior de todas as não nacionalizadas, recebo duas vezes por semana o «Boletim de Informações» que, segundo reza no cabeçalho, os organismos dependentes do Ministério das Obras Públicas ou do Equipamento Social e Ambiente, ficam obrigados por um simples despacho da «fascista» datado de 24/9/38. Assim, o tipo de anúncios de obras com características coloniais eram profusamente publicadas neste boletim, sem que para isso houvesse o mínimo de distinção. Viviam-se com efeito o festival das grandezas da Nação pluricontinental, e este boletim, como se poderá observar em números anteriores a 1974 (Abril), caso seja necessário, era o seu mais fiel seguidor. No entanto, após a alvorada gloriosa da Revolução, quase nada modificou no conteúdo gráfico do boletim em causa. Agora espezinha-se a independência de Angola, num total desprezo pela República Popular daquele país e das suas instituições, quando se apresenta um anúncio para o concurso de um fornecimento de cloro, onde descaradamente e impunemente se diz que o mesmo foi publicado no «Diário da República». Veja-se até que ponto chega o saudosismo e o despudor do director daquele boletim, autêntico cacique ao serviço da grande finança patronal da construção civil por esse Portugal fora. Urge portanto denunciar, agora e já, não se permitindo às pessoas e camaradas da Informação que se demitam mais uma vez das suas responsabilidades, pois não admira que após o reconhecimento tardio do Governo angolano, por Portugal, esse boletim que chega às mãos das entidades patronais e respectivos chefes de secção, em todo o continente e ilhas, volte a trazer um anúncio doutro concurso, desta feita para o fornecimento por exemplo de asfalto.

É triste, quando ainda cá se fazem reclamações como a Casa Sonotone, Porto, Lisboa e... Luanda, e demais atentados, feitos uns e outros a espaços por todo o lado, que só denotam a falta de resignação dos exploradores colonialistas, pelos privilégios agora perdidos. Poderá esquecer-se aquele povo dos entes queridos, que cairam ou ficaram estropeados numa guerra dolorosa de catorze anos somente para defenderem os donos de escravos e o comodista que para a África foi, na mira do lucro fácil?

Apenas uma pequena informação. Pertencço à Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Sociedade de Construções Soares da Costa, com sede no Porto. Na próxima reunião conjunta com todas as comissões de trabalhadores, para a formação da Cintura Industrial do Porto, tenciono, fazer um alerta a propósito deste boletim e doutros assuntos que ainda venham a aparecer».

Eduardo José dos Santos Pereira — V. N. DE GAIA

Duas Polícias

«Li no «Diário de Lisboa» de 4 de Fevereiro de 1976 que «muitos retornados das ex-colónias se encontram a prestar serviço na Polícia», fazendo «supor que um eventual reforço da PSP venha a ser preenchido, principalmente, por retornados».

Sou uma testemunha presencial — desde o glorioso 25 de Abril — do carinho que o povo manifestava e nutria à Polícia Militar, em circunstâncias de defesa de moradores, trabalhadores, encaminhamento de doentes para hospitais, protecção de menores largados à mendicância, até propriamente à vigilância e organização de manifestações populares.

Reparo hoje, depois desta Polícia ter sido totalmente marginalizada do contacto do povo, o acréscimo de doentes, mulheres abandonadas com filhos que pedem esmolas em vários locais da cidade, sobretudo nas escadarias do Metro, em plena Baixa, junto a casas bancárias, de mistura com aleijados, etc. etc., assim como grupos de vadios que formam círculos, lançando moedas, dados, cartas, com resultados fixos na obtenção de centenas de escudos, manipulando à vontade notas de cem, com tiradas de 1500\$00 e um anel de ouro, como eu próprio assisti na Almirante Reis, próximo da igreja dos Anjos.

Por outro lado, embora não possa precisar, penso que a criminalidade aumentou após o 25 de Novembro, no que se refere a assaltos, violências, surgindo por outro lado, conforme o vosso jornal muito bem tem denunciado, uma escalada de violência da parte da PSP — vi e li atentamente os desmandos do célebre guarda António, não falando em outras cargas a pacatos cidadãos à mistura com tiros e bastonadas.

Fico apreensivo perante este dilema:

Polícia de Segurança Pública, agora reforçada com retornados das ex-colónias?

Polícia Militar, que sempre esteve ao lado do povo. O povo que o diga».

Paulo Caldas — LISBOA

A DIREITA APRESSA-SE. E A ESQUERDA?

CÉSAR OLIVEIRA

A seguir ao 25 de Novembro foi a **Reforma Agrária**. Foi depois ao iniciarem-se as conversações com o C. R. sobre o pacto, o «regresso aos quartéis», a «recusa da tutela dos militares», a luta contra «uma democracia vigiada». São agora o reconhecimento da República Popular de Angola e a exigência da simultaneidade das eleições legislativas e das eleições para a Presidência da República (com os ataques a Costa Gomes como corolário de um e de outro facto). É o «Pacto» que é grandel. É o «Pacto» que é pequeno. É a introdução «que tem umas frases»!

Aceitando o apoio de uma organização que se reclama expressamente de Staline e da «pureza socialista da URSS» antes do XX Congresso em 1956, herdeira autoproclamada dos bons tempos do PCP (da era estaliniana e da guerra fria), o PPD, assustado pela tática inteligente do Partido Socialista e receoso da **coerência capitalista** assumida pelo CDS, envolve-se em toda uma série de diatribes contra os «socialistas-marxistas» contra as ingerências soviético-cubanas em Angola (quem é que viu o PPD protestar contra a presença de tropas zairenses e sul-africanas em Angola?)

Estes são apenas alguns episódios recentes de uma ofensiva da direita cujas componentes legais, CDS e PPD, nela tentam ganhar hegemonia para capitalizarem politicamente, e não só em termos eleitorais, as dificuldades de toda uma ordem que o próprio processo de transformação por que o País teve de passar como natural consequência de tudo o que se passou antes e depois de Abril de 74, tentando capitalizar também os erros cometidos por uma esquerda que se iludiu e se autoconvenceu da certeza da sua tomada de poder, sem alianças e etapas, interpondo entre as suas acções e o próprio acto da conquista

do poder de uma terceira força intermédia que todas as organizações (desde a direita à ultra-esquerda) tentou e tenta instrumentalizar para os seus projectos particulares.

Aparentemente o que está em jogo é a conquista de votos de um eleitorado pouco maduro, sem tradições generalizadas de organização e consciência democráticas e socialistas. Todavia os votos, as pré-campanhas eleitorais, as acusações veementes e ameaçadoras e os simples «almoços de trabalho político» integram-se numa ofensiva com objectivos bem precisos e que hoje escolhe uns motivos para logo os abandonar deixando no «ar» a possibilidade de serem mais tarde «repegados», para amanhã escolher outros mais capazes de produzirem resultados imediatos. Ou seja: perdida a hipótese de enviar de forma completa e definitiva os militares para os quartéis, afastada a possibilidade de rever, na próxima assembleia legislativa, uma constituição que não permite, por via da utilização exclusiva dos mecanismos institucionais, uma recuperação «automática e rápida» da burguesia capitalista (em Portugal largamente coincidente com o capital monopolista) e não sendo já possível em Angola, pela derrota inapelável da FNLA/UNITA, tirar benefícios da «jogada» do imperialismo, a actual ofensiva da direita visará, mais do que conquistar votos ou **desestabilizar** a evolução da situação política, objectivos mais vastos que terão de destruir, «rapidamente e em força», os pólos da dinâmica capaz de relançar o socialismo. Entre esses obstáculos encontram-se os militares, delirantemente aplaudidos em Agosto, Setembro e em 25 de Novembro, e que, tendo ontem constituído obstáculo de monta às tentativas hegemónicas do PCP, terão de ser destruídos para ser hoje ou amanhã possível que as Forças Ar-

madadas sejam o instrumento que possa garantir, muito mais eficazmente que a urna dos votos ou o parlamento, a recuperação da burguesia e do capitalismo monopolista que terá de prover, na situação concreta em que decorre a vida política portuguesa, da repressão violenta e da força das espingardas.

Do que acabamos de dizer é exemplo paradigmático o que tem ocorrido com as reacções do PPD e do CDS (e dos laiaos ridículos que lhe bebem as palavras) ao reconhecimento de Angola: **este serve apenas de pretexto para afastar da mais alta instância político-militar aqueles que poderão opor-se, por coerência que decorre da sua própria oposição à anterior referida hegemonia, à utilização da força das armas para restaurar o reino da «propriedade privada como garantia da liberdade», o «Estado Social» de Caetano/Freitas do Amaral, a «social-democracia personalista» do PPD, isto é, para repor o 24 de Abril de 74.**

Todavia não se pense que não se considera, nas actuais circunstâncias, extremamente vantajosa uma vitória eleitoral do PS, a «subida» eleitoral do PCP, a unidade das forças de esquerda. O que se afirma é que a ofensiva da direita não parará à «Boca das urnas». Nem se confinará ao cumprimento das regras de um jogo no qual, por via do «Pacto MFA/PARTIDOS, das conquistas que a revolução granjeou e da capacidade ainda não destruída da esquerda, boa parte dos trunfos lhe não pertencem.

Trata-se pois para a direita de provocar conflitos e divisões nos militares, de impossibilitar a prática de acções progressivamente unitárias entre as forças de esquerda, de criar artificialmente problemas (caso da simultaneidade das eleições) para produzir desgaste e instabilidade, de forjar, **agora e já**, um clima emocional com incidências eminentemen-

te colectivas contra a Reforma Agrária, o reconhecimento da RPA, as nacionalizações, etc.

Dir-se-ia que a direita de vestes democráticas que tanto clamou por eleições livres, pelo pluralismo democrático, pela predominância absoluta das fórmulas da democracia representativa está ela própria, assustada com os resultados da lógica dos mecanismos e das instituições que antes defendeu. E a «táctica do Salami» de que se acusava o PC está a ser posta em prática exactamente nos domínios onde ainda hoje se «joga» determinadamente o próximo futuro: as instâncias do mais alto escalão de poder político-militar. Só assim se pode compreender um matutino de hoje, quarta-feira, que na primeira página, e em título «garrafal», afirmava peremptório: **Melo Antunes de acordo com Brejnev**. Quando Sá Carneiro lançou há dias o alarme para um «novo onze de Março em preparação», que outro objectivo prosseguia o ex-leader liberal do caetanismo senão o de agravar conflitos, criar suspeitas, lançar sementes de ódio, aplanar o chão do seu próprio terreno?

Em resumo: a actual ofensiva da direita, necessariamente em reforço contínuo nos próximos dias, tem por objectivo essencial, para além dos votos e da manipulação dos «retornados», a criação imediata de condições político-militares que lhe garantam uma campanha eleitoral onde tudo seja condicionado a seu favor. A suspensão do «Diabo», o reconhecimento da RPA, a defesa intransigente da Reforma Agrária, a continuidade do Eng.º Lopes Cardoso à frente do Ministério da Agricultura, o dinamismo e a sagacidade eleitoralistas do PS, constituem outros tantos avisos que a direita toma como sinais de que ainda há grandes e poderosos obstáculos no seu caminho. **Por isso a direita, o capital, apressa-se. E a esquerda? E as forças socialistas?**

O VULNERÁVEL REGIME DE KAUNDA

JEAN-CLAUDE POMONTI

LUSAKA — A «destabilização» na África Austral aplica-se, antes de mais, à Zâmbia. A vitória do M.P.L.A. em Angola apanhou de surpresa o presidente Kaunda, principal actor africano do diálogo com Pretória. A crescente ameaça de um confronto armado na Rodésia e a destruição de uma economia local fundada nos lucros do cobre, fizeram o resto: o Estado zambiano nunca se sentiu tão vulnerável desde que nasceu, em 1964.

O mal-estar é evidente. **«A Zâmbia está em guerra»**, afirmou o presidente zambiano ao anunciar, a 28 de Janeiro, a aplicação de um estado de emergência já com onze anos e um pouco esquecido. Uma crise, que nasceu de uma manifestação estudantil em favor do M.P.L.A. deu origem ao encerramento da universidade de Lusaka e à prisão de quatro professores estrangeiros e de um quarenta estudantes.

O Ministério das Finanças, no seu discurso de apresentação do orçamento, a 30 de Janeiro, predisse que o Estado não tiraria nenhum lucro do cobre em 1976: dois dias depois, o preço de venda do **mesliemil** — o alimento de base — aumentou muito. Grey Zulu, a segunda personalidade do regime, foi assobiado pela multidão quando fez uma visita a um bairro africano de Lusaka. Houve lojas pilhadas nos arredores africanos da capital e, pelo menos num bairro, o de Chawana, os representantes do partido único, UNIP preferiram fugir a afrontar o mau humor dos habitantes.

O mês passado, na **cintura de cobre**, os sindicatos de mineiros recusaram que as suas cidades fossem controladas pelo partido. As duas sociedades que exploram o cobre anunciaram, a 7 de Janeiro, que não criariam novas fábricas e limitariam o emprego de

mineiros. Um mês depois, Newstead Zimba, presidente da Confederação Geral dos Sindicatos Zambianos (ZCTU), criticou a aplicação do estado de emergência, a subida dos preços e a planificação governamental.

No plano político, o regime faz face às pressões de um **Lobby sul-africano** a favor da reabertura da fronteira rodésiana.

Após ter sido um dos mais activos partidários da U.N.I.T.A., cuja derrota o apanhou de surpresa, o chefe de Estado zambiano é agora obrigado a encarar um **modus vivendi** com o Governo de Luanda, nem que seja simplesmente para poder evacuar o seu cobre quando for restabelecido o tráfego entre a «cintura de cobre» e o porto angolano do Lobito. Mercadorias zambianas no valor de uns 150 milhões de dólares esperam nos portos congestionados da região, e 771 wagons e 6 locomotivas es-

tão bloqueados ao longo da via férrea de Benguela, em território angolano. Para mais, as possibilidades de um acordo negociado, na Rodésia, são demasiado pequenas para que se possa esperar uma reabertura próxima dessa fronteira.

Mas nem a economia nem a sociedade pós-colonial da Zâmbia podem ser os instrumentos de uma revisão que se anuncia dolorosa.

Resta ver se a profunda recessão da economia zambiana não se arrisca a exacerbar as tensões entre grupos de interesses muito divergentes. Uns desejam que a Zâmbia volte a ser um mercado sul-africano, e os outros que ela de preferência integre o grupo de Estados africanos progressistas (a Tanzânia, Moçambique e Angola). Não é certo que a aplicação do estado de emergência baste ao presidente Kaunda para manter o controlo de uma situação tão tensa.



COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

A CARRIS INFORMA :

AUTOCARROS

NOVA CARREIRA

N.º 26-A: ENTRECAMPOS-PONTINHA

A fim de ligar directamente a Pontinha e Carnide a Entrecampos, vai ser inaugurada na próxima segunda-feira, dia 1 de Março, a carreira n.º 26 - A, pelo seguinte percurso:

Entrecampos (Estação do Metropolitano), Campo Grande, Av. General Norton de Matos, Estrada da Luz, Rua da Fonte, Rua Neves Costa, Estrada da Pontinha e Estrada Militar, com término na praça a poente da referida Estrada Militar. No regresso, até ao Largo da Luz pela Estrada Militar, Estrada da Correia, Largo do Melvar, Largo do Jogo da Bola e Rua da Fonte.

TARIFAS :

Entrecampos
2\$00 Campo Grande (Norte)
4\$00 2\$00 Azinhaga das Galhardas
4\$00 4\$00 2\$00 Largo da Luz
4\$00 4\$00 4\$00 2\$00 Pontinha (Estrada Militar)

Esta nova carreira, funcionando apenas nas «horas de ponta», de segunda a sexta-feira, dará correspondência ao Metropolitano em Entrecampos.

NOTA : Na mesma data e para que as paragens, na Pontinha, se possam localizar na mesma zona, os percursos das carreiras n.º 26, 29, 41 e 41-A, no St.º André, R. Regimento de Engenharia Um, Estrada seguintes:

CARREIRA N.º 26

— Rua do Funchal, Rua da Ilha do Pico, Rua da Ilha Terceira, R. Cidade da Horta, Av. S. Pedro, R. — Rua do Regimento de Engenharia Um, Estrada Militar...

CARREIRAS N.º 29, 41 e 41-A

— Rua do Regimento de Engenharia Um, Estrada Militar...

Nacional

ANUNCIA SAUVAGNARGUES

Contactos com os olhos em África

«Portugal e França vão manter contactos regulares ao nível de Ministérios dos Negócios Estrangeiros, destinados à discussão de assuntos relacionados com o continente africano» — anunciou o chanceler francês, Jean Sauvagnargues, numa conferência de imprensa dada ontem ao fim da tarde no Palácio das Necessidades.

Sauvagnargues acrescentou: «É necessário continuar a concertar ideias para contribuir para o desenvolvimento dos países africanos numa base de independência, de respeito pelas suas opções africanas e sem ingerências externas».

Acompanhado pelo seu homólogo português, major Melo Antunes o responsável pelas relações externas do Governo Francês acentuou o clima de amizade e compreensão que caracterizou as conversações em Lisboa. «Temos posições análogas — disse, referindo-se às delegações de França e Portugal — no que respeita às relações com o conjunto dos países do Ocidente onde estamos integrados e à compreensão da necessidade e aspirações do Terceiro Mundo».

Falando das relações França-Portugal, assegurou que «o Governo Francês está disposto a ajudar Portugal a ultrapassar as suas actuais dificuldades e a aproximar-se da Europa».



Sauvagnargues disse-o: os contactos Portugal-França vão continuar. Um móbil, o mais forte: assuntos (leia-se: interesses) relacionados com o continente africano

No uso da palavra durante a troca de impressões com os jornalistas, o major Melo Antunes realçou o ambiente de cordialidade em que as conversações decorreram.

Uma informação ainda, de Sauvagnargues: «Há uma completa comunhão de pontos de vista entre os países da Comunidade Europeia quanto à ajuda de emergência a Portugal».

da de França. Estiveram presentes membros do Governo, que para o efeito interromperam a reunião do Conselho de Ministros. Sauvagnargues regressa hoje a Paris.

GISCARD VISITA PORTUGAL

É provável que o presidente francês Giscard d'Estaing venha a visitar brevemente Portugal, correspondendo assim a um convite que lhe foi dirigido pelo general Costa Gomes. Ao certo não se sabe quando esta visita é possível. Giscard tem o mês de Março muito sobrecarregado e não deverá deslocar-se o mês que vem a Lisboa — adiantou Sauvagnargues anteontem usando da palavra ao jantar. O convite no entanto foi aceite e a visita deverá fazer-se. Ontem, durante a conferência de imprensa, o ministro francês dos Estrangeiros lembrou a viagem de Costa Gomes a França no ano passado, e disse que «a França foi muito sensível ao facto de o presidente português lhe ter reservado a sua primeira visita oficial». Ontem de manhã, Sauvagnargues entregou a Costa Gomes uma mensagem de Giscard. Desconhece-se o conteúdo da mensagem, mas presume-se que ela conterá a promessa de que logo que possível, o presidente francês deslocar-se-á a Lisboa.

SAAGA

SOCIEDADE AÇOREANA DE ARMAZENAGEM DE GÁS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Sede: Instalações da Nordela

PONTA DELGADA, S. MIGUEL, AÇORES

Capital: 12.000.000\$00

São convocados os Srs. Accionistas para reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nas Instalações da Empresa, sitas na Nordela, Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, Açores, no dia 16 de Março de 1976, pelas 11 horas, a fim de:

— Discutirem, aprovarem ou modificarem o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1975.

O depósito das acções deverá ser efectuado até ao dia 5 de Março de 1976, nos cofres da Sociedade, das Sedes do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ou do Banco Português do Atlântico ou suas dependências em Ponta Delgada.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

EIVAL — Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases. S. A. R. L.

Representada por:

Eng. José Manuel da Costa Morgado
Lisboa, 27 de Fevereiro de 1976

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

AOS GRÁFICOS TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL

Os Sindicatos signatários reunidos em Lisboa em 26 do corrente, consideram:

- As conquistas dos trabalhadores não podem ser retiradas;
- O feriado de Carnaval é uma conquista de todos os trabalhadores gráficos, devidamente consignada nas respectivas contratações colectivas de trabalho;
- A maioria dos trabalhadores gráficos de todo o País, têm-se manifestado de forma inequívoca, não reconhecendo o direito nem ao Governo, nem ao patronato, de contestar o Feriado de Carnaval.

Neste sentido aprovam:

- 1 — Que a terça-feira de Carnaval é feriado obrigatório;
- 2 — Que os trabalhadores assegurem o cumprimento do estabelecido contratualmente.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1976

— Sindicato dos Gráficos e Transformadores de Papel do Distrito de Aveiro

— Sindicato dos Profissionais de Artes Gráficas e Similares da Província do Minho

— Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Centro (Coimbra)

— Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real

— Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

PUB

CASA PIA DE LISBOA

Esclarecimento

à opinião pública

O artigo publicado no jornal «O DIA» de 25/2/76 intitulado «Casa Pia de Lisboa Educar ou prostituir os jovens» é criminoso.

- 1.º — Porque tem afirmações difamatórias de jovens rapazes e raparigas na sua maior parte orfãos ou filhos dos mais explorados dos portugueses.
- 2.º — Porque generaliza arbitrariamente deixando no público leitor a ideia de que a Casa Pia de Lisboa é uma casa de prostituição, de drogados e homossexuais.
- 3.º — Porque ainda que algumas das afirmações fossem verdadeiras elas não serviam para mais do que para pôr uma marca de delinquentes a crianças que são da responsabilidade do povo português e às quais em lugar de denegrir é necessário educar. Não consta que o jornalista e os seus informadores tenham feito alguma coisa pela sua promoção.
- 4.º — Porque marginalizar jovens indefesos em nome de jogadas políticas ou dividendo eleitorais é a mais torpe das atitudes que estes e os explorados deste País não admitirão. Os crimes contra o povo não são apenas queimar searas e pôr bombas que interesses inconfessáveis e que finalidades ainda ocultas estão por detrás desta campanha?

Os responsáveis pelos alunos da Casa Pia de Lisboa, estão prontos a demonstrar que não têm estado de braços cruzados perante uma grave situação que herda e podem dar provas documentais de sucessivas diligências efectuadas junto dos vários governos provisórios.

Apesar das respostas de fundo que não dependem de nós mas do Ministério dos Assuntos Sociais não terem sido dadas, as pessoas que trabalham nesta Casa desenvolveram iniciativas pedagógicas que obtiveram resultados muito positivos e que podem demonstrar, por si, a quem de sério se preocupar com os problemas da Casa Pia que alguma coisa foi feita. Foi aberto um inquérito; os responsáveis desta Casa aguardam com serenidade os seus resultados.

José Augusto Pereira Neto
Maria Catalina Batalha Pestana Cabrito Calado
Maria da Conceição Victor Moita
Maria Elvira dos Santos Graça Rebelo Abranches
Maria Augusta Gomes Conde Amaral
José Pires
José Abílio Paulos Amaro
Carlos Pinto Ascensão

SEGUNDO A LEI ELEITORAL

Proibida a propaganda paga durante a campanha



Gilberto Lindim Ramos, Lino de Carvalho, José Manuel Tengarrinha e António Galhordas na mesa que presidiu à conferência de imprensa

HÁ TAREFAS MAIS IMPORTANTES

M.D.P./C.D.E. não vai às eleições de Abril

O MDP/CDE não apresentará candidatos às próximas eleições para não dividir votos e para se conseguir «uma poderosa, concentrada e útil votação na esquerda». A notícia foi confirmada ontem no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida pela Comissão Central daquele partido.

Tal não significa, no entanto, que o MDP se alie às eleições «ou deixe de estar presente, publicamente, durante o período da campanha eleitoral».

O Movimento Democrático Português, que adverte contra o avanço das forças conservadoras e de direita e lembra que, se estas «obtivessem uma votação maioritária rapidamente tentariam, aproveitando-se da cobertura eleitoral conseguida, encetar uma política de recuperação capitalista, necessariamente autoritária e repressiva, anulando as principais conquistas dos trabalhadores», entende que será grave erro que as forças progressistas se apresentem divididas, dispersando votos no próximo acto eleitoral e favorecendo assim as posições de direita.

A reforçar este argumento foi citado o exemplo das últimas eleições, em que o número de votos da esquerda, embora elevado, proporcionou um número reduzido de deputados por causa da sua dispersão.

Para o MDP que, se perder a sua condição de partido, regressa à posição de força política não eleitoral, dedicada à causa da unidade do povo e das massas trabalhadoras em geral, a tarefa das forças progressistas é unir to-

das as forças democráticas para lutar contra o avanço da direita e da reacção. Por tal motivo não aceita participar em frentes de esquerda que não tenham grande amplitude eleitoral, tal como a proposta pelo MES.

«Fiel a si próprio e às suas tradições unitárias», o MDP/CDE salientou que coloca acima dos seus interesses partidários «os interesses mais gerais do Povo Português».

Foi revelado ainda que, apesar de não concorrer às eleições, o MDP/CDE irá desenvolver «um sério trabalho de informação e esclarecimento junto do nosso povo e um amplo esforço de unidade, contribuindo para a aproximação de forças, sectores e correntes democráticas». Nestas incluiu o P.C.P. e o P.S., embora manifestando a sua discordância relativamente a algumas atitudes da direcção deste último. A Comissão Central do Movimento Democrático Português salientou ainda, relativamente ao P.S., que este, «pela sua implantação eleitoral, tem graves responsabilidades nas decisões que tomar, que podem ir no sentido da defesa das conquistas democráticas ou então facilitar o avanço da direita».

Em resposta a uma pergunta sobre se as decisões anunciadas significariam o fim do MDP/CDE como partido, e o regresso à constituição original de movimento unitário, foi esclarecido que só na segunda parte do congresso, a realizar em 13 e 14 de Março, seriam tomadas decisões finais a esse respeito.

L.C.I. concorre em todos os círculos

A L.C.I. anunciou ontem em conferência de Imprensa que apresentará candidatos em todos os círculos nas próximas eleições. Aproveitando a oportunidade para criticarem o Pacto M.F.A./Partidos, os dirigentes da L.C.I. avançaram com a ideia da realização de um congresso de sindicatos pro-

nunciando-se a favor da unidade sindical.

A L.C.I. divulgou também a intenção de dirigir uma carta aberta a todos os partidos de esquerda no sentido de se conseguir «uma plataforma de entendimento com vista a combater o bloco social da reacção que se apresentará às eleições».

A apresentação de candidaturas para as eleições à Assembleia Legislativa só pode ser feita até ao dia 6 de Março, desde que se mantenha a data de 25 de Abril para o acto eleitoral, como já foi publicamente anunciado pelo Presidente da República. Deste modo restam seis dias aos partidos políticos, que se «perderam» nas negociações do Pacto e exigiram a realização de eleições o mais rapidamente possível.

Na verdade, a lei reguladora do sistema eleitoral ainda não publicada mas divulgada agora nos aspectos essenciais através de uma nota oficiosa do M.A.I. que seguidamente, prevê que a apresentação de candidaturas se faça até 50 dias antes do acto eleitoral.

Em relação ao conteúdo, daquele diploma vale ainda a pena salientar que após a publicação do decreto que marque a data das eleições, o que se espera aconteça nos primeiros dias da próxima semana, é proibida a propaganda política através de meios de publicidade comercial.

NOTA OFICIOSA

É o seguinte o texto da nota oficiosa que recebemos do M.A.I.:

«Artigo 1.º (Círculos eleitorais)
1.º O território eleitoral divide-se, para efeitos da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa, em círculos eleitorais.

2.º Os círculos eleitorais coincidem com as áreas dos distritos administrativos, são designados pelo mesmo nome e têm por sede as suas capitais.

3.º Os cidadãos eleitores residentes no estrangeiro são agrupados em dois círculos eleitorais, um abrangendo todo o território dos países europeus, outro englobando todos os demais países dos restantes continentes, e ambos terão a sua sede em Lisboa.

Artigo 13.º (Poder de apresentação de candidaturas)

1.º Só podem apresentar candidaturas os partidos políticos.

2.º Nenhum partido poderá apresentar mais de uma lista de candidatos no mesmo círculo eleitoral.

3.º Os partidos políticos poderão apresentar candidaturas de deputados independentes desde que como tal declaradas.

Artigo 14.º (Coligação ou frentes de partidos para fins eleitorais)

1.º É permitido a dois ou mais partidos apresentarem conjuntamente uma lista única, desde que tal coligação ou frente, depois de autorizada pelos órgãos competentes dos partidos, seja anunciada publicamente até ao início do prazo referido no n.º 2 do Art. 16.º

2.º As coligações ou frentes para fins eleitorais não carecem de ser anotadas pelo Supremo Tribunal de Justiça, devendo porém ser sempre comunicadas, até ao início do período da campanha eleitoral, à Comissão Nacional de Eleições.

3.º As referidas coligações ou frentes deixam imediatamente de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições, salvo se forem transformadas em coligações ou frentes de partidos políticos mediante o preenchimento das condições estabelecidas no Artigo 12 do Decreto-Lei n.º 595/74, de 7 de Novembro.

4.º É aplicável às coligações ou frentes de partidos, para fins eleitorais, o disposto no n.º 3 do Artigo 12 do Decreto-Lei n.º 595/74 de 7 de Novembro.

Artigo 16.º (apresentação das candidaturas)

1.º A apresentação das candidaturas cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos.

2.º A apresentação faz-se até cinquenta dias antes da data prevista para a eleição, perante o corregedor-presidente do círculo judicial com sede na capital do distrito e, nos círculos eleitorais de Lisboa e Porto, perante o corregedor-presidente da 1.ª Vara Cível.

3.º A referência feita neste preceito, bem como noutros artigos deste diploma, ao «corregedor-presidente do círculo judicial», «corregedor», ou «corregedor do círculo judicial», devem considerar-se como feitas, para os casos específicos dos distritos autónomos de Angra do Heroísmo e da Horta, ao juiz de Direito da comarca de Angra do Heroísmo e ao juiz de Direito da Comarca da Horta, respectivamente.

4.º Terminado o prazo para apresentação das listas, o corregedor mandará afixar cópias das mesmas à por-

ta do edifício do tribunal.

Artigo 17.º (requisitos formais da apresentação)

1.º A apresentação consiste na entrega da lista contendo os nomes e demais elementos de identificação dos candidatos e a declaração prevista no n.º 5.

2.º Cada lista será ainda instruída com documentos que façam prova bastante da existência legal do partido proponente e da capacidade eleitoral dos candidatos, bem como, em relação ao mandatário, dos elementos constantes do n.º 2 do Art. 19.º

3.º No caso de a lista ser apresentada por uma coligação ou frente, devem os partidos proponentes fazer prova bastante dos requisitos exigidos no n.º 1 do Art. 14.º

4.º Para os efeitos do disposto no n.º 1, devem entender-se por demais elementos de identificação os seguintes: idade, número, arquivo de identificação e data do bilhete de identidade, filiação, profissão, naturalidade e residência.

5.º Para efeitos da prova da capacidade eleitoral passiva e da aceitação da candidatura, ilidível a todo o tempo, deverá ser apresentada declaração assinada por todos os candidatos, conjunta ou separadamente, da qual conste:

A) São maiores de 18 anos,
B) Não estão abrangidos nem pelas inelegibilidades gerais, nem pelas locais, nem pelas incapacidades cívicas fixadas no Decreto-Lei n.º 93-A/76 de 29 de Janeiro,

C) Não se candidatam por qualquer outro círculo eleitoral nem figuram em mais nenhuma lista de candidatura.

D) Aceitam a candidatura.

6.º Para a prova da existência legal do partido proponente, juntar-se-á certidão ou pública-forma da certidão do Supremo Tribunal de Justiça comprovativa de que o partido já se encontra legalizado ou requereu a sua legalização e fez entrega da documentação referida no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 595/74, de 7 de Novembro, sem prejuízo, neste último caso, dos efeitos próprios do despacho de indeferimento que venha eventualmente a ser proferido sobre aquele requerimento.

7.º É necessária também a apresentação de certidão de inscrição no recenseamento, passada pela competente comissão de recenseamento, identificando o requerente em função dos elementos referidos no n.º 4 deste artigo.

8.º Os candidatos que não se encontravam inscritos no recenseamento anterior deverão juntar ao respectivo processo de candidatura, até 48 horas seguintes após o termo do recenseamento, a certidão prevista no número anterior.

9.º No caso de o candidato não cumprir o previsto no número anterior, o seu lugar na lista será automaticamente ocupado pelo primeiro candidato suplente cujo processo de candidatura preencher a totalidade dos requisitos legais.

Artigo 20.º (recepção das candidaturas)

Findo o prazo para a apresentação das listas, o corregedor sem prejuízo do disposto no Artigo 16.º, n.º 3, verificará, dentro dos dois dias subsequentes, a regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que o integram e a elegibilidade dos candidatos.

Artigo 21.º (irregularidades processuais)

Verificando-se irregularidades processuais, o corregedor mandará notificar imediatamente o mandatário da lista para as suprir no prazo de três dias.

Artigo 22.º (rejeição das candidaturas)

1.º Serão rejeitados os candidatos inelegíveis.

2.º O mandatário da lista será imediatamente notificado para que proceda à substituição do candidato ou candidatos inelegíveis, no prazo de três dias, sob pena de rejeição de toda a lista.

3.º No caso de a lista não conter o número total de candidatos, o mandatário deverá completá-la no prazo de três dias, igualmente sob pena de rejeição de toda a lista.

4.º Findos os prazos dos n.ºs. 2 e 3, o corregedor, em vinte e quatro horas, fará operar nas listas as rectificações ou aditamentos requeridos pelos respectivos mandatários e fará afixar à porta do edifício do tribunal as listas rectificadas.

Artigo 23.º (reclamação)

1.º Das decisões do corregedor relativas à apresentação das candidaturas poderão reclamar, até quarenta e oito horas após a notificação da decisão, para o próprio corregedor, os candidatos, os seus mandatários e os partidos políticos concorrentes à eleição no círculo.

2.º O corregedor deverá decidir no prazo de quarenta e oito horas.

3.º Quando não haja reclamações ou decididas as que tenham sido apresentadas, o corregedor mandará afixar à porta do edifício do tribunal uma relação completa de todas as listas admitidas.

4.º Ao governador civil será enviada cópia das referidas listas.

Artigo 24.º (sorteio das listas apresentadas)

1.º Findo o prazo do n.º 2 do Arti-

go 16, e nas vinte e quatro horas seguintes, o corregedor procederá ao sorteio das listas que tenham sido apresentadas à eleição, na presença dos candidatos ou seus mandatários, para efeito de lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto.

2.º A realização do sorteio não implica a admissão das candidaturas, devendo considerar-se sem efeito relativamente à lista ou listas que, nos termos dos Artigos 22, 23, 24 e seguintes venham a ser definitivamente rejeitadas.

Artigo 28.º (recurso para o Tribunal da Relação)

1.º Das decisões finais do corregedor relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal da Relação do distrito judicial respectivo.

2.º O recurso deve ser interposto no prazo de quarenta e oito horas, a contar da afixação das listas a que se refere o n.º 3 do Artigo 23.

3.º No caso de recursos relativos aos círculos judiciais dos Açores, a sua interposição perante o Tribunal da Relação de Lisboa poderá ser feita por via telegráfica, sem prejuízo do posterior envio de todos os elementos de prova referidos no Artigo 30.

Artigo 30.º (requerimento de interposição de recurso)

O requerimento da interposição do recurso, do qual constarão os seus fundamentos, será entregue ao competente Tribunal da Relação, acompanhado de todos os elementos de prova.

Artigo 31.º (decisão)

O Tribunal da Relação, em plenário, decidirá definitivamente no prazo de quarenta e oito horas, comunicando telegraficamente a decisão, no próprio dia, ao corregedor.

Artigo 68.º (publicidade comercial)

A partir da publicação do decreto que marque a data da eleição, é proibida a propaganda política feita directa ou indirectamente através de meios de publicidade comercial.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde de Redondo, 60, 2.º, 3.º, 4.º 5.º, LISBOA

COMUNICADO N.º 40 DIRECÇÃO

FIM AOS SANEAMENTOS ARBITRÁRIOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO I

O Alentejo está na mira de qualquer reacção que se preze. Já antes do 25 Novembro assim acontecia e, depois dessa data os ataques aos trabalhadores alentejanos, redobram de furor. As ordens de despejo, os ataques cerrados à Reforma Agrária e a enorme provocação às gentes alentejanas, que foi o desembarque dos Comandos aerotransportados, não são mais do que significativos indícios do ódio que os reacccionários sentem pelos trabalhadores alentejanos.

Não muito diferente destes ataques e, até mesmo muito semelhantes pelo conteúdo reacccionário que tem, é a ordem dada pelo Ministério do Trabalho, ao subinspector Pegado, da delegação de Beja, para que regresse a Lisboa. O Dr. Pegado goza da confiança geral dos trabalhadores que recorrem aos serviços da delegação do M. T. de Beja e, segundo parece, nos tempos que correm isso é motivo suficiente para o saneamento, no qual o sr. Ministro do Trabalho está tão empenhado.

O nosso Sindicato denuncia mais este saneamento antioperário do cap. Tomás Rosa e solidariza-se com todas as medidas que os trabalhadores de Beja tomarem, face à agressão de que são vítimas.

DR. PEGADO PARA A DELEGAÇÃO DE BEJA, JAI A LUTA CONTINUA! UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

Lisboa, 26/2/76.

pel'A DIRECÇÃO
Joaquim Venâncio



**BOUTIQUE
OBJECTOS
DECORAÇÃO**

delfim RUA CASTILHO, 34

Nacional



Costa Brás foi à Dinamarca e a França indagar do papel que lhe compete, agora, como Provedor de Justiça

A função do provedor da Justiça, cargo criado no nosso país, pelo Decreto-lei n.º 212 de 21 de Abril de 1975, foi o tema da comunicação apre-

Bastonário dos Advogados defende a criação do cargo de Provedor de Justiça

sentada na Ordem dos Advogados, pelo seu bastonário, dr. Mário Raposo.

«Acolhido na nova Constituição sob impulso do P. S., P.P.D. e C.D.S., o provedor de Justiça será o que for a sociedade portuguesa», afirmou Mário Raposo a uma assistência bastante numerosa, dela se destacando o próprio provedor de Justiça, tenente-coronel Costa Brás.

Na sua palestra, Mário Raposo começou por evocar o primeiro Congresso Nacional dos Advogados realizado em 1972, salientando que foi durante as suas sessões que pela primeira vez se preconizou o sistema do «Ombudsman» (provedor de Justiça), personalidade que permite a cada cidadão apresentar as suas queixas através de meios informais.

O bastonário da Ordem dos Advogados faria depois referência aos aspectos próprios que o sistema adquire em cada país onde é adoptado, citando como exemplo o caso do «Ombudsman» dos países escandinavos, que pode agir por iniciativa própria, depois de os cidadãos lhes apresentarem directamente as suas queixas, e os casos do «mediateur» francês e do «parliamentary commissioner for administration» britânico, aos quais as queixas são feitas por intermédio de um membro do Parlamento. «Ao nosso provedor de Justiça», esclareceu o dr. Mário Raposo, «é atribuída, no diploma que o criou, uma ampla esfera de competência, cabendo-lhe, além da função de «controlo» da administração (compreendendo, além da ad-

ministração central, a administração local e as empresas públicas), funções de análise crítica da legislação vigente e funções consultivas.»

O bastonário da Ordem faria ainda comentário à nomeação de um militar para desempenhar este cargo, que, em sua opinião, deveria ser ocupado por um advogado.

O mesmo disse Costa Brás, que falou em seguida. Acentuou que deveria haver um esclarecimento recíproco entre procurador e população, dadas a difusão de funções do primeiro.

Referindo-se à adaptabilidade do Instituto no nosso país, declarou que fora inteirar-se «in loco» de como se procedia na Dinamarca e em França, verificando que enquanto no primeiro daqueles países o cargo

é exercido com eficiência, em França acontece «um pouco do que temia para aqui: uma função politizada e uma não convicção profunda da capacidade de intervenção do mediador que lhe não pareceu ajustado ao seu próprio serviço».

Costa Brás manifestou ainda

uma certa dúvida quanto à eficiência imediata das suas funções, dado o «espírito negativista» que entre nós, prevalece relativamente a estas instituições e a não existência, por enquanto, de condições que permitam a capacidade de resposta que considera mínima.

Monumentos nacionais serão conservados

A conservação de imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público foi objecto de um decreto do Ministério do Equipamento Social, que introduz alterações à lei que, desde 1932, regulava o procedimento nesse sector.

Assim, os imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público, mas de propriedade particular, não poderão ser diminuídos ou destruídos.

Segundo a nova redacção do decreto, os proprietários e usufrutuários dos referidos

imóveis são obrigados a proceder à execução das obras de conservação que lhes sejam ordenadas pelas instâncias competentes.

Se as obras não forem iniciadas ou concluídas dentro dos prazos fixados, serão executadas pelo Estado, correndo o seu custeio por conta dos proprietários ou usufrutuários.

Nos casos em que se comprove que os proprietários ou usufrutuários não possuem meios para o pagamento integral das obras, o custo será suportado, total ou parcialmente, pelo Estado.

Empreendimento Ferroviário de Sines / Concurso Público

Concurso Público para a arrematação da empreitada de construção das seguintes obras de arte do Empreendimento Ferroviário de Sines:

- 1 — Ponte sobre o rio Sado
- 2 — Ponte sobre a ribeira da Marateca

Integradas no lance Poceirão-Sado, nas modalidades cujas bases de licitação, caução provisória e prazos de construção se indicam:

MODALIDADE A

Totalidade das obras (2 pontes)

— Base de licitação	258 000 000\$00
— Caução provisória	6 450 000\$00
— Prazo	11 meses
— Com a conclusão da ponte da Marateca ao fim de	9 meses

MODALIDADE B

Construção da PONTE SOBRE O RIO SADO

— Base de licitação	160 000 000\$00
— Caução provisória	4 000 000\$00
— Prazo	11 meses

MODALIDADE C

Construção da PONTE SOBRE A RIBEIRA DA MARATECA

— Base de licitação	98 000 000\$00
— Caução provisória	2 450 000\$00
— Prazo	9 meses

No caso de o concorrente apresentar proposta para a modalidade A e para outra das modalidades B e/ou C, será dispensado da caução provisória correspondente às modalidades B e C.

A construção das duas obras de arte (ponte sobre o rio Sado e ponte sobre a ribeira da Marateca) só poderá ser adjudicada ao mesmo empreiteiro se este tiver apresentado a sua proposta segundo a modalidade A.

Alvaras exigidos: Empreiteiros nacionais de obras públicas, III categoria, 2.ª subcategoria e da classe 4 B para as modalidades A e B e da classe 4 A para a modalidade C.

Local, data e hora limite para entrega das propostas e documentação referida no programa do concurso:

Serviços de Secretariado da Comissão Administrativa da C. P.
Calçada do Duque n.º 20, em Lisboa, no dia 12 de Abril de 1976, às 17 horas.

Local e data de abertura das propostas:

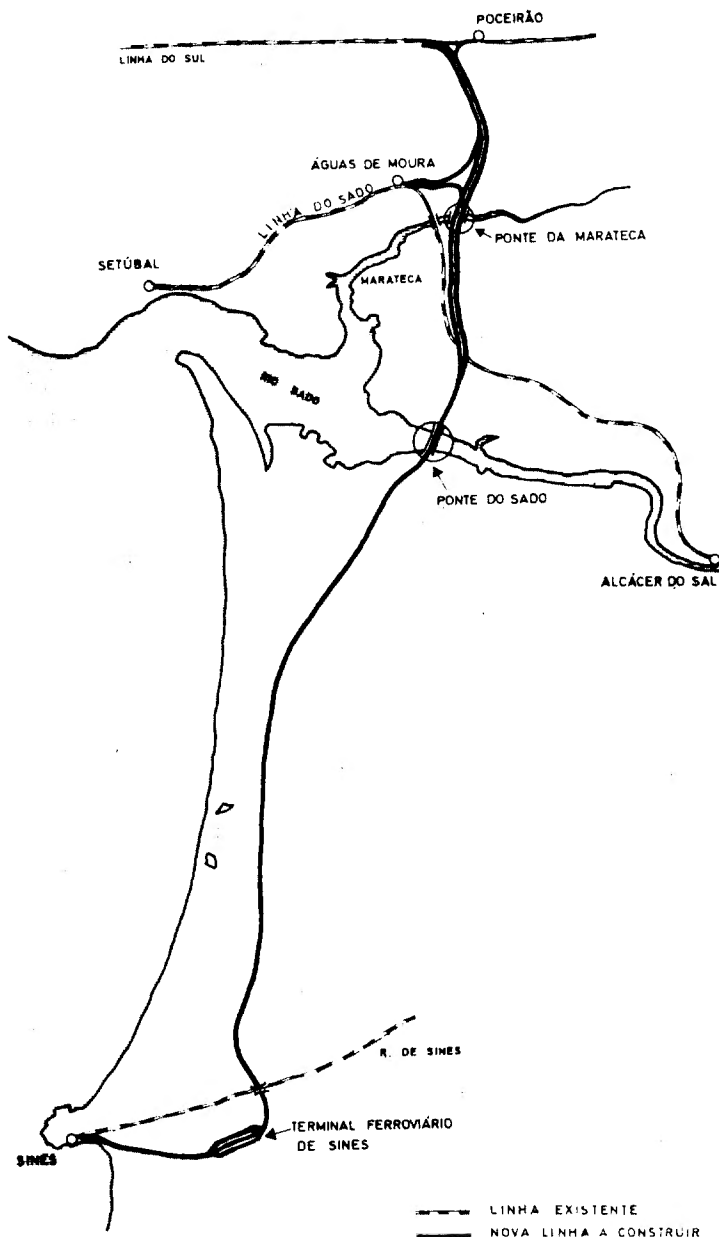
Sede da Companhia — Calçada do Duque n.º 20, em Lisboa, no dia 13 de Abril de 1976, às 15 horas.

Local e horário para exame do processo:

Direcção de Equipamento da C. P. — Equipa de Projecto de Sines
— Avenida da República n.º 66-1 -Dt — Lisboa, em todos os dias úteis (de 2.ª a 6.ª feira) e nas horas de expediente (das 9 horas e 30 minutos às 13 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos) onde os concorrentes poderão, a suas expensas, obter cópias do processo de concurso.

O Presidente da Comissão Administrativa da C. P.

a) Eng. Amílcar Marques



— LINHA EXISTENTE
— NOVA LINHA A CONSTRUIR

Caminhos de Ferro Portugueses

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

(EMPRESA NACIONALIZADA)

Previne os seus Clientes e Fornecedores que os Escritórios da Empresa em Lisboa, Almada e Setúbal estão encerrados nos dias 1 e 2 de Março (Tempo eventualmente a compensar).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1976.

Não pinte os cabelos
USE Restaurador Olex
e os seus cabelos voltarão à sua cor primitiva

Costa, Lda

BAR BLUFF

Serviço e ambiente seleccionados

BOITE

DE SABADO A TERÇA-FEIRA, FAÇA DO SEU CARNAVAL... UMA VERDADEIRA FESTA!

Rua Marechal Saldanha, 6 (St. Catarina) — LISBOA-2
Telefone 365859

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECCOES

Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 16, 55-C — LISBOA



SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSON — Organização especializada em prótese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1.º Esq.

PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — FARO: Rua Ivens, 24-26

Nacional



Um flagrante do encontro de ontem, com Blasco Hugo Fernandes na presidência da mesa

Agricultores exigem extinção dos foros

«Nós, agricultores foreiros, desde há longos meses, desde muito antes do 25 de Abril, que lutamos para que acabe esta forma de exploração mais velha que a Sé de Braga.»

Com estas palavras apresentou-se aos órgãos de Informação um grupo representativo do Movimento Para a Extinção dos Foros na conferência de Imprensa que decorreu ontem no Sindicato dos Rodoviários, com a colaboração do C.R.A.R.A.

Explicaram como e quando se tinha formado o movimento. Deram conhecimento das diligências levadas a cabo junto do Presidente da República e do ministro da Agricultura para conseguirem que o decreto-lei, que põe fim aos foros, seja publicados no «Diário do Governo». Um decreto já aprovado no V e no VI Governos.

O movimento nasceu em Julho de 1975, na sequência das reuniões de foreiros, da freguesia de Sebal Grande, concelho de Condeixa. Criada a organização promoveram algumas iniciativas nomeadamente a manifestação-comício realizada no Arenal-Sobreiro em 5 de Outubro de 1975 a concentração, de 17 de Janeiro de 1976, em Coimbra, junto do IRA e do Quartel-General no sentido de pressionar a saída do decreto. Nesta altura o movimento para a Extinção dos Foros já tem implantação nacional.

Os pequenos agricultores do norte e centro encontram-se numa situação difícil pois o

prazo de pagamento dos foros termina hoje 28 de Fevereiro) e foram ameaçados com os tribunais e o pagamento em triplicado. Por isso exigem a publicação imediata do decreto e que o mesmo tenha efeitos retroactivos pois «de contrário tudo isto será uma injustiça».

Os foreiros avistaram-se com o chefe do gabinete do ministro da Agricultura e com o eng.º Sottomayor, da Presidência da República que lhes garantiram que o decreto ia ser publicado. Aconselharam-nos, portanto a não pagarem os foros.

Os pequenos agricultores, porém atingiram um ponto de saturação. Estão cansados de ser explorados, das ameaças da G.N.R. instigada pelos donos dos foros, dos processos nos tribunais e das despesas que têm pago nos diversos processos onde os envolveram. Há um exemplo flagrante da luta dos agricultores do Campo do Conde, da freguesia da Vila da Rainha, concelho de Soure (Coimbra). Numa área média de meio hectare dividido por 513 proprietários o foro atinge meio alqueiro de milho por 540 metros quadrados e uma galinha por cada lavrador.

Em 1854 os agricultores recusaram-se a pagar os foros que abrangiam um quarto da produção, segundo os contratos com os senhores.

A luta é antiga. No entanto, depois do 25 de Abril, os foreiros acreditaram «que alguma coisa iam ganhar com a queda do fascismo».

Carlos Brito na Amadora

Em defesa do M.F.A.

«A celebração do Pacto representa uma derrota para as forças políticas que visam su-

balternizar o Conselho da Revolução, liquidar o papel político do M.F.A., remeter aos quar-

téis os militares do 25 de Abril, grandes obreiros do derrubamento do fascismo» — afirmou ontem à noite, num comício realizado na Amadora, Carlos Brito, do Comité Central do P.C.P.

Carlos Brito afirmou depois que o seu partido ainda considera o M.F.A., apesar da evolução à direita que registou depois do 25 de Novembro, «uma barreira indispensável à defesa da nossa situação democrática, dos seus numerosos e poderosos inimigos».

Referindo-se às razões pelas quais o seu partido assinou o Pacto, Carlos Brito disse que não tinha persistido nas objecções e discordâncias que francamente colocaram já que

Benavila

P.C.P. comenta recusa do P.S. ao inquérito

«Negando-se a participar no apuramento imparcial da verdade dos factos e insistindo na manutenção de um conflito que só a falta de esclarecimento alimenta, o Secretariado do P.S. presta um mau serviço aos trabalhadores alentejanos, à Reforma Agrária e à Democracia portuguesa», sublinha uma nota do Secretariado do Comité Central do P.C.P. a propósito da recusa do P.S. da proposta da comissão distrital de Portalegre do P.C.P. de constituição de uma Comissão de Inquérito, composta por elementos dos dois partidos e presidida por uma personalidade independente destinada a apurar a verdade sobre os incidentes de Benavila.

A nota do P.C.P. refere ainda que «não seria a participação de comunistas e socialistas numa comissão mista que iria permitir especulação sobre eventuais alianças entre partidos que estão juntos no Governo e cujos militantes, em inúmeros casos concretos, chegam ao entendimento comum».

Numa outra nota o Secretariado de Informação e Propaganda do P.C.P. denuncia o

Jorge Campinos "vende" turismo

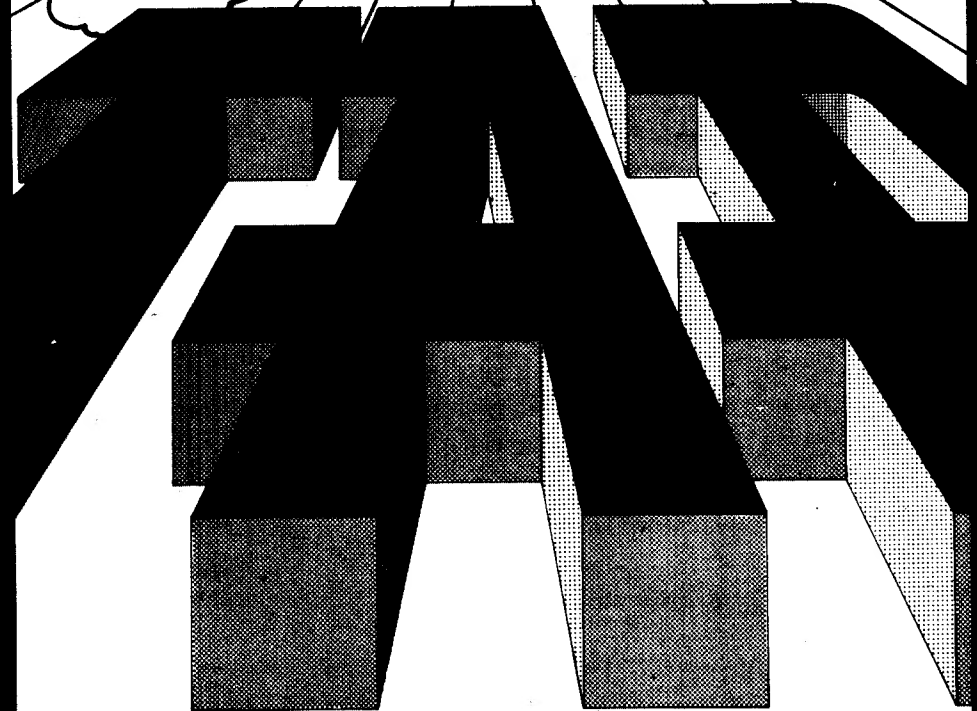
Parte amanhã para Berlim, o ministro português do Comércio Externo e Turismo, Jorge Campinos. Naquela cidade, participará na Bolsa Internacional de Turismo, procurando «motivar os operadores internacionais para o turismo português».

De Berlim, Jorge Campinos seguirá para a Suécia, onde vai igualmente incrementar a «promoção turística portuguesa».

O regresso a Portugal está previsto para quinta-feira.

Por outro lado, é muito provável que o ministro português se encontre muito brevemente com o seu homólogo espanhol. Todavia não estão ainda marcados o local e data do encontro. A reunião que até poderia ser em Madrid, teria como finalidade a preparação de acordos turísticos entre os dois países.

NOVOS RUMOS! AGORA, CARACAS E MILÃO!



Por si a TAP corre mundos,
porque é Você que faz crescer a TAP!
Você e o seu constante vai-e-vem!
Agora, também para Caracas e Milão!
Voos para Milão às 4.ª, 6.ª e domingos;
com regresso no mesmo dia.
Para Caracas, às 4.ª e sábados
e regresso às 5.ª e domingos.
Para si, para melhor o servir,
a nova dinâmica TAP.

Consulte o seu Agente de Viagens

TAP

TRANSPORTES
AEROS PORTUGUESES

FEIRA DO TURISMO

STANDS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

DIA 26, das 17 às 19 horas

DIAS 27, 28 e 29 das 13 às 19 horas

GALERIAS DO HOTEL RITZ

RUA JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR — LISBOA

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Coimbra

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra

COMUNICADO

Tem-se notado ultimamente cada vez com mais insistência os esforços desesperados que o Ministério do Trabalho tem desenvolvido em dividir os trabalhadores e interferir no movimento sindical com o sentido propósito de o enfraquecer e limitar a sua capacidade reivindicativa.

Esses esforços, que visam defender os interesses da burguesia e a recuperação do capitalismo, têm tido da parte dos trabalhadores a resposta que merecem.

Assim, e na ânsia de limitar as conquistas alcançadas por estes, foi em tempos, promulgado um decreto que definia os feriados a respeitar durante o ano, com prejuízo do que sobre a matéria existisse nos contratos colectivos. Os trabalhadores protestaram de imediato contra esta atitude unilateral, e a dar razão aos seus protestos está o próprio conselho de ministros ignorar o que o próprio decreto, vem considerar a 3.ª feira de Carnaval como tolerância de ponto para o funcionalismo público. Aham correcto e foi de facto dos nossos companheiros da função pública, terem este dia, que merecem, mas acham igualmente que temos os mesmos direitos, aliás, definidos pelos nossos C. C. T.

Entendem assim as direcções destes sindicatos que todos os trabalhadores deverão, nos seus locais de trabalho, desenvolver todos os esforços para que seja observado o feriado de 3.ª feira de Carnaval, sem para que tal seja necessário fazer qualquer compensação como o próprio Ministério do Trabalho, numa tentativa de distorcer o erro cometido.

A DIRECÇÃO

Fernando Vitório de Carvalho
Carlos Alberto Almeida

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DE TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE COIMBRA

Isabel Silva
Augusto Domingos

COIMBRA, 26 de Fevereiro de 1976.



Sempre a Aprender

Você é jovem e todos os dias parecem trazer algo de novo. Você quer experimentar tudo o que é bom. É por isso que você experimenta os tampões Tampax desde a sua primeira menstruação.

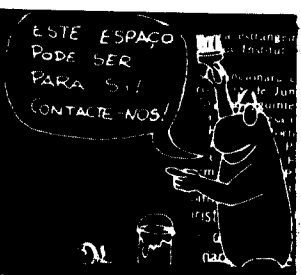
Eles dão-lhe a liberdade de fazer as coisas que você quer, todos os dias do mês. Você pode nadar, e até mesmo o mais reduzido bikini não revelará o seu segredo. Isto porque você usa tampões Tampax de uso interno. O que significa, também, que não há cheiros, ardor, irritação ou chumaços volumosos. Os tampões Tampax estão à venda em dois tipos de absorção. — regular e super — em embalagens normais de 10, ou em embalagens económicas de 40.

Você pode estar no período e mesmo assim sentir-se confortável e segura. Isto é algo que vale a pena aprender.

A protecção interna em que mais mulheres confiam



PEÇA UMA AMOSTRA A:
ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA.
R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2 - LISBOA



Nacional



O chefe do Estado-Maior do Exército ontem à chegada a Lisboa. Ramalho Eanes tinha começado por cortar cerce todas as especulações sobre uma eventual candidatura sua à Presidência da República; agora admite-a, embora «só em circunstâncias extraordinárias»

RAMALHO EANES À CHEGADA

"Só aceito a candidatura em circunstâncias extraordinárias"

A candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República não foi novamente confirmada nem desmentida ontem, pelo próprio logo após a sua chegada de Bruxelas, onde, durante cinco dias, visitou

a sede e as instalações da NATO.

Sem entrar em maiores detalhes, o chefe do Estado-Maior do Exército limitou-se a dizer que a sua posição continuava inalterável quanto a essa pos-

sibilidade, ultimamente referida com insistência: «Só a aceitaria em circunstâncias extraordinárias».

Entretanto os contactos que manteve na Bélgica foram considerados como «conversas informais», oportunidade em que «Portugal foi tratado como parte inteira e de pleno direito na Organização». Eanes desmentiu que a presença de comunistas no Governo tivesse provocado alguma frieza: «Esse assunto não foi abordado. A NATO não pretende intrrometer-se nos assuntos internos de Portugal». Da mesma maneira, como «um assunto interno de Portugal» foi considerado o caso do reconhecimento da República Popular de Angola, com o qual a Organização do Tratado do Atlântico Norte nada tem a ver, «muito embora tenha necessidade de se interessar pelos seus membros».

O C. E. M. E. não comentou o Pacto M. F. A.-Partidos, mas considerou as palavras do Presidente Costa Gomes, proferidas na altura da assinatura, como «suficientemente esclarecedoras».

Recrutas até 1975 não incorporados passam à reserva

Um despacho do Estado-Maior do Exército determina que sejam incorporados na reserva territorial os recrutas em situação militar regular que, tendo estado prontos a incorporar em 1975 e nos anos anteriores, por qualquer motivo o não foram.

Exceptuam-se os indivíduos com habilitações correspondentes às matrículas em cursos superiores ou outras de grau mais elevado, para os quais o regime de incorporação na reserva territorial é o seguinte: serão incorporados na reserva territorial aqueles que tenham ficado prontos a incorporar em 1975 e que, cumulativamente em 31-12-75 tivessem vinte e seis anos de idade ou mais, excepção feita aos alunos e diplomados nos cursos de arquitectura e medicina, para os quais o limite etário é fixado em 28 e 30 anos, respectivamente.

Este despacho não é aplicável aos indivíduos que foram abrangidos pelas amnistias de Maio e Outubro de 1974, para os quais o Decreto-Lei n.º 656/75 preconiza medidas específicas.

A regularização da situação militar dos indivíduos abrangidos pelo referido despacho é levada a cabo nos distritos de recrutamento e mobilização.

PUB SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os motoristas do Sector da Indústria Química, para um Plenário de Trabalhadores Químicos, a realizar no dia 1/3/76, SEGUNDA-FEIRA, pelas 20.30 horas na VOZ DO OPERÁRIO, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discussão do A.C.T. Vertical

O CONTRATO É TEU! PARTICIPA!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA!
EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL!

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1976

A DIRECÇÃO



TORM LINES

Para:

BARCELONA—ALGER
MALTA e ALEXANDRIA

n / m «TORM GUNHILD»

em 3 de Março p. f.

OS AGENTES GERAIS:



SOGIEDADE COMERCIAL
OREY, ANTUNES S. A. R. L.
Praça Duque da Terceira, 4 Tel. 36 60 56 / 36 22 66
Lisboa 2 Portugal



SURDOS CASA SONOTONE

É PRECISO OUVIR
BEM PARA SER FELIZ

Estamos na época de Carnaval. É nestes dias que há mais divertimentos. Há necessidade de ouvir bem para estarmos a par de tudo o que nos dizem. Venham fazer um exame e uma demonstração que é gratuita com os melhores aparelhos do Mundo. Óculos só de encostar à cabeça sem fios nem pipetas. LARINGES ELECTRÓNICAS para os operados à laringe. Assistência técnica a todos os aparelhos do Mercado. Vendemos pilhas de todas as voltagens. Também somos oculistas.

Esperamos a vossa visita ansiosos e reconhecidos em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33 S/L — Telef.: 86 83 62
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef.: 02-315602

Intersindical condena projecto da lei do horário de trabalho

A Intersindical Nacional exige que «não seja aprovado o projecto de decreto-lei do Ministério do Trabalho sobre o horário de trabalho nacional, pelo seu carácter capitalista e corporativo, e que seja aberto um novo período de discussão pública da Lei do Horário de Trabalho».

«Uma regulamentação geral do horário de trabalho pressupõe uma definição das condições económicas e políticas em que se insere» — salienta-se em documento agora divulgado.

«E partindo dessas condições, necessariamente objectivas, que se pode prever e regular, a nível nacional, uma matéria, como esta, de múltiplas implicações económicas e sociais, com reflexos na produção global e sectorial, ao nível e condições de vida dos trabalhadores, no seu direito ao trabalho e ao repouso e tempos livres. Por outro lado, essa regulamentação reflectirá necessariamente o estágio de desenvolvimento económico, social e político da sociedade, o modo e as relações de produção nela existentes.

Tendo em conta estes princípios, poderá avançar-se na análise das questões relacionadas com a duração do trabalho, tomando como ponto de partida e de referência constante a situação real das classes trabalhadoras neste momento no nosso país e a situação real da economia nacional na fase actual.»

OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS NO MOMENTO ACTUAL

Depois de salientar que as classes trabalhadoras continuam a lutar por uma sociedade socialista e pela consolidação das conquistas do 25 de Abril, prossegue a Intersindical:

«Uma etapa importante cumpriu-se com a nacionalização da banca e da actividade seguradora, bem como de sectores fundamentais da economia nacional. Na verdade, as nacionalizações foram e continuam a ser factor primordial na transformação da sociedade portuguesa, pelo que representam como elemento impulsor da economia sob controlo directo dos trabalhadores. No entanto, para que elas não percam este seu carácter eminentemente progressista, importa que seja atingida uma segunda meta, a da reestruturação e reconversão da economia nacional, de forma a que sejam criados sectores de actividade amplos, estruturados e articulados que permitam um progresso rápido e harmonioso da economia a nível global. Tal reestruturação constitui, simultaneamente, passo indispensável no desmantelamento completo dos grandes grupos monopolistas que, com o apoio do imperialismo, foram os sustentáculos principais do regime fascista.

«Ora esta segunda etapa não foi cumprida e as medidas mais recentes do VI Governo (e outras que se preparam) visam a recuperação de todo o processo desencadeado em 25 de Abril de 1974 pelo capitalismo nacional e internacional, em prejuízo das conquistas mais importantes dos trabalhadores.

«Por isso, a Intersindical Nacional entende serem objectivos prioritários no momento actual: a defesa das principais conquistas revolucionárias dos trabalhadores, em especial as

liberdades democráticas (entre as quais a liberdade sindical, base da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical), as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo da produção, condições essenciais para que se avance para uma sociedade em que seja abolida a exploração de classe; a reestruturação económica numa base antimonopolista, condição do avanço do processo político rumo à democracia e

tronato, que desta forma os conserva e das escassas alterações de vulto que prevê em relação ao decreto caetanista de 1971, que pretende revogar.

Para além deste carácter capitalista, o projecto de diploma conserva do anterior decreto a perspectiva de conciliação de classes e de intervenção governamental homogenizadora, característica corporativo-fascista, que se denuncia junto dos trabalhadores.

Aspecto particularmente gra-

alterável pela contratação colectiva;

— Não reconhecimento expresso e inequívoco dos horários inferiores a 40 horas, actualmente previsto nas convenções colectivas e apenas por seu intermédio alteráveis;

— Permissão de horários superiores a 45 horas;

— Homologação ministerial para as reduções de horário superiores a 45 horas;

— Permissão do trabalho contínuo mediante homologação ministerial, mesmo no caso de a ele se oporem as organizações dos trabalhadores;

— Permissão de trabalho em dia de descanso semanal, através de homologação ministerial;

— Obrigatoriedade de prestação de trabalho extraordinário em certos casos;

— Não fixação de percentagem certa para a retribuição de todo o trabalho nocturno;

— Não previsão do regime geral de meio-dia de descanso suplementar;

— Toda a regulamentação do trabalho por turnos;

— Sancionamento da actual regulamentação do horário de trabalho portuário e a bordo, piscatório, subterrâneo e em transportes públicos;

— Discriminação dos trabalhadores com contrato de serviço doméstico e dos trabalhadores rurais.

«A Intersindical denuncia — a terminar — perante todos os trabalhadores os métodos e fins da exploração capitalista contidos no projecto sobre Horário Nacional de Trabalho, ao prever descaradamente o aumento dos ritmos e cadências de trabalho como compensação das reduções de horário conquistadas. Esta uma característica geral da sociedade capitalista, em que o patronato, quando obrigado a ceder a certas reivindicações dos trabalhadores, procura impor outras formas repressivas de compensação que lhe permitam manter e aumentar a sua taxa de lucro. É o caso dos aumentos de preços perante o aumento dos salários, é o caso da imposição de ritmos de trabalho desumanos perante a conquista de reduções de horários.»

ve neste momento é o da exclusão do regime geral proposto dos trabalhadores das empresas concessionárias e subconcessionárias de serviço público, das empresas públicas e das empresas nacionalizadas. Esta exclusão é grave porque revela o propósito de para esses trabalhadores criar um regime de horário mais pesado.»

Outros aspectos do projecto de decreto-lei merecem o mais vivo repúdio da central única de trabalhadores. Eis alguns desses casos:

— Não reconhecimento do princípio do máximo de 8 horas de trabalho diário, apenas

Soda Póvoa: projecto não serve

Os trabalhadores da Soda Póvoa decidiram «não aceitar» o projecto de horário nacional, em plenário realizado na quinta-feira. Num comunicado agora distribuído, a comissão de trabalhadores faz várias críticas ao projecto, considerando que «aqueles que prestam entre 40 a 45 horas semanais verão agravados os seus horários até 45 horas, sem que aqueles que prestam mais de 45 horas seja reduzido.»

Os trabalhadores consideraram também que o projecto não salvaguarda «os direitos adquiridos pelos trabalhadores», nomeadamente em relação às remunerações de trabalhos extraor-

ao socialismo e da defesa das principais conquistas dos trabalhadores.»

CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Ao apreciar, no concreto, o projecto de diploma sobre o Horário Nacional, afirma a Intersindical:

«Do articulado proposto ressalta a manutenção de uma perspectiva marcadamente capitalista, de acordo, aliás, com medidas legislativas recentemente publicadas. Tal perspectiva resulta dos privilégios concedidos nesta matéria ao pa-

A QUESTÃO DAS CREDENCIAIS

Ministério acusado de "sacudir a água do capote"

Centenas de trabalhadores, comissões de trabalhadores e delegados sindicais reuniram-se, ontem à noite, na Faculdade de Engenharia do Porto para discussão do problema das credenciais das empresas em autogestão e cooperativas e para a discussão de um anteprojecto de decreto-lei sobre a transferência dos poderes de gestão para os trabalhadores em determinadas situações concretas.

O problema das credenciais mereceu particular atenção, tendo sido aprovada por unanimidade uma proposta em que se manifesta o «repúdio pela atitude do Ministério do Trabalho ao transferir, a responsabilidade da passagem de credenciais para outros ministérios, quando é aquele o autor e responsável pela presente situação».

A proposta afirma ainda: «Assim exige-se a passagem

imediate e definitiva de credenciais a todas as empresas que delas necessitem e a publicação urgente de decreto-lei normalizando a situação de todas as empresas geridas pelos trabalhadores».

O problema referido naquela proposta foi esclarecido pelo Secretariado das empresas em autogestão como uma tentativa de dividir e dificultar a vida dos trabalhadores, obrigando-os a ter que obter credenciais em vários ministérios e não no Ministério do Trabalho como consideram justo. Efectivamente, esses processos correm hoje por diversos ministérios onde os antigos patrões contestaram nomeadamente a gestão dos trabalhadores e isso traduz-se, na prática, pelo aumento das dificuldades a essas empresas geridas pelos trabalhadores.

Foi ainda aprovada por unanimidade uma outra proposta

P. GANIGUER, LDA.

Em risco de desemprego cerca de 110 trabalhadores

Cerca de 110 trabalhadores da fábrica de cortiça «P. Ganiguer» estão em risco de ficar no desemprego.

No dia 3 de Julho de 1973, ardeu um dos oito armazéns daquela empresa, sem, contudo, impedir que os seus operários ali continuassem a trabalhar. Conseguiram sempre assegurar, pelo menos até agora, os postos de trabalho e os salários.

O Supremo Tribunal de Justiça, porém, em acórdão de que foi relator, o juiz, dr. Eduardo Correia Guedes, decidiu que a fábrica deixou de existir. Com base nesta decisão, o senhorio pretende despejar a fábrica.

Os trabalhadores tentam evitar o desemprego e para a defesa dos seus direitos já entraram em contacto com o Ministério do Trabalho. Entretanto, no próximo dia 4, por iniciativa do juiz do 13.º Juízo Cível, dr. Cardona Ferreira, vai ser levada a cabo uma tentativa de conciliação com o senhorio, para impedir a acção de despejo.

Previdência em debate

A situação financeira e a reestruturação da Previdência com gestão e controlo dos trabalhadores será matéria em debate no Encontro Nacional a realizar em Coimbra nos fins de Março, por iniciativa da Intersindical Nacional, em colaboração com uniões e federações sindicais de todo o País.

O secretariado provisório das comissões administrativas das Caixas de Previdência fará nesse encontro o balanço da actividade sindical na gestão daquelas instituições consagrada através da criação de um Conselho Coordenador da Previdência, em Julho do ano passado. A extinção deste conselho, decidida recentemente pelo secretário de Estado da Segurança Social, será também motivo de discussão. Recor-

da-se que a decisão governamental levantou uma vaga de protestos da parte das classes trabalhadoras.

Estão já em curso os trabalhos preparatórios do encontro. Na sua elaboração participam, inclusivamente, Sindicatos não filiados na Inter e muitas organizações de trabalhadores. As inscrições estarão abertas até 13 de Março.

Por outro lado, no próximo dia 6, reunião em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, as comissões administrativas das Caixas de Previdência de todo o País. No plenário será feita a análise da forma como a Secretaria de Estado da Segurança Social está a concretizar a reestruturação do sector. Proceder-se-á também à eleição do novo secretariado das comissões administrativas.

CIRES

"Indesejáveis" da Sede falam com Marcelo Curto

O Ministério do Trabalho mantém a ordem de suspensão da transferência dos dez trabalhadores da Cires (sede) para as instalações fabris de Estarreja, depois de uma reunião do secretário de Estado do Trabalho com dirigentes do Sindicato dos Escritórios e trabalhadores daquela empresa, em que o problema foi ventilado.

Durante a audiência, os trabalhadores puseram o dr. Marcelo Curto, ao corrente de alguns factos menos conhecidos, na intenção de provar que o «processo do assalto-transferência da Sede era uma peça do despedimento» de dez pessoas, não podendo ser encarado como uma «transferência normal e corrente».

Recordaram, por isso, os antecedentes da transferência, designadamente a tentativa falhada de levar a cabo «saneamentos», a falta de justa causa para despedimentos, a instauração de um processo (que se alongou por «falta de matéria para formação de notas de culpa»), retirada do material de trabalho e «assalto» às instalações.

«Alguns factos imediatamente anteriores à transferência-assalto provam que não havia interesse do ponto de vista da empresa, nem a mínima intenção que uma transferência normal se viesse a verificar», argumentam os trabalhadores da sede, adiando: «Em Outubro de 1975 foram gastos cerca de cem contos na modificação e alargamento das instalações da sede. Com cer-

teza que se estivessem a pensar na transferência, tal não aconteceria. Em Novembro, a administração redigiu um documento em que explicava a não conveniência de transferência».

Recorde-se que a transferência do recheio da sede foi imposta aos trabalhadores desta no dia 8 de Janeiro, na sequência do que estes consideram um verdadeiro assalto às instalações, levado a cabo por operários da fábrica de Estarreja. A esta acção não teriam sido estranhos os administradores da Cires, Sociedade de Resinas Sintéticas, através de alguns elementos da sua confiança, na comissão de trabalhadores.

No encontro com Marcelo Curto, os dez elementos da sede referiram indícios «de que o assalto-transferência só funcionaria para se poderem despedir os dez indesejáveis».

O caso Cires é relevante, apesar do pequeno número de pessoas envolvidas — lembram os trabalhadores da sede. Assim: «o facto de se tratar de uma pura perseguição política em relação aos trabalhadores que não são subservidores em relação aos seus exploradores, e que reivindicam e exercem o direito de livre expressão das suas ideias, dá a este processo uma importância superior ao do número de pessoas por ele atingidas, exactamente porque abre um grave precedente que se poderá vir a passar em mais larga escala».

Nacional



Mais um cigarro. O repórter não se faz rogado, embora o pedido seja feito numa linguagem sub-humana.

O meu primeiro dia de internamento como «pseudo-enfermo» do Júlio de Matos não ficaria pelo que foi contado no anterior apontamento de reportagem. Aquela entrada no mundo da loucura iria processar-se através de várias e bem penosas experiências. Depois do almoço, feito no exterior do hospital, voltei com a ideia fixa de visitar os pavilhões 30, 32, 33 e 34, assim como a «Clínica de Mulheres». Sabia, por recomendações anteriores à minha decisão de internamento, que se tratava de «pontos fulcrais» da estrutura clínica (ou aquilo que dela existe) do Júlio de Matos. Sobre os pavilhões que designo por números.

Qualquer destes pavilhões tem funções específicas nessa estrutura. Assim, no 30 estão internados os doentes que eu chamo «cíclicos»: esquizofrénicos, neuróticos que têm comportamentos razoáveis durante largos espaços de tempo e só de quando em quando entram em crise mais ou menos aguda. No 32 encontram-se os portadores de taras de marca profunda, quase todos psicóticos graves, com perversões sexuais visíveis e dificilmente controláveis, portanto também praticamente irreversíveis. Chama-se-lhe vulgarmente o «pavilhão dos T.S.» (tarados sexuais), denominação que a teoria «freudiana» repudia por demasiado grosseira. No pavilhão 33, as psicoses ali existentes, tanto quanto consegui apurar (repare-se que eu não podia arriscar-me a fazer perguntas como um vulgar repórter: era apenas «mais um doente»), arrastam o doente para a violência e para o crime. «Entre os crimes patológicos o crime neurótico é uma acção não adaptada à realidade e que tem por sentido reduzir uma intensidade interior» (D. Lagache, «A Psicanálise», interpretação sobre os trabalhos da investigação psicanalítica). Freud sugeriu em 1915 a explicação do crime por um sentimento de culpabilidade pré-existente, o que, ainda segundo Lagache, se confirma em certo número de casos, em-

bora interfiram por vezes outros mecanismos neuróticos. No pavilhão 34 encerram-se os doentes que entraram já naquela fase que a Psiquiatria designa por «gatismo». É uma fase de desagregação total da personalidade, quase poderemos dizer que a ponta final de todo um processo evolutivo da doença, onde o homem se deixa esmagar pelo irracionalismo e resvala para um comportamento perfeitamente animal. Nesta fase a irreversibilidade é absoluta.

A HUMILHAÇÃO DA ESPÉCIE

A minha entrada nestes pavilhões tornou-se impossível. Os enfermeiros que neles montam guarda têm ordens rigorosíssimas para não franquear as portas dos mesmos «a ninguém» e muito menos a outros doentes, a não ser através de um salvo-conduto passado pela Comissão Instaladora. Consequi, no entanto, espreitar o 33 e o 34. À hora a que o pude fazer (seriam as quatro e meia da tarde) os doentes pareciam ter entrado numa fase de passividade que não é o normal do 33. Apenas um, ao ver-me assomar a uma das janelas (janelas com segurança), depois de me dardejear com um par de pupilas de fogo arremessou a «beata» que fumava contra a vidraça. Veio mesmo em direcção à vidraça com ar feroz. Retirei-me, receoso de vir a ser o culpado de qualquer crise súbita, o que não só prejudicaria o doente e o funcionamento da enfermaria como ainda poderia contribuir para qualquer suspeita da parte do pessoal hospitalar sobre a minha estadia naquele local. No 34, porém, tive a possibilidade de assistir melhor ao comportamento dos enfermos. Mas o que vi deixou-me profundamente triste e magoado. A condição a que chegaram aqueles homens é chocante. Rojam-se como animais, numa indiferença total por si próprios e pelo que os rodeia, fazem as suas dejectões onde calha (até sobre a mesa onde comem), lambu-

zam-se ou lambuzam os demais com os excrementos, sujam as paredes e os vidros das janelas, as camas, todos os objectos. Urinam-se sem se sentirem. Riem-se alvarmente ou guardam silêncios terríveis, hostis, metidos num canto, perdidos de si e do mundo em que vegetam. Sai do meu posto de observação com a alma negra, um vômito a subir-me à boca, a face estriada de lágrimas. Um espectáculo arrepiante, a que eu não seria capaz de voltar a assistir. É, sobretudo, uma humilhação da espécie.

Nem tudo, porém, é assim horrível no Júlio de Matos. Nesse mesmo dia estabeleci contacto com dois doentes «excepcionais»: o Vitor e o Ismael. O primeiro conta-nos uma história breve e amarga que, a ser verdade, tem o seu quê de tocante: — Estou aqui há dezoito anos. Eu era oficial da Marinha Mercante. Uma mulher entrou na minha vida e deu-me volta ao miolo. Tive de ser internado. A minha família abandonou-me por completo. Sou descendente de um general, a família é gente de posses. Por isso não compreendo o abandono. Como vê, não tenho roupa que se veja, não tenho nada. Acredito profundamente em Cristo. Dizem que nas minhas crises pretendo reencarnar Jesus. Mas sei que no meio deste inferno em que vivo a fé é a única coisa que me aguenta. Quando me sinto resvalar para o desespero, e tenho então tentações suicidas, rezo. Mas, como isso não chega, recorro aos médicos. A grande maioria são meus amigos e ajudam-me a ultrapassar a crise com tudo o que têm ao alcance, incluindo um pouco de ternura. Fora disso, pratico a caridade para com os meus companheiros de desgraça. Lavo-os quando se sujam, dou-lhes muitas vezes o que me faz falta a mim. Já tenho ido pedir para as portas das igrejas e, do que trago, distribuo pelos outros.

NOITE DE PAVOR

O Ismael tem outras

«ideias». Gosta que o olhem como um revolucionário.

— Já fui MRPP (a frase não é nossa, é do Ismael). Agora sou anarca.

Encontra-se no Júlio de Matos desde os 14 anos, com grandes espaços de tempo junto da família. É avesso ao cumprimento de horários e à medicação. Hoje tem 25 ou 26 anos.

Mas a noite chegou. Antes do jantar sou chamado pela enfermeira de serviço. Identifica-me e pergunta-me:

— O sr. tem medicação?

Respondo que penso que sim. Ela consulta a minha ficha e diz:

— Tem, tem. E vai tomá-la agora.

Com isto é que eu não contava. Sempre supus que me seria possível fugir à medicação. A melhor forma seria aceitar os medicamentos (três comprimidos), fingir que os ia tomar de imediato e, mais tarde, atirá-los fora. Mas o zelo da enfermeira não me deixou concretizar a manobra. Ela própria foi buscar um copo de água, abriu-me a boca:

— Vá, tome lá.

Que remédio! Engoli o S.O.S. (era assim que estava designada na ficha a mistela) e pensei com os meus botões: «Estou tramado». Mas a zelosa enfermeira ainda me recomendaria:

— Jante o que quiser, mas evite tomar bebidas alcoólicas.

Ossos do ofício. Não tardou que uma terrível sonolência me começasse a invadir. Era mais do que sonolência: era um invencível torpor. E começou uma luta decerto pouco vulgar no Júlio de Matos. Porque ali o doente ou toma ou não toma (escapando-se por meios que só mais tarde eu aprenderia a usar) os medicamentos. Se os toma (e muitas vezes é ele quem os pede), procura tirar deles o maior efeito possível. Rende-se, numa palavra. Mas eu não queria nem podia render-me. Tinha de ficar acordado. Tinha de viver aquela primeira noite de manicómio com os sentidos bem alerta, pois as-

VIAGEM AO MUNDO

"Sent quando

sim mo ordenava o sacrifício que exigira de mim mesmo ao internar-me. Jantei no meio duma inconsciência quase total (ao ponto de não me recordar o que comi) e supus:

— Depois da refeição fico melhor.

Não fiquei nada. Fiquei pior. Arrastei-me até à enfermaria que me tinha sido destinada e atirei-me para a cama. «É preciso manter-me acordado. É preciso...» Estrebuchei, usei os dedos para manter os olhos abertos. A luz da enfermaria foi apagada por volta das 23 horas. Em plena escuridão apercebi-me ainda de alguns dos ruídos da enfermaria: um doente soltava uma espécie de uivo intermitente que terminava num «grrrrrrrr» felino; outro (atrasado mental dos seus dezoito anos) lançava de quando em quando um som que eu registei nos dias seguintes como sendo: «mããããã...huuummm». Era nitido, como vim a verificar. E, de súbito no poço. Mas não tardou que um terrível pesadelo me despertasse em pleno pavor: senti sobre mim a queda de um corpo humano que estrebuchava ou tentava enlaçar-me. O primeiro pensamento (no manicómio é impossível fugir-lhe), apesar do efeito dos

medicamentos, foi: «estou a ser atacado!» Despertei por completo, sentado sobre a cama, tendo aos pés da mesma o corpo de um negro (esquizofrénico) que eu, em pleno pavor, conseguia lançar para ali com um golpe de pernas. Ia saltar do leito convencido de que o negro me atacara, quando um companheiro «normal» (estava no final da cura duma depressão sem consequências) me gritou:

— Não se assuste! Este maluco do caraças andou para aqui aos baldões até que caiu na sua cama.

REPORTAGEM DE FOTOS DE RU

O negro gemia. Havia caído numa crise de ansiedade (foi o que me contaram mais tarde) e pôs-se a andar de um lado para o outro na enfermaria e em completa escuridão. Derrubara duas mesas de cabeceira e, por fim, «aterrara» sobre mim. Tinha um metro e oitenta e um arcaboço hercúleo. Mas



Um sonho? Um pesa

DA LOUCURA (2)

“Senhor doutor, o que é que vou para casa?”

... não atacava ninguém. De qual-
quer modo o susto ficou. Le-
vantámos o negro (apesar da
sua linguagem o companheiro
«normal» tratava os outros
doentes com uma ternura pou-
co vulgar num homem tão ru-
de) e voltei a deitar-me. O efei-
to do medicamento manti-
nha-se e, por mais que não qui-
sesse, depressa adormeci.

O DESPERTAR NO MANICÓMIO

Só despertei por volta das
nove horas da manhã. Emergi,
diria melhor. Lentamente, co-

JOSUÉ DA SILVA
I PACHECO

...mo os mergulhadores em des-
compressão. Sacudiam-me por
um braço. Era o meu compa-
nheiro «normal»:

— Olá, bom dia. Tome o seu
pequeno-almoço.

Olhei para a mesa de cabe-
ceira. Num daqueles horríveis
pratos de lata vi um líquido de
cor acastanhada. Ao lado,

meio «casqueiro» besuntado
de «margarina». Aproximei o
nariz do prato e retirei-o com
um esgar. O companheiro «nor-
mal» riu e disse:

— É café com leite.

Sim, mas o prato tinha entra-
nhado um inesquecível cheiro
a gordura. Claro que não to-
quei numa coisa nem outra. De
resto, se quisesse beber o **café
com leite**, teria de o sorver do
prato como um cão. Levan-
tei-me. Fui-me lavar a um dos
sujíssimos lavatórios da enfer-
maria. Tive de limpar-me aos
restos dum ex-colete-de-forças,
pois as toalhas (ou que nos
davam como toalhas) acha-
vam-se no chão, emporcalha-
das. Mal abandonei a enferma-
ria, avisaram-me de que antes
do almoço não podia faltar à
medicamentação. Engoli em
seco. O companheiro «normal»
viu a minha perturbação e se-
gredou-me:

— Se não quiser, não tome.
Sabe como é que deve fazer?
Aceita os comprimidos, me-
te-os na boca à frente da enfer-
meira ou enfermeiro, entala-os
nos dentes e bebe só a água.
Depois atira-os fora.

Venho até à porta do pavi-
lhão. Logo me surge a primeira
visão deprimente do dia: um
doidinho andava por ali, junto
ao pavilhão, nu da cintura para



Um dos incríveis «refeitórios» do Júlio de Matos



delo pavoroso?

baixo. Passeava para cá e para
lá, como qualquer pessoa nor-
mal bem vestida. Fui chamar
uma empregada, que tratou de
levar o doente para o interior
do pavilhão. A manhã estava
fria, mas ele não sentia o frio.
Ria-se para a empregada. E
veio o já clássico pedido do
cigarro. Fiz uma distribuição
generosa — mais um maço ao
desbarato. Assaltaram-me de
todos os lados. E eis que de
repente tenho o meu encontro
com aquilo que classifiquei de
«a lógica da loucura». Um
doente aproxima-se, leva-me
um cigarro e lume, fica junto
de mim. É comunicativo, ou es-
tá em fase de tal. Pergunta-me:
Que é que tens? Tás maluco?

— Não. É uma coisa ligeira.

— Vais ter visitas? Quem é
que vem ver-te? A tua mulher?
Os teus meninos? O teu irmão?

Respondo:

— Sim. Todos.

— Como é que se chama
o teu irmão?

Lembro-me dum nome ao
acaso:

— António.

— António? Ah! E onde é
que está o relógio do teu ir-
mão?

— Não me chateies. Sei lá
onde está o relógio do meu
irmão.

— Tens rádio?

— Não.

— Atão vês televisão.

— Vejo.

— Ah! Ah! Eu logo vi que
estavas maluco.

Mas repare-se na tendência
deste doente: ele inventa para
os outros a família e as visitas
que nunca tem, visto que é um
dos muitos «abandonados» do
Júlio de Matos. Trata-se dum

correlação normal: as suas
conversas incidem sempre so-
bre o mesmo ponto, ou seja
as visitas da família. São imen-
sos os casos de doentes
«abandonados» naquele hospi-
tal cuja principal obsessão é
o retorno a casa, quer dizer,
ao meio familiar que lhes falta.
Por isso se ouve perguntar
constantemente aos médicos
que passam pelos corredores:
«Senhor doutor, quando é que
eu vou para casa?» Certamen-
te que tal não acontece só com
os «abandonados», mas eu vi
como são estes os que mais
teimam nessa ideia. Trata-se
de preencher um vazio que
eles, apesar de doentes men-
tais, sentem no mais profundo
de si próprios.

Na segunda-feira:
«A minha fuga do
manicómio»

CASA

SOU 1.º SARGENTO
DA FORÇA AÉREA

Há 2 meses procurando casa
de renda compatível com os
meus vencimentos. Falhados
todos os processos normais,
dou 10 000\$00 (as minhas eco-
nomias) a quem me alugue
urgentemente 4 assoalhadas em
Alfragide até 3 500\$00.
Tel. 63 33 60

Em ABRANTES o DIÁRIO DE
LISBOA vende-se na firma Casa-
ca Martins, Lda. Praça Vis-
conde de Abrançalha

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal

Sede: Avenida 5 de Outubro, 121-1.º — Telefone 22047
SETÚBAL

Delegações: Rua Carvalho Serra, 36 - B — A L M A D A
Rua Miguel Pais, 172 — BARREIRO

MOÇÃO

Considerando que as Contratações Colectivas de Tra-
balho (CCT) são conquistas alcançadas através das justas
lutas dos trabalhadores.

Considerando que em todos ou quase todos os C.C.T.(s)
que este Sindicato subscreveu vem como conquista a Ter-
ça-Feira de Carnaval.

Considerando que o Decreto-Lei 713-A/75, anula a con-
quista de Feriado na Terça-Feira de Carnaval.

Considerando que em reunião de Conselho de Minis-
tros foi decidido conceder tolerância de ponto na Terça-
Feira de Carnaval aos Funcionários Públicos, contrariando
assim o disposto no citado Decreto-Lei, tendo sido esque-
cidos todos os trabalhadores do País.

DECIDE A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS TRABA-
LHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL,
tornar público o seu repúdio pela decisão do Conselho de
Ministro e alertar todos os trabalhadores para o carácter
divisionista de tal atitude.

Esta Direcção exorta os trabalhadores, seus representa-
dos, para que nos seus locais de trabalho discutam e tomem
posição em defesa do cumprimento integral dos C.C.T.(s),
em vigor.

EM FRENTE PELO CUMPRIMENTO DOS C.C.T.(S) I
A LUTA CONTINUA I
UNIDADE NA ACÇÃO I

Aprovado em Reunião de Direcção de 26/2/76.

Setúbal. 27 Fevereiro 1976.

A DIRECÇÃO
(Illegível)

Estrangeiro

A SEMANA

SÁBADO

Lopo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola, anuncia o início da «grande ofensiva ideológica do MPLA». Morreu em Paris, com 88 anos, René Cassin, prémio Nobel da Paz, um dos fundadores da UNESCO e um dos redactores da Carta dos Direitos do Homem. O antigo presidente dos EUA, Richard Nixon, chega a Pequim em visita oficial feita a convite dos dirigentes chineses para assinalar o quarto aniversário da sua visita àquele país como chefe do Executivo norte-americano, com o qual iniciou uma nova fase nas relações sino-americanas. Jornais franceses não saem em virtude de uma greve de 24 horas. O Departamento de Estado avisou o primeiro ministro rodesiano, Ian Smith, que tem a última oportunidade para solucionar pacificamente o conflito constitucional no seu país, pois os EUA não enviarão tropas para defender brancos. Israel conclui a retirada do Sinai, abandonando Giddi e Mitla.

DOMINGO

Portugal reconheceu a República Popular de Angola. As eleições presidenciais argentinas são marcadas para 12 de Dezembro. O jornal do PC italiano, «L'Unità», denuncia ingerência norte-americana na política italiana. A esquerda do Partido Trabalhista britânico manifesta-se contra a política económica e a projectada redução de gastos públicos de Harold Wilson. O governo boliviano encerra duas universidades. O Egipto acusa a Síria de tentar liquidar o movimento palestino, em conluio com a Jordânia.

SEGUNDA

Nixon avistou-se com o presidente Mao. No discurso que pronunciou no final dum banquete, Nixon fez uma crítica «aqueles que são ingénuos ao acreditarem que o mero acto de assinar uma declaração de princípios numa conferência para a paz». Esta frase é interpretada como uma crítica velada ao presidente norte-americano Gerald Ford e ao secretário de Estado, Henry Kissinger. Uma força de 300 mil homens é posta em acção na capital colombiana para proteger Henry Kissinger que chega à Colômbia no seguimento da sua visita de nove dias à América Latina. A República Popular de Angola participa pela primeira vez numa conferência da OUA, que se destina a discutir entre outras questões a da situação na Rodésia. A ala do Conselho Nacional Africano (movimento nacionalista rodesiano) liderada pelo reverendo Nkomo prossegue entretanto conversações em Salisbúria com os dirigentes rodesianos, enquanto a outra ala do CNA, liderada pelo bispo Abel Murozewa, reclama a imediata luta armada. O jornal britânico «The Guardian» escreve que a guerra de guerrilha poderá começar imediatamente na Rodésia, se Ian Smith não se demitir. Trinta mil manifestantes protestam contra o custo de vida e reclamam amnistia para os presos políticos em Pamplona.

TERÇA

Inaugura-se em Moscovo o XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. No relatório de abertura lido pelo secretário-geral daquele Partido, Leonid Brejnev, apontam-se as linhas de política externa e interna para o próximo quinquénio: prossecução da política de desanuviamento e continuidade dos esforços de elevação do nível de vida do povo soviético. A presidente argentina efectuou conversações com altos dirigentes peronistas que lhe entregaram um ultimato para remodelar o governo. Entr'anto, os comandantes dos três ramos das Forças Armadas reuniram-se, dando a entender que, caso não se alcance um acordo para estabilizar o governo civil, os militares poderão ascender ao poder. Piotr Macherov, membro candidato do Politburo do PCUS lamentou no XXV Congresso daquele partido em Moscovo a revisão que certos partidos irmãos do Ocidente fazem dos princípios do internacionalismo proletário. O Paquistão reconheceu a República Popular de Angola, tendo sido anunciado também que a Dinamarca e a República Federal Alemã vão fornecer fundos ao MPLA.

QUARTA

Ricardo Balbin, chefe do Partido Radical Argentino, afirmou que a Argentina está na iminência dum golpe de estado militar. Nixon desmentiu que no seu discurso em Pequim tivesse querido censurar Ford ou Kissinger, após viva reacção às palavras do antigo presidente norte-americano. Kissinger regressou da América Latina, após uma viagem de nove dias, durante a qual visitou seis países e firmou um acordo bilateral com o Brasil, consagrado como «uma grande potência».

QUINTA

Violentas críticas à China nos discursos dos intervenientes nos trabalhos do XXV Congresso do PCUS. Em entrevista concedida à BBC de Londres, Calvo Serer, membro de destaque da Junta Democrática de Espanha, declarou que a sua organização visa derrubar a monarquia de Juan Carlos. Entretanto em Paris a Junta e outro agrupamento frentista — a Plataforma de Convergência — realizaram um comício em comum. Trezentos mil professores entram em greve em toda a Espanha, onde se regista nova vaga de paralisações depois de algum tempo de acalmia. A Espanha abandona totalmente o território do Sara Ocidental. Resultados das eleições primárias do Estado de New Hampshire, para a presidência da República dos EUA: Ford obteve 51 por cento dos votos e Ronald Reagan, 49 por cento. Derrotada no Congresso argentino uma proposta destinada a impugnar a presidente Perón.

SEXTA

A vitória do MPLA tornou mais próximo o fim da hegemonia branca na Rodésia e na Namíbia — afirmou em Dares-Salaam o comissário da ONU para o Sudoeste Africano, Seran McBride. O «Daily Mirror» de Londres publica uma entrevista com um jovem londrino que alega ter participado num massacre de 60 negros numa aldeia perto da fronteira com Moçambique, quando prestava serviço no exército rodesiano. Recontros entre a polícia e grevistas da construção civil em Barcelona, cidade onde se contam cem mil trabalhadores daquele sector em greve. O nome do vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Ping apareceu pela primeira vez em jornais de parede da Universidade de Pequim, contra os chamados «partidários do capitalismo». Um porta-voz dos EUA em Bangkok desmentiu que aviões norte-americanos tivessem bombardeado a província cambojana de Siem Reap.

A EUROPA DO FUTURO VISTA DE MOSCOVO

MOSCOVO, 28. — Nos corredores do Palácio dos Congressos de Kremlin e no Centro Internacional de Imprensa realizam-se agora animados encontros sobre os problemas internacionais e, em geral, sobre os temas abordados no relatório de Leonid Brejnev. Nesta troca de opiniões participam personalidades políticas, diplomatas, jornalistas, especialistas em relações internacionais, convidados e observadores estrangeiros.

Um dos temas centrais é a Europa. Muitos dos nossos interlocutores concordam que, tal como disse Leonid Brejnev, é particularmente na Europa que mais se fazem sentir o desanuviamento e o fortalecimento da paz.

Moscovo propõe que se prossiga e consolide este processo de modo a tornar o desanuviamento irreversível. Diga-se a propósito, que nos admira a maneira como certos cépticos colocam a questão (quem lucra mais com o desanuviamento — o Oeste ou o Ocidente?). Na realidade sente-se que há, nesta maneira de colocar as coisas, um reflexo de velhos chavões, do velho modo de pensar em termos de «esferas de influência».

Tal como o mundo, o desanuviamento é indivisível, pois ele constitui a manifestação activa da própria paz na política, na economia, no campo dos contactos e noutros domínios da actividade humana. Nós, soviéticos, habituamos-nos a organizar a nossa vida de acordo com planos previamente traçados e a política externa não é excepção, embora aqui o seu cumprimento dependa não só de nós, mas também dos parceiros soberanos, cujos interesses são bastante contraditórios.

A GRANDE POLÍTICA

Como realistas que somos, propomos, no nosso novo programa de paz e cooperação,

com vistas a alcançar a Europa do futuro pela qual nos batemos, ideias construtivas e mutuamente vantajosas.

Os comunistas soviéticos propõem que se faça todo o possível para aprofundar o desanuviamento internacional e dotá-lo de formas concretas de cooperação reciprocamente vantajosa entre os países. Que se siga activamente a linha de concretização prática completa da acta final da Conferência Europeia e desenvolvimento da cooperação pacífica na Europa. Em consequência com os princípios da coexistência pacífica, continuar a desenvolver, com firmeza, relações de cooperação mutuamente vantajosa e a longo prazo em diferentes sectores — na política, economia, ciência e cultura com os Estados Unidos da América, França, RFA, Grã-Bretanha, Itália, Canadá, Japão e outros países capitalistas.

Em condições de desanuviamento e cooperação, a Europa seria mais humana, mais sábia e mais rica. Tomemos, por exemplo, a política. Os encontros de dirigentes estatais deixaram de ser sensação. A regularidade das consultas oferece uma experiência e um exemplo de tolerância e confiança mútuas.

A futura Europa só ganharia, pois, com a condição da «grande política» em torno de uma mesa redonda.

Tal prática contribuiria também para uma solução mais rápida do problema da corrida aos armamentos, completando, deste modo, o desanuviamento político com o militar.

Se tomarmos a cooperação económica, veremos que neste domínio se abrem perspectivas ilimitadas. O próprio desenvolvimento do progresso nos obriga a pensar em termos continentais.

Vemos, assim, a Europa do futuro como um continente onde se levará a cabo uma cooperação económica a longo prazo e em grande escala. Tanto bilateral como multilateral. Foi com esta perspectiva que o Conselho de Ajuda Mútua

Económica (CAME) propôs à Comunidade Económica Europeia (CEE) que entre as duas organizações (uma dos países socialistas, outra dos países capitalistas) se estabelecessem relações oficiais.

Isso seria, evidentemente, do interesse comum.

Surpreende, pois, que forças que há bem pouco declaravam que sem o reconhecimento da CEE não podia haver cooperação com os países do CAME, se esmeram agora em insinuações de modo a fazer crer que o socialismo não pode passar... sem o Mercado Comum. Isto quando a produção industrial dos países membros do CAME foi, em 1975, duas vezes e tal superior à dos países do Mercado Comum...

Desenvolvendo o espírito dos acordos de Helsínquia, a União Soviética propõe que se realizem congressos europeus sobre a cooperação no domínio da protecção do meio ambiente e desenvolvimento dos transportes e da energia. A limpeza da água, do solo e da atmosfera em qualquer ponto da Europa depende cada vez mais da sensatez de vizinhos longínquos e do modo como eles cuidam da pureza do seu meio ambiente. Os actuais litígios parecerão aos nossos filhos e netos ridículos em comparação com os problemas da poluição do meio ambiente que esperam a Europa, toda a Europa, se os europeus, todos os europeus, não manifestarem espírito de cooperação.

Os recursos naturais do continente não são ilimitados. A sua utilização racional exige a coordenação à escala de toda a Europa. A recente crise energética demonstrou a vulnerabilidade do mundo dividido.

O continente europeu torna-se pequeno a olhos vistos. Os tripulantes da «Soyuz-Apollo» já puderam abarcá-lo com um relance de olhos. Se actualmente a distância entre os Urais e a Bretanha pode ser percorrida de avião em 4 horas, o TU-144 ou o «Concorde» cobrirão esta distância duas vezes mais rapidamente. Para

viver a ritmos modernos, a Europa necessita de um impulso continental. O Ocidente e Oriente só terão a ganhar se unirem os seus espaços.

Em Moscovo, o desanuviamento compreende-se, com a possibilidade, além disso, de ampliar as fronteiras da cooperação sem exigir dos outros o afastamento dos seus pontos de vista. Há no entanto, no Ocidente, quem encare o desanuviamento como uma possibilidade de impor aos outros as suas próprias ideias, a sua maneira de pensar, os seus critérios morais. Somos a favor da ampliação da Informação e das relações internacionais em geral. Alegremo-nos ao ver que na URSS se vendem de ano para ano mais jornais estrangeiros e se editam novos livros de autores estrangeiros. Mas quando procuram ensinar-nos a viver a sua maneira e ditar-nos quais os jornais que devemos ou não devemos ler e a que filmes devemos ou não assistir, esquecem-se que essa arrogância é má conselheira no estabelecimento de contactos internacionais. Quanto a nós, aconselhamos, por exemplo, que sejam apresentados projectos de lei aos Parlamentos dos países capitalistas para que neles se passe a garantir o direito ao trabalho, direito sem o qual, no nosso entender, todas as conversas sobre os direitos do homem não passam de mistificação...

A diferença de sistema não deve constituir obstáculo à ampliação da cooperação nos domínios humanos, nomeadamente no da troca de informações. O importante é que o confronto de opiniões e ideias se baseie na lógica da razão. Só assim o diálogo entre as duas Europas será construtivo e contribuirá para o desanuviamento continental.

São estas ideias que impregnaram todo o relatório de Leonid Brejnev, que assim, expressou, neste documento, o desejo de todos os soviéticos de que se construa uma Europa de compreensão mútua e de confiança. A Europa do futuro.

Itália — possível greve geral na próxima semana

ROMA (IPS). Uma greve geral poderá ser decretada na próxima semana pela direcção unitária das três grandes centrais sindicais italianas, no caso de o Governo não dar garantias efectivas de solução, a curto prazo, para a situação das empresas em crise — que ameaçam lançar no desemprego mais 130 mil trabalhadores e ainda no caso de o Governo não descongelar a contratação colectiva.

A proposta da greve geral foi apresentada no passado dia 25, após laboriosa deliberação da assembleia dos delegados operários de empresas em crise ou em conflito com os trabalhadores, reunida nesta capital com o objectivo de pressionar duramente o Governo para que trave a onda de desemprego.

A assembleia compareceram dois mil delegados, mas estiveram igualmente presentes os dirigentes principais das três centrais operárias, que exprimiram a sua satisfação pela resolução adoptada.

A posição das bases sindicais expressa na assembleia

teve também um efeito claro no debate em curso ao mais alto nível acerca da condução sindical quanto à futura estratégia operária ante o plano económico do Governo.

Este debate deve concluir-se entre o dia 1 e o dia 3 de Março quando se realizará a reunião do órgão directivo unitário das três centrais.

Entre outras coisas, o Governo de Aldo Moro propõe aos trabalhadores um aumento salarial escalonado, de tal modo que os salários mais altos fiquem praticamente congelados, enquanto os mais baixos iriam sendo aumentados sucessivamente para minorar o impacto inflacionista ao quadro económico geral.

Este tipo de aumento por «quotas» sucessivas gerou as maiores polémicas no âmbito sindical. No Sábado passado Lama secretário-geral da CGIL (Confederação Geral Italiana de Trabalho, predominantemente comunista) afirmou estar disposto a negociar o aumento gradual dos salários, desde que se coloque também na me-

sa das negociações a orientação geral do programa económico e, especialmente, a política de créditos destinada a subvencionar a empresa privada.

Esta posição foi asperamente criticada por Pierre Carniti, secretário confederal da CISL (Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores, predominantemente católica). Carniti — que pertence à ala esquerda desta central — entendeu que as declarações de Lama ofereciam ao Governo «numa bandeja de prata a possibilidade de endurecer as suas posições nas negociações para os contratos colectivos».

Assumido uma posição igualmente enérgica o secretário confederal da UIL (União Italiana de Trabalhadores, predominantemente socialista) Luigi Ravenna, na assembleia de delegados sugeriu aos presentes que reclamem da direcção unitária «a abertura imediata de um debate com o Governo sobre os problemas gerais do emprego e dos salários». Lamentou também o «atraso na

elaboração duma estratégia conjunta capaz de unificar e ampliar a luta das fábricas em crise», aludindo assim às divergências políticas que se têm arrastado entre os dirigentes das três centrais.

É possível que nos próximos dias os representantes operários endureçam as suas posições ante a iminência de uma definição estratégica geral. Disso dependerá, em grande parte, a sorte do novo Governo Moro e a este facto se devem também as diferenças de opinião. Paradoxalmente os dirigentes sindicais comunistas apresentam-se como os mais «moderados», numa atitude que é corrente com a decisão do poderoso partido opositor, no sentido de não provocar a queda do Governo, preferindo antes pressioná-lo gradualmente com táticas de desgast e acurralamento.

A CGIL é a maior das três grandes centrais, mas CISL e UIL, nesta conjuntura, vêem-se ante a possibilidade de ganhar terreno sindical à esquerda das posições comunistas.

Estrangeiro

Kaunda condena as incursões dos rodesianos em Moçambique

LUSAKA, 28 — (ANOP) — O presidente Kenneth Kaunda condenou ontem as incursões militares rodesianas em Moçambique que considera como um ataque à Zâmbia.

O estadista zambiano referia-se às operações de perseguição cerrada que as forças rodesianas fizeram nesta semana a 24 guerrilheiros africanos de Moçambique, os quais terão sido abatidos lá dentro

Especulações americanas

WASHINGTON, 28 — (R.) — O secretário de Imprensa da Casa Branca, Ron Nessen, recusou-se a prever a reacção dos Estados Unidos caso a União Soviética e Cuba intervenham na Rodésia.

«Não vou responder a perguntas sobre guerras hipotéticas em África», respondeu, aos jornalistas.

Nessen tinha sido interrogado sobre as especulações de que a União Soviética e Cuba se serviriam do seu êxito em Angola como testa de ponte para apoiar a actividade guerrilha dos nacionalistas africanos contra o Governo de Ian Smith na Rodésia.

das fronteiras do seu próprio país.

Kaunda, fez estas afirmações durante uma recepção em honra do antigo embaixador húngaro Miklos Bard. O presidente zambiano declarou: «Apoiaremos os nossos irmãos.»

«Um ataque a Moçambique é um ataque à Zâmbia e a Zâmbia continuará a apoiar os seus irmãos — continuaremos a apoiar Moçambique na libertação da África Meridional», acrescentou Kaunda.

O presidente disse que já é tarde para o primeiro-ministro rodesiano conseguir encontrar uma solução pacífica para a crise constitucional do seu país e apelou para que a Inglaterra «seja sensata e faça o que não fez para impedir a rebelião». Kaunda também insistiu com a África do Sul para que se retire do Sudoeste Africano a fim de evitar «a catástrofe de um banho de sangue», o qual considera inevitável na Rodésia.

MORTOS MAIS DOIS GUERRILHEIROS

SALISBÚRIA, 28 — (FP e R) — O enviado especial britânico lord Greenhill partiu ontem de Salisbúria, após uma visita

de dois dias para sondar as possibilidades de o Governo britânico ajudar a encontrar uma solução para a Rodésia.

Greenhill recusou divulgar pormenores das suas conversações com o primeiro-ministro Ian Smith e o dirigente nacionalista africano Joshua Nkomo.

Representantes de uma facção rival do Conselho Nacional Africano (C. N. A.), que tem condenado as actuais conversações entre Nkomo e Smith bem como a visita de Greenhill, recusaram avistar-se com este.

As tentativas para encontrar uma solução prosseguem no meio de uma crescente actividade de guerrilha por parte de nacionalistas africanos. Um comunicado emitido ontem pelas forças de segurança dizia que mais dois guerrilheiros foram mortos nos dois últimos dias, elevando para 26 o total de guerrilheiros mortos esta semana.

Os incidentes com guerrilheiros mortos esta semana.

Os incidentes com guerrilheiros têm-se registado em novas áreas na fronteira com Moçambique, incluindo ataques a propriedades agrícolas de europeus.

Fontes governamentais em Salisbúria dizem que as acções de guerrilha se destinam a prejudicar as conversações Smith-Nkomo — com vista a alcançar uma fórmula constitucional — ou a forçar o Governo a tomar decisões precipitadas.

SALISBÚRIA DESMENTE O MASSACRE

Por outro lado, um porta-voz do Governo de Salisbúria desmentiu as «alegações» publicadas ontem por um jornal de Londres e alusivas ao «massacre» de uns sessenta habitantes africanos de uma aldeia, pelas tropas rodesianas. «Tais alegações são ridículas e não merecem mesmo um comentário», precisou o porta-voz.

O jornal britânico citara o testemunho de um membro das forças rodesianas, Tom McCarthy, que afirmava ter participado no massacre durante uma operação conduzida na fronteira de Moçambique.

República Árabe do Sara não causa surpresa

RABAT, 28 (R.) — Não causou surpresa nos círculos governamentais marroquinos a proclamação de uma República Democrática Árabe do Sara pela Frente Polisário no Sara Ocidental. «Não alterará de modo algum a situação no Sara que foi recuperado por Marrocos», afirmou uma fonte autorizada, que acrescentou: «Se a Polisário quer mudar de nome, isso só interessa aos seus protectores». Aquela fonte queria referir-se à Argélia, que protege o movimento nacionalista.

A OUA AMEAÇADA

ADIS-ABEBA, 28 (F.P.) — O antigo Sara Espanhol, entidade política e étnica imprecisa — 70 mil habitantes segundo uns, 700 mil segundo outros — está imprevistamente em vias de fazer rebentar o pan-africanismo.

Dois países relativamente pouco povoados, mais imen-

sos Marrocos e a Mauritânia — ameaçavam ontem retirar-se da organização da Unidade Africana se esta reconhecesse oficialmente a existência da Frente Polisário apoiada pela Argélia.

Marrocos e a Mauritânia ameaçam, por outro lado, se a OUA aceitar nas suas fileiras o «movimento subversivo» que é, para eles, a Frente Polisário, de reconhecerem pelo seu lado os movimentos separatistas existentes nos diderentes países africanos.

A «chantagem» de uns, as «ameaças de outros» poderiam pensar observadores — fazer estoirar não apenas o pan-africanismo clássico, mas também a cooperação árabe-africana.

A proclamação da República Democrática Árabe do Sara Ocidental anunciada ontem à noite vem transformar a crise política que abala a OUA numa crise diplomática.

A greve dos motoristas alastra em Espanha

MADRID, 28 — (R.) — Registou-se ontem, à noite, uma onda de violência em várias cidades e vilas de Espanha quando agentes da Polícia travaram recontros com trabalhadores em greve em apoio de reivindicações de aumento de salários e melhores condições laborais.

Em Barcelona, o centro industrial do país, polícia de choque disparou balas de borracha para impedir operários da construção civil de erigirem barricadas.

Fontes bem informadas disseram que ficaram feridos, pelo menos, três guardas nos recontros, durante os quais manifestantes voltaram um autocar-

ro e tentaram largar fogo a um banco.

A Polícia deteve pelo menos três manifestantes.

Na cidade de El Ferrol, centro de construção de navios no Noroeste, a Polícia travou recontros com cerca de 3000 grevistas, concentrados na praça principal, manifestando-se a favor de aumento de salários e da readmissão de colegas despedidos.

Cerca de 30 mil professores das escolas secundárias estiveram ontem em greve, deixando sem aulas mais de um milhão de crianças, algumas pelo terceiro dia consecutivo. Os professores reclamam melho-

res salários e maior liberdade sindical.

Nos arrabaldes de Talavera de la Reina, a oeste de Madrid, motoristas de camiões largaram fogo a um desses veículos que atravessou as linhas de piquetes.

Perto de Málaga, ao sul, a Polícia prendeu seis camionistas que tinham estabelecido um piquete fora da cidade.

A greve dos motoristas, em apoio de portagens mais baratas nas estradas e de redução dos impostos sobre «fuel oil», ameaça deixar Madrid sem fruta e hortaliça durante o fim-de-semana.

Contudo, fontes sindicais revelaram que alguns camiões entraram na capital sob protecção da Polícia, embora dezenas deles tivessem os pneus cortados e, pelo menos, um homem tivesse ficado ferido devido aos recontros com piquetes.

Essas fontes disseram que a greve estava a alastrar a todo o país e notou que a paralisação dos professores poderia agravar-se, após o fim da semana, quando colegas universitários deveriam juntar-se ao movimento reivindicativo.

Círculos oficiais declararam que havia ontem 161 mil pessoas em greve comparado com 230 mil na quinta-feira.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA

Entretanto, o Governo espanhol lançou uma campanha publicitária destinada a atrair aqueles turistas que possam ter cancelado os seus planos devido a notícias de violentos incidentes no decurso de greves e manifestações.

Uma fotografia de um polícia a carregar sobre um manifestante em Barcelona originou o imediato cancelamento de 20 voos «charter» dos Estados Unidos — disse o secretário do Turismo, Ignacio Aguirre.

A Imprensa critica Teng Hsiao-Ping

PEQUIM, 28 — (R.) — A Imprensa chinesa juntou-se hoje, pela primeira vez, às crescentes críticas ao vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Ping, que é apresentado em jornais de parede acabados de colar por estudantes como «antipresidente Mao e antipartido».

Numa alusão directa a Teng, o órgão oficial «Diário do Povo» refere-se a «esse partidário impenitente do capitalismo no seio do partido».

A campanha dos jornais de parede começou por referências indirectas a Teng como «o maior partidário do capitalismo», antes de mudar dramaticamente, há dois dias para ataques pessoais.

Centenas de jornais de parede apareceram agora na Universidade de Pequim, o centro tradicional do radicalismo chinês, acusando pessoalmente Teng de elogiar o falecido dirigente nacionalista chinês Chiang Kai-Shek e de procurar vingar-se das forças revolucionárias.

Foi na Universidade de Pequim, nas mesmas paredes, de cor cinzenta, que ultra-esquerdistas colaram os primeiros «posters» anunciando a Revolução Cultural do presidente Mao em meados dos anos 60.

Centenas de dirigentes de destaque, incluindo Teng e o chefe de Estado Liu-Shao-Chi, desapareceram durante os três anos da agitação resultante da Revolução Cultural.

Alguns dos vice-primeiros-ministros, foram reabilitados e voltaram a desempenhar altos cargos.

Há apenas um mês, Teng, agora com 71 anos, foi considerado como o sucessor lógico do falecido primeiro-ministro Chu En-Lai. Tinha desempenhado muitas das funções de Chu e, como vice-presidente do partido e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, desfrutava de grande poder.

Agora, parece cada vez mais improvável que possa vencer a tempestade actual e manter-se nos seus cargos.

Caleidoscópio

MOSCOVO, 28 — (R.) — O dirigente comunista italiano, Enrico Berlinguer, subiu ontem à tribuna do Kremlin para defender com ardor o marxismo liberal actualmente pregado por muitos partidos comunistas ocidentais e que tem sido objecto de críticas crescentes da União Soviética.

Falando no XXV Congresso do Partido Comunista Soviético, Berlinguer salientou que no seu país o socialismo terá de ser construído numa base pluralista com outros partidos.

Berlinguer tomou a palavra pouco depois do secretário do partido jugoslavo, Stane Dolanc, ter dito também ao congresso — onde se têm ouvido violentos ataques de representantes soviéticos aos desvios nacionais em relação ao comunismo ortodoxo — que cada partido só tem contas a dar ao seu próprio proletariado.

REYKJAVIK, 28 — (F.P.) — Os pescadores islandeses bloquearam todas as entradas da base aérea de Keflavik, num

esforço para levar a N. A. T. O. a tomar uma atitude contra os navios de guerra britânicos que se encontram nas águas territoriais da Islândia.

BANGKOK, 28 — (R.) — Um indivíduo armado matou hoje a tiro o dr. Boonsanong Nunyothayarn, secretário-geral do Partido Socialista da Tailândia, um crime que parece ter sido motivado pelo conflito cada vez maior entre a esquerda e a direita no país, que já provocou boatos de um planeado golpe de Estado.

Bangkok, 28 — (FP) — A Rádio cambojana acusou ontem o Governo norte-americano de ter ordenado, no 25 do corrente, dois ataques aéreos à cidade de Siem Reap, a 250 quilómetros a noroeste de Phnom Penh, que causaram 15 mortos e mais de 30 feridos.

Um porta-voz norte-americano em Bangkok qualificou a acusação cambojana de «completa e ridiculamente» falsa

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

EDITAL

Faz-se público que às 11 horas da primeira segunda-feira, que se seguir ao termo do prazo de vinte dias, a contar do primeiro dia após a publicação do presente edital no «Diário do Governo», no edifício dos Paços do Concelho, se procederá à abertura das propostas apresentadas para o concurso referente à empreitada de: «Ampliação do cemitério da Amadora — 1.ª Fase».

Base de licitação: 1.963.156\$50

Depósito provisório: 49.079\$00

Alvará — IV categoria ou 1.ª subcategoria da IV categoria e de classe que cubra o valor da proposta.

O depósito provisório deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária ou ainda por seguro de caução.

O projecto, programa do concurso e o caderno de encargos, estão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Divisão de Obras Municipais dos Serviços de Urbanização e Obras deste corpo administrativo.

Paços do Concelho de Oeiras, 25 de Fevereiro de 1976.

O Presidente da Comissão Democrática Administrativa
Orlando Bernardino Gonçalves

estude!

GANHE MAIS DINHEIRO!

CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA
Desde 1947

Recorte o cupão e envie-o
HOJE MESMO
(indique um só curso)

☐ COSTURA

☐ FOTOGRAFIA

☐ RELAÇÕES PÚBLICAS

☐ VENDAS / MARKETING

☐ CULTURA GERAL

☐ RADIO, ELECTRÓNICA, TV

☐ DESENHO E PINTURA

☐ ELECTRICIDADE

☐ INGLÊS

☐ SECRETARIADO

GRÁTIS

D.L. 10

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um ☒

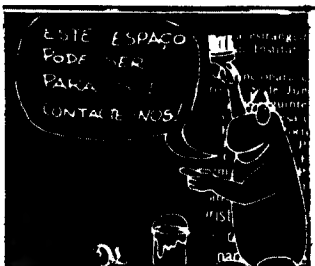
Nome _____

Morada _____

Localidade _____

cec Alvaro Torráo * Rádio Escola

Rua Fernão Lopes, 8 (ao Saldanha) Lisboa 1 - Tel. 53 67 52



Espectáculos

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA CAMARADA ZÉ!

SALVADOR ★ FLORBELA ★ HENRIQUE SANTANA

VITOR MENDES
CARLOS GONÇALVES

À frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:

CIDÁLIA MOREIRA

Domingo e 3.ª feira de CARNAVAL, «matinéas» às 16 h. e 2 sessões, às 20.30 e 22.45

2.ª feira, espectáculos às 20.30 e 22.45, descansando a Companhia na 4.ª feira de Cinzas

Bilhetes à venda sem aumento de preço

TEATRO INFANTIL no CARNAVAL — Sábado e 2.ª feira, 2 «matinéas», às 15 e 17 h. com «O PRÍNCIPE DAS ORFELHAS DE BURRO»

Bilhetes a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só 1)

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 661515

Bilhetes à venda a partir de 2.ª feira

Teatro da Cornucópia

[Ah Kiu]

trajédia chinesa baseada em Lu San

de B. Charteaux e J. Jourdeuil

A partir de 4.ª feira, dia 3

3.ª a sábado, às 21.15 h

domingo, só às 18.30 h

(Não acons. a men de 13 anos)

O DIREITO AO TEATRO (2)

Depoimento dos trabalhadores da Casa da Comédia

CARLOS PORTO

O clube de teatro Casa da Comédia tem um historial interessante na actividade lisboeta do pós-guerra. Fundada pelo dramaturgo Fernando Amado, a Casa da Comédia apresentou o seu primeiro espectáculo em 1946, no Ginásio. Depois desse espectáculo com a peça de Fernando Amado «A Caixa de Pandora» — só em 1963 aquele agrupamento de teatro experimental reapareceu, agora numa pequena sala para as bandas das Janelas Verdes (Rua Francisco Borja), sob a orientação de Fernando Amado e João de Castro Osório.

Com o desaparecimento do seu fundador, a Casa da Comédia passou a ser dirigida exclusivamente por João de Castro Osório. Não dispondo de companhia própria, aquela instituição limitava-se a convidar diversos artistas que sucessivamente apresentaram alguns espectáculos de grande interesse, embora dirigidos a um público elitário: «Morte e Vida Severina», de João Cabral de Melo Neto; «Noites Brancas», de Dostoievski; «Deseja-se Mulher», de Almada, que teve duas encenações, a primeira de Fernando Amado, e a segunda de Fernanda Lapa; uma adaptação das «Cartas de Soror Mariana»; «Dias Felizes», de Samuel Beckett; «Dança da Morte», de Strindberg; «Play Strindberg», de Durrenmatt; «fando e Lis», de Arrabal; «O Fim», de António Patrício; «Oh Papá, Pobre Papá...», de Arthur Kopit; «As Espingardas da Mãe Carrar», de Brecht. Estes espectáculos foram encenados por Manuela Machado e Francisco Relógio, Artur Ramos, Jorge Listopad, Norberto Barroca e João Lourenço.

Ha alguns meses, os actores e técnicos que mais assiduamente tinham trabalhado na Casa da Comédia — entre eles, Manuela Machado, Norberto Barroca e Jorge Vale — entenderam que não se justificava a existência de uma entidade de carácter mecenático (1) e estatutariamente ilegal, e resolveram tomar conta dos destinos da Casa da Comédia, para o que tiveram o apoio da Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais. Realizadas eleições para os corpos gerentes, a Casa da Comédia transformou-se assim no Grupo Trabalhadores de Teatro da Casa da Comédia. E deles o

depoimento que hoje publicamos na sequência do inquérito que submetemos aos grupos e companhias subsidiados.

1) Como no momento em que iniciámos este inquérito, os Trabalhadores de Teatro da Casa da Comédia não tinham ainda apresentado nenhum espectáculo referente à temporada 1975/1976, pedimos-lhes para nos esclarecerem o seguinte:

a) Deve-se esse atraso a razões exteriores ao grupo (problemas de subsídios; problemas de instalação; problemas de constituição do elenco, etc.)?

b) Deve-se esse atraso a razões internas ao grupo (desinteligências entre os seus elementos; dificuldades na escolha do repertório, etc.)?

R — Não há dúvida que a razão primordial a que se deve o facto de ainda não termos apresentado nenhum espectáculo foi a incerteza da atribuição de subsídio e a sua tardia concessão, apenas na 2.ª quinzena de Novembro, pois isso não só nos impediu de começar mais cedo o trabalho programado, para que era necessário tomar novos compromissos, como nos obrigou, por uma questão de sobrevivência do grupo, a prolongar durante mais tempo a apresentação do espectáculo anterior em colocações externas e muitas vezes fora de Lisboa; mas o pouco espaço da Casa da Comédia e o sermos nós próprios a elaborar cenários, adereços, cabeleiras, etc., em trabalho de equipa (o que aliás consideramos de muito interesse) também são factores que neste momento estão a atrasar a estreia inicialmente prevista para fins de Janeiro.

2) Sabemos que os subsídios foram aumentados em relação às temporadas anteriores. Gostaríamos de saber: a) Qual o montante mensal que o grupo está a receber; b) Se consideram esse subsídio suficiente e, em caso negativo, quais as razões dessa insuficiência.

R — Em face do relatório programado, elenco necessário, distribuição igual de vencimentos não elevados, e possibilidade de colaboração interna a vários níveis na construção global dos espectáculos, como já referimos no 1.º ponto, não podemos conside-

rar insuficiente para esta temporada o subsídio mensal pedido e atribuído de 200 000\$00.

3) Qual será o primeiro espectáculo a apresentar pela Casa da Comédia? E quando? Quais as peças a apresentar posteriormente? Quais os seus encenadores?

R — O primeiro espectáculo da nossa programação para este ano é «Os Encantos de Medeia», de António José da Silva, com encenação de Norberto Barroca, a estreiar na 2.ª quinzena de Fevereiro, e a que se seguirá «Horas de Luta» (sobre a figura de Guerra Junqueiro), «Lendas Populares Portuguesas», «Damião de Góis e a Inquisição» (com a colaboração literária de Romeu Correia) e «O Caso Político da Castro». A maior parte destes espectáculos são, pois, de compilação e construção do grupo, o que nos leva a salvaguardar a possibilidade de não incluir todos nesta temporada, uma vez que ela começou praticamente com dois meses de atraso.

4) Quais as relações que o grupo está a tentar criar com as organizações de base da zona em que se integra?

b) Quais as iniciativas que o grupo prevê para que o público se interesse pelos seus espectáculos?

c) O que foi feito, ou não, no sentido de uma promoção mais efectiva e eficaz dos espectáculos, com utilização dos meios de Comunicação Social (TV, Rádio, Imprensa), cartazes, montras, etc.?

R — O Grupo mantém, há já algum tempo, uma colaboração activa no bairro com as comissões de moradores, em sessões conjuntas com uma organização local pró-cineclube e o Infântario Popular Professor Fernando da Fonseca, onde trabalha diariamente na orientação e dinamização de uma oficina de expressão artística para crianças dos 7 aos 12 anos (desenho, pintura, modelagem, jogo dramático, música, etc.), fundada pela actual direcção do Clube de Teatro Casa da Comédia.

Para motivar o interesse de determinado público (aquele que por sua vez mais nos inte-

ressa), além de facultarmos a entrada gratuita quando tal se justifique, por indicação da comissão de moradores, o grupo propõe-se continuar a levar os seus espectáculos aos locais de trabalho e às povoações mais privadas de teatro, por condicionalismos vários, bem como o intercâmbio com outros grupos nos respectivos bairros.

Quanto à promoção publicitária, como estamos integrados numa frente de grupos de teatro não comercial, é em conjunto que pretendemos resolver esse problema, anunciando-nos mútua e simultaneamente, através dos programas de cada companhia, da Rádio, da Televisão, da Imprensa e de postos de venda de bilhetes colocados em diversos pontos da cidade.

5) Como se sabe, a orientação oficial do teatro português parece ter voltado aos processos anteriores ao 25 de Abril. Suspensa a actividade da CCAT que, apesar de tudo, mantinha alguns vínculos entre a cúpula e as bases, a orientação da actividade teatral parece confinada a directrizes oficiais de carácter cupulista. No caso de não concordarem com esta situação, que medidas propõem para que seja superada?

a) A constituição de uma nova comissão, embora obedecendo a esquemas mais representativos?

b) Diligências no sentido de ser criado imediatamente o Instituto Português de Teatro, de cuja direcção deverão fazer parte representantes dos trabalhadores?

c) A organização urgente de um Congresso Nacional de Teatro para debater estes e outros temas?

d) Outras propostas.

R — Parece-nos que o que há a fazer de mais imediato para garantir a afirmação do teatro português é lutar por uma comissão nos moldes da CCAT, mas mais representativa dos trabalhadores, que estude os problemas do momento e venha a ser inserida no Instituto Português de Teatro.

(1) Ver em «DL» de 10 do corrente o depoimento do grupo proposto.

“Máscara” em Roterdão

O filme português «Máscaras» será exibido no «Film International», festival de cinema que decorre em Roterdão até hoje à tarde.

A realizadora, Noémia Delgado, também estará presente

no festival.

«Máscaras» é um documentário de duas horas, filmado em 1975 no nordeste português, e faz parte do conjunto de produções do Centro Português de Cinema, conhecido sob o título genérico de «Museu da Imagem e do Som».

Teatro Maria Matos

COMUNICADO

O Actor Raul Solnado segue para o Brasil na primeira quinzena do próximo mês de Março, onde irá cumprir vários contratos já anteriormente assumidos. Assim, informamos que a peça «SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL», de Bertolt Brecht, ficará em cena somente até ao próximo dia 7 de Março, com espectáculos todas as noites às 21.30 horas e «matinéas» aos Domingos às 16 horas. Dia 1 (2.ª feira) véspera de Carnaval, espectáculo às 21.30, e dia 2, Carnaval, dois espectáculos à tarde e à noite.

Bilheteira Tel. 897017

A. B. E. P. Tel. 328823

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

CANTINA (VELHA) DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

CARNAVAL BRASILEIRO

com

«OS ACADEMICOS DO SAMBA»

4 NOITES DE CONVÍVIO

Sexta-feira (27) — 22 h.

Sábado (28) — 22 h.

Domingo (29) 22 h.—16 h. «Matinée» infantil

Segunda-feira (1) — 22 h.

DIRECÇÃO DA A. E. F. M. L. PREÇO 50\$00

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões

GRUPO DE TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA

HOJE ESTREIA às 21.30

«OS ENCANTOS DE MEDEIA»

de António José da Silva (Judeu)

Enc. Norberto Barroca

Espec. para todos

Domingo «Matinée» às 18 h.

MARC. TEL. 60 72 99

R. S. Francisco Borja, 22 (as Janelas Verdes)

CURSOS

● DACTILOGRAFIA
● MECANOGRRAFIA

Perfuração/Verificação

Sistemas: IBM e UNIVAC

Estão abertas as inscrições para os cursos de Março.

Informações e Matrículas no EXTERNATO CONTINENTAL

Telef. 36 42 72

Rua do Arsenal, 100 - 1.º

MAQUINAS DE ESCRIVER «BROTHER»

PORTÁTEIS

A PREÇOS POPULARES

Óptima oportunidade

Av. Almirante Reis, 10-C

COMUNA Teatro de Pesquisa

NOVO HORÁRIO

Às 5.ª, 6.ª e SÁBADOS ÀS 21.30

F O G O!

Domingos — Só às 18 h.

PRAÇA DE ESPANHA METRO - PALHAVA

Tel. 762624

Sábado, 28, a peça «Fogo!» será apresentada no Salão dos Bombeiros em Mem Martins

CARNAVAL NA COMUNA

Dedicada a todas as crianças da cidade, a Comuna-teatro de pesquisa, leva a efeito uma série de iniciativas, na Casa da Criança, à Praça de Espanha, para assinalar a quadra do Carnaval.

Assim, está a decorrer desde sexta-feira, e até terça-feira, um programa com espectáculos gratuitos de teatro, circo, música, jogos, convívio, etc., todos os dias a partir das 15 horas.

Canal da Crítica

POLÓNIA MÁRTIR DA GUERRA, FAROL DA PAZ

Ao nível da programação, ninguém se entende. Não. Eu aqui não digo que a culpa seja toda para a Televisão. Os jornais também não se interessam pela coisa e depois é isto, uns a dizerem uma coisa, outros a dizerem outra. Houve, por exemplo, quem anunciasse o *Cinema 76*, que não chegou a aparecer. Não deve ser por uma questão de censura, que, conforme declaração oportuna do Tropa, não existe.

As profundas alterações levaram igualmente à retransmissão do último episódio da série «Os quatro do blindado e o seu cão».

De origem polaca, a série alcançou entre nós uma grande popularidade. A repetição do episódio fica a dever-se ao facto de, por motivo de falta de corrente, não pudera ser visto na altura própria em várias zonas do País.

Mesmo que não fosse por isso, a repetição justificava-se. Série baseada em acontecimentos da última guerra, puderam os nossos telespectadores ver como, mesmo a propósito da guerra, se pode inalterar e defender a paz — e condenar a violência e a crueldade em pleno reino da crueldade e da violência. Facto tanto mais de assinalar quando é certo que a série em questão nos chega de um país que mais sofreu com a guerra: a Polónia.

Se quisermos fazer uma páli-da ideia do que representou a guerra para a Polónia basta dizer do milhão e trezentos mil habitantes da sua capital, Varsóvia, apenas 165 mil ficaram com vida!

Mais alguns números elucidativos: 80 por cento das casas ficaram destruídas, bem como 90 por cento dos monumentos, 80 por cento das casas de cultura e de espectáculo, 70 por cento das escolas.

Não admira, pois, que seja

tão viva na Polónia, a memória dos seus sofrimentos. Memória, aliás, que os seus artistas não deixam apagar.

Assim, no Museu de Majdanek, efectuou-se uma exposição de pintura e escultura sob o signo «Contra a guerra». Os polacos sabem do que falam. Perto de Majdanek, em Lublin, tinham os nazi-fascistas estabelecido um campo de extermínio.

Hoje, a Polónia segue na sua via para o socialismo, única forma de sarar as feridas da guerra. De ano para ano, avança com novas realizações, com novas vitórias, em todos os campos, defendendo e ampliando as suas tradições culturais.

A paz e o progresso em que a Polónia vive, bem os merece. Basta para ter uma ideia disso, assistir a esta série. Que, entretendo, não divertia apenas, também ensinava. Lição de coragem, de determinação, de amor pela liberdade.

Eporisso não temos saudades já dos *Quatro do blindado e o seu cão*.

ONDAS, SIM, MAS

A Televisão Portuguesa, e não precisamos de ter muito boa memória para isso, colaborou activamente, na máxima divulgação do incidente de Benavila.

Claro que o incidente não se ficou por aí. Mas a Televisão acabou por se desinteressar. Podia, por exemplo, mandar uma equipa de reportagem a Benavila, falar com a população, dar uma imagem viva, uma viva memória, do acontecimento.

Podia, por exemplo, agarrar no comunicado em que o Parti-

do Socialista recusa a participação numa comissão de inquérito, e, com este centro de interesse, ir ouvir as organizações implicadas.

Não foi a Benevila, a Televisão. E deixou a questão morrer por falta de oxigénio. Onde não será ilegítimo concluir que ao Telejornal interessa o escândalo apenas quando lhe parece ver o escândalo reflectir num determinado sentido.

A Televisão é uma dama muito virtuosa, não acham?

A CULPA É DOS OUTROS

Não se sabe porque artes de berliques e berloques, a popularidade da Televisão diminui, diminui aquilo a que se chama

Por MARIO CASTRIM

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco

SEDE EM COVILHA

CONSELHO COORDENADOR DA PREVIDÊNCIA

MOÇÃO APROVADA PELOS DELEGADOS SINDICAIS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE LANIFÍCIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Considerando que a actual situação política Portuguesa se caracteriza pelo avanço das forças reaccionárias, que pretendem retomar posições anteriormente perdidas;

Considerando que os direitos dos trabalhadores estão a ser atropelados por decisões ditatoriais e atentórias dos seus legítimos interesses;

Considerando que os interesses dos trabalhadores na Previdência só a eles respeitam e só por eles têm que ser controlados;

Considerando que os tecnocratas salazaristas e caetanistas que controlam a Previdência não estão interessados em que os trabalhadores descubram as suas fraudes e a sua incapacidade de gerir em termos socialistas as contribuições pagas com o suor dos trabalhadores;

Considerando ainda, não interessar aos Trabalhadores uma Segurança Social integrada no Estado, desde que estes não sejam ouvidos e possam definir aquilo que pretendem, com o avanço para uma sociedade socialista, repudiando uma segurança social em termos neocapitalistas.

Os Delegados Sindicais reunidos em 20.2/76 no seu Sindicato, exigem do Governo:

- 1) A recondução imediata ao lugar que lhe pertence por direito, do Conselho Coordenador da Previdência, que como legítimo representante dos Trabalhadores tem que obrigatoriamente ser ouvido em tudo que seja lei sobre Segurança Social.
- 2) A recondução imediata da sua Comissão executiva.
- 3) A revisão das pastas do Ministério dos Assuntos Sociais cuja actuação faz lembrar os tempos ainda próximos do fascismo.

A DIRECÇÃO

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Está aberto concurso para fornecimento de refeições (almoços) aos trabalhadores do estaleiro da Companhia Portuguesa de Pesca, sita em Olho de Boi - ALMADA. As respostas a apresentar serão aceites até ao dia 5 de Março, encontrando-se o caderno de encargos à disposição dos concorrentes todos os dias úteis das 9 às 12 h. e das 14 às 17 h., no serviço de pessoal do estaleiro.

Televisão

Hoje



«Os Camponeses»

I PROGRAMA

- 15.50 **Eurovisão** — Cross Corta-Mato — transmissão directa de Chepstow (Inglaterra).
 16.50 **«Fungagá da Bicharada»** — o baile de Carnaval da peixaria.
 17.30 **Hoquei em Patins** — transmissão directa da final da Taça de Portugal. Comentários de Nuno Brás.
 18.55 **TV Jazz** — programa de abertura (em edição extra especial para o 1.º Canal) fe uma série de 21 programas dedicados aos arquivos do Jazz, da RTP, que irão aparecer depois em estreia semanal no 2.º Canal. Este programa constitui um resumo das 8 edições de TV Jazz-RTP dedicadas ao Festival Internacional de Jazz de Cascais. Coordenação de José Duarte. Produção D.P.M.R. Realização de Oliveira Costa.
 20.05 **Cartaz TV** — os programas da semana apresentados por Jorge Alves.
 20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
 21.05 **Venezuela Sauda os Seus Amigos do Mundo**
 21.30 **«Herb Alpert and T.J.B.»** — neste programa com a participação da Tijuana Brass de Herb Alpert, a famosa Lani Hall. Realização de Dwight Hemion.
 22.25 **Memórias do Nosso Tempo** — documentário dedicado à II Grande Guerra.
 22.50 **Telejornal** — 3.ª edição
 23.10 **Fecho**

II PROGRAMA

- 20.00 **Abertura e Escrever é Lutar**
 20.25 **Foi Éxito na TV** — «Os Camponeses» — série filmada de origem polaca.
 21.25 **Em Qualquer Parte Aprendemos** — um programa sobre o escultor Teixeira Lopes. Transmissão dos estúdios do Porto.
 22.10 **Telejornal**
 22.45 **Fecho**



Amanhã

I PROGRAMA

- 12.00: Abertura e Missa de Domingo; 12.45: Expedição; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver; 13.40: Desenhos Animados — «Heidi»; 14.00: Presença do Brasil — um programa de José Manuel Coelho, Manuel Varela e Oliveira Pinto; 14.30: Tarde de Cinema — «A Grande Parada do Riso» — com Buster Keaton, Bob Hope, Eddie Cantor e Danny Kaye; 15.55: Festival de Magia; 17.00: Andebol — transmissão directa do jogo selecção de Esperanças-Misto. Comentários de João Coutinho; 18.25: Magazine do Norte; 19.00: TV Rural — um programa pelo eng. Sousa Veloso; 19.30: Pauta Livre — tradição musical — transmissão dos estúdios do Porto; 20.30: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; 20.45: Telefutebol; 21.15: «Eleonora» — 6.º episódio com Giulietta Massina e Giulio Brogi; 22.15: «A Vida de um Cão»; 22.45: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura Scribaniana (Ballet); 22.15: Noite de Cinema «O Príncipe da Paródia» com Danny Kaye; 22.30: Fecho.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES II FASE INFORMAÇÕES

Está neste momento a decorrer o trabalho de colocação dos candidatos incluídos na II Fase pelo que como sucedeu nas fases anteriores não são prestadas quaisquer informações no CIREF e na Comissão Central de Colocações sobre o andamento dos trabalhos e até à conclusão desta fase.

No entanto, o MEIC irá fornecendo aos órgãos de Informação os elementos indispensáveis para uma constante informação sobre o andamento da actual fase do processo de colocações.

O MEIC solicita a compreensão de todos os interessados, pois esta medida visa apenas acelerar a conclusão dos trabalhos em curso.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
 DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Palmo e meio de prata

Um troféu de prata (a «Taça de Portugal») está equacionado entre estes dois grupos hoquistas: o Oeiras (de Carvalho e Rosado) e o Sporting (de Rendeiro e Chana). Oeiras treinado por Domingos Perdigão. O Sporting sob as ordens de Torcato Ferreira. Pela TV logo, a partir das 17 e 30, todo o Portugal pode ver o jogo que se desenrola no pavilhão dos Olivais, em Coimbra.



"Taça" e miúdos

Para disputa de uma secundaríssima jornada da anacrónica «Taça de Portugal», param os campeonatos nacionais dos escalões superiores, neste fim-de-semana futebolístico. Os nove embates previstos para a «Taça» ostentam fracos aliciantes. Como se notará na análise crua do cartaz programado, para amanhã, pelas 15 horas: Torres Novas-Alba, Portimonense-Portalegrense, Varzim-Marrazes, Gil-Vicente-U. de Lamas, Salgueiros-Sesimbra, Almada-Espinho, V. da Gamma-Lamego, Oriental-Penafiel e Marítimo-Paredes.

Quatro jogos da 3.ª divisão efectuem-se (igualmente) amanhã: Gouveia-Febres (série B), Campomaiorense-Alhandra (C), Luso-Amora e Seixal-Alcochetense (D). Também estes empates têm lugar a partir das 15.

Os mais miúdos (juniores) actuam em dois duelos: Vitória de Guimarães-Sanjoanense e Farense-União de Coimbra, com os jogos previstos para as 11 horas.

Castigo

Dez dos 11 jogadores do «Sigueza», equipa castelhana da 2.ª divisão, que no domingo passado foram expulsos do campo pelo árbitro Mariano Barrio (por protestarem contra as decisões deste), foram agora castigados com 50 jogos de suspensão, no total. A sanção mais dura atingiu o jogador Luis Gil, castigado com 14 jogos. Aos restantes nove coube-lhes quatro jogos cada.

Entretanto, espera-se que os dirigentes do modesto «Sigueza», recorram das sanções impostas pela Federação Castelhana de Futebol, que consideram «excessivamente duras».

No Carnaval do Estoril Medeiros versus Meirim

Na terça-feira carnavalesca não haverá corso, no Estoril. Mas há, naquela zona, muitos bailaricos (lembramos o que fornece receita a favor do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais e terá como cenário o pavilhão onde vão actuar os brasileiro da «Escola de Samba Macumba»). E, para os amantes de futebol, uma festa curiosa: o embate entre o invencível Salgueiros (de Joaquim Meirim) e o Estoril Praia (que marca uma espectacular carreira no nacional prioritário, sob as ordens de António Medeiros). Portanto, pelas 17 e

30 de terça-feira, um embate com larga expectativa: o primeiro desaire para a turma nortenha desde os primeiros pontapés da época ou um êxito que estorilistas querem aglutinar no seu «palmarés». Em outra síntese: Meirim versus. Medeiros, dois homens de muitas falas em diálogo de táticas e palavras.

Antes deste prato de resistência, os espectadores da «António Coimbra da Mota» podem admirar as velhas glórias do Estoril e do Belenenses, a mostrarem como sabem (ainda) tocar na borracha.

LÁ FORA

CRISE

A crise financeira que se faz sentir nos clubes profissionais de futebol chilenos, levou-os a fazer publicidade nas camisolas envergadas pelos seus jogadores.

OFERTA

O empresário de Cassius Clay (Le Roy Jackson), avistou-se com o presidente guatemalteco, general Kjell Laugerud Garcia, comunicando-lhe que o campeão mundial dos «pesados» está disposto a defender o seu título na Guatemala, em benefício dos refugiados do terramoto de 4 de Fevereiro. O presidente Laugerud Garcia agradeceu calorosamente o gesto de Cassius Clay.

DI STEFANO FALHA NOVAMENTE

Di Stefano foi demitido do cargo de treinador da equipa «Rayo Vallecano», da segunda divisão do futebol espanhol.

Os responsáveis pelo clube afirmaram que Di Stefano não está acostumado à segunda divisão, pelo que não conseguiu satisfazer...

CHINA CONQUISTADA PELO FUTEBOL

A selecção nacional de futebol da Bélgica será a primeira equipa ocidental a actuar na China, quando ali se deslocar, no próximo mês de Junho — foi a noite passada anunciado em Bruxelas. A comissão executiva da Federação Belga de Futebol decidiu aceitar um convite das autoridades chinesas para que o «onze» belga disputasse dois ou três jogos, com a selecção ou equipas regionais, na China. Os belgas partirão de Bruxelas em 21 de Junho e permanecerão na China cerca de 12 dias.

Nenhuma outra selecção nacional ocidental jogou na China, embora a Jugoslávia tenha ali efectuado dois desafios o ano passado. A China não é membro da Federação Internacional de Futebol, mas a FIFA autoriza os seus membros a efectuarem jogos com grupos chineses, desde que seja informada com antecedência.

PORTUGAL

Esta noite (21 horas) é inaugurada a luz eléctrica no campo do Barreirense. O Belenenses actua perante o grupo da casa, na festa programada. Informação complementar: a obra da electrificação importou em 400 contos.

Marinho prolonga a sua estadia no futebol sportinguista: mais um ano (como jogador) ficou ontem firmado no contrato entre o dianteiro futebolista e a direcção de Alvalade. Cláusula especial do documento: o Sporting obriga-se, após a temporada 76-77, a contratar Marinho como técnico do seu futebol por um mínimo de duas épocas.

Ainda dos «leões»: enquanto Baltasar concorda com a proposta para continuidade de serviço, Chico mantém-se na dúvida, face a algumas propostas recém-chegadas de outras paragens.

Em assembleia geral, os salgueiristas acederam a pagar um bilhete espe-

cial (20 escudos) de cada vez que o seu clube actuar este campeonato, em «Vidal Pinheiro».

Nas Antas, amanhã, futebol particular, entre os franceses do Red Sar e os colegas de Oliveira Teixeira e Cubillas. Jogo apazado para obter receitas destinadas à construção da banca da entrada da maratona.

Um misto de ragueistas juniores de Lisboa foi batido facilmente (0-7) pelos ingleses do Leed que actuaram ontem na capital.

Belenenses e Estremoz, respectivamente 1.º e 2.º colocados no campeonato lisboeta de hóquei patinado (divisão secundária) ingressam no escalão superior.

Para o campeonato nacional de andebol, o Sporting foi empatar a Setúbal, com o Vitória local (19-19). Os «setes» e respectivos marcadores: V. SETÚBAL — A. Santos; Baptista

(5), Vitor Martins (6), Delfim (5), Jaime, Moraes (2), Carlos Custodio (1), Helder e Cardoso. SPORTING — Carlos Silva; Correia, Sacadura (2), João Manuel (8), Adão (3), Brito (3), Bernardo, F. Jorge (1) e Alfredo (2). Árbitros: Almeida Robalo e Fernando Rodrigues.

Futebol feminino, na noite de hoje, em Fafe: um grupo de jogadoras locais confronta-se com um «onze» de Penafiel.

A D. G. D. acaba de editar os planos de desenvolvimento do basquetebol, badminton, remo, vela e lutas amadoras, que reflectem cuidadosos estudos e, em doses equivalentes, muito optimismo e interesse para o progresso das cinco modalidades.

Referida a Dezembro, está a ser distribuída a revista «Desportos» (edição da D. G. D.) que, entre outros temas, aborda o futebol profissionalizado, a cultura do desporto e a urgência da cultura desportiva (artigo de Arnaldo Pereira, que vale leitura atenta).

Manoel, (com o), futebolista brasileiro que o Sporting pretende recrutar para comandante dos seus «goleadores», é esperado hoje em Lisboa.

O jogo de voleibol Fiães-Académica de Espinho, do regional portuense da 2.ª divisão (que está em atraso no respectivo calendário) efectua-se a 4 de Março.

Nova jornada de divulgação de marcha, amanhã, na Póvoa de Santa Iria, a partir das 10 horas. Nesta organização, em que colabora o União Atlético Povoense, podem participar pré-infantis, infantis, iniciados, juvenis, juniores, seniores e veteranos, de ambos os sexos.

A Delegação do Inatel, em Faro, suspendeu de todas as actividades desportivas o Autogarbe. Razão: atraso no pagamento de multas no valor total de 995 escudos.

Auto de posse dos novos corpos gerentes do Vitória Futebol Clube, de Setúbal, pelas 21 e 30 de 4 de Março, na sede da colectividade do Bonfim.

A Federação de Ténis está a promover, de hoje a 2 de Março, no Estádio do Jamor, um curso para agentes de ensino, um estágio para jovens praticantes e um encontro de delegados distritais.

O curso para agentes de ensino, enquadrará-se dentro do «Plano de Desenvolvimento Ténis», a curto prazo. Terá como objectivos primordiais unifi-

car uma metodologia de ensino e difundir técnicas de animação, indispensáveis para o funcionamento de aulas colectivas (forma racionalizada de aproveitamento de espaços). Serão prelectores, os prof. Alfredo Vaz Pinto, Eduardo Carona, António Semedo e Gezatork. No encontro de delegados distritais, iniciar-se-á um processo de descentralização. Estão abrangidos, nestas duas iniciativas, os distritos de Lisboa, Porto, Viana, Braga, Aveiro, Leiria, Coimbra, Setúbal, Faro, Funchal e Évora.

No plano da competição, inicia-se o estágio para jovens com um programa de preparação das «promessas» nacionais, indicando-se métodos de treino técnico, tático e físico, com testes nestes domínios e no campo psicológico, para prospecção dos melhores valores. Serão responsáveis João Lagos e Luis Cruz (na parte técnica) e o prof. Alfredo Laranginha (no sector físico).

Da lista de castigos aplicados pela Associação de Futebol de Lisboa, algumas (tristes) citações: quatro jogos de suspensão a José Jorge Silva Bento e Miguel Adelino Sousa Pereira (ambos do Palmense) por «injúrias à equipa de arbitragem»; idênticas penalidades a Alfredo Manuel Diogo (Lourinhense) e Vasco da Luz dos Santos (Sobrense), «por injúrias ao árbitro»;

quatro anos de suspensão a Mário Manuel Correia Dinis (Carcavelos), «por agressão a um elemento da equipa de arbitragem»; três anos de suspensão a Inácio Serafim Teles Teixeira (Tojal) e dois anos a João Alegre dos Santos (M. T. B. A.) ambos por «agressão ao árbitro»; oito jogos de paragem obrigatória a João Manuel da Silva Veiga (Monte Agrícola) «por tentativa de agressão ao árbitro»; três anos de suspensão a António Carlos da Costa Nogueira (Fátima) e António Manuel Ferrajão Oliveira (do Aguias) e dois anos a José Henrique Correia da Silva (Castelo), todos «por agressão ao árbitro». Mas, o mais espantoso vem a seguir e diz respeito ao escalão de juniores: um ano de suspensão a José António Matias de Oliveira (Saca-vensel), dois anos a Jaime Marques Pereira (Castelo) e quatro anos a Álvaro António Sousa Santos e Vitor Manuel Gonçalves Nunes (ambos do Palmense), todos por «agressão a árbitros»; oito jogos de suspensão a Carlos Alberto Vieira Fernandes (Imperial) e seis jogos a Mário José Duarte de Oliveira (Cacém) «por tentativa de agressão ao árbitro»; mais seis jogos de castigo a Luís Manuel Pinto das Neves (Imperial) «por injúrias à equipa de arbitragem»; irradiação de Joaquim Charneca «por agressão a um elemen-

to da equipa de arbitragem»; três meses de suspensão a José Leonel Vicente (vice-presidente da direcção de Santa Iria), Artur Pais Ferreira (auxiliar técnico do Queijas) e José Jorge Marques Arcanjo (massagista do Queijas), todos por «atitudes incorrectas para com equipas de arbitragem». Enfim: um estalido que bem reflecte como vai (mal) o panorama disciplinar no futebol português...

Nos campeonatos individuais da Associação de Ténis de Mesa do Distrito de Leiria distinguiram-se Vera Águla, Helena Plácido, Isabel Ferreira, Maria Isabel, Lina Santos, Conceição Gregório, os infantis António Sousa, João Buíça, Pedro Silva, Fernando Luis, Joaquim Cardoso e Fernando Manuel, mais os seniores Álvaro Costa, António Bernardo, Sanches de Sousa, Joaquim Rosa, Carlos Magalhães, Pedro Lobório, Olegário Silva, Fernando Jorge, Carlos Branco, José Freire, Fernando Carreira, António Serodio, José Agostinho, Francisco Pereira e João Leandro.

Na Comissão Central de Juizes de Basquetebol está aberta a inscrição para um curso de árbitros, que terá as seguintes disciplinas: história do basquetebol, regras, técnica de arbitragem, técnica de jogo e regulamentos.

Tem lugar, a 8 de Março, na Casa do Futebol Clube do Porto (av.ª da Liberdade, 222, 3.º em Lisboa) um encontro entre os clubes praticantes de andebol, a Federação e a Associação de Lisboa da modalidade.



Os atletas polacos que vêm estagiar no nosso País. Para eles, Montreal exige preparação cuidada: os terrenos que circundam o Estádio Nacional foram o local escolhido para o primeiro arranque com vista à presença no Canadá

TAÇA DOS CAMPEÕES EUROPEUS

BAYERN-BENFICA

17 DE MARÇO DE 1976, em MUNICH

(uma das mais antigas, formosas e folclóricas cidades da Alemanha)

POR ESC. 5950\$00

INCLUI-MOS: — Ida e volta de avião — Hotel de 1.ª — Transportes em autocarros privativos Aeroporto-Hotel-Estádio

EXCLUI-MOS: — A famosa cerveja bávara — Os muitos divertimentos que a cidade oferece — As compras para a família — Bilhete para o jogo (cuja reserva asseguramos)

Aplauda o BENFICA!

E INSCREVA-SE QUANTO ANTES EM

Viagens - MERCURY - Turismo

LISBOA — Avenida da Liberdade, 161-163

Telefones 56 10 81 - 56 10 86

BRAGA — Avenida da Liberdade, 728

Telefone 2 29 44

Geral

Peniche festeja encerramento da prisão

PENICHE, 28 — A população de Peniche celebra hoje o encerramento definitivo do forte prisional que durante anos associou o nome dessa vila piscatória ao aparelho repressivo fascista.

A manifestação, que se deve à iniciativa dos representantes dos sindicatos de pescadores e conserveiros, das associações recreativas locais, de comissões de moradores e de outros organismos populares, terá o seu início às 15 horas em frente do antigo estabelecimento prisional.

Embora o projecto primordial seja o de permitir que a população da vila manifeste o seu regozijo, os organizadores da manifestação contam com a adesão de antifascistas de outros pontos do País.

A propósito do acontecimento a comissão promotora distribuiu o seguinte comunicado: «Após 46 anos como carrasco dos patriotas portugueses, o forte de Peniche ganha de novo a dignidade que o fascismo lhe roubou.

«De agora em diante, jamais furtará, como fez no passado, a liberdade a quem mais abnegadamente lutou por ela.

Esta é uma conquista que o nosso povo, tornado livre, saberá defender.

«Não pode passar em vão este acontecimento e por isso o povo de Peniche virá à rua hoje, dia 28, pelas 15 horas, manifestar o seu regozijo e a firme intenção de salvaguardar o direito fundamental que agora possui — a liberdade.

Sabemos que não estamos sós nesta alegria e nesta determinação, pois o povo português progressista está inteiramente connosco. A todo ele e em particular aos antifascistas que passaram pelas masmor-

ras, lançamos um apelo para que também estejam presentes. Da nossa unidade sairão, necessariamente, mais reforçadas as garantias da democracia na sociedade portuguesa».

PUBLICIDADE

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul

COMUNICADO

O SENHOR MINISTRO DO COMÉRCIO EXTERNO E TURISMO DESPREZA OS TRABALHADORES E NÃO CUMPRE UMA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

1 — Quando da realização do recente ENCONTRO DE TRABALHADORES DO SECTOR DE HOTELARIA E TURISMO o sr. Ministro foi convidado pelo secretariado organizador do encontro, a comparecer no Plenário de Encerramento, a fim de ouvir da boca dos trabalhadores, o que eles pensam para a resolução dos problemas do turismo.

2 — Contrariamente à sua obrigação, o sr. Ministro do Comércio Externo desprezou em absoluto os trabalhadores não tomando qualquer posição sobre o convite que lhe foi endereçado, dando assim azo ao pensamento de que pouco lhe diz a vontade dos trabalhadores, o que desde já estes repudiam.

3 — Em oposição ao que foi referido no número anterior vemos, porém, o sr. Ministro em reuniões com o patronato, dizendo-lhes que depois de recuperados economicamente, as empresas, podem regressar ao sector privado, esquecendo-se que a recuperação económica sempre será obra dos trabalhadores e que estes se enojarão a tão descarada promessa.

4 — É falsa a afirmação feita em entrevista ao «Expresso», de 7 de Fevereiro de 1976, pelo sr. Ministro do Comércio Externo, de que os Sindicatos não teriam nomeado ainda os seus

representantes para a Comissão Instaladora do Instituto de Fomento do Turismo, já que em ofício n.º 327, de 20 de Janeiro de 1976, da Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul, foi indicado o dito representante dos trabalhadores.

5 — Ao não cumprir a resolução do Conselho de Ministros foi o sr. Ministro, um Ministro desobediente ao órgão colectivo do poder a que pertence, dado que a resolução do C. de M. e bem clara: a Comissão Instaladora do I. N. F. T. será composta por 3 elementos do M. C. E., 1 do Ministério das Finanças e 1 dos Trabalhadores.

Não contente com a hegemonia que lhe dá esta composição da Comissão Instaladora, o sr. Ministro, no seguimento das posições aristocrático-conservadoras que o vem distinguindo como directista acaba por menosprezar completamente a vontade dos trabalhadores. Além do convite já referido no ponto 1 deste comunicado, fez já a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria na Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul, diversas diligências no sentido de serem os dirigentes sindicais recebidos pelo sr. Ministro. Nenhuma destas diligências «formais», tiveram quaisquer resultados.

Andará o sr. Ministro a ganhar tempo?

Será que o sr. Ministro tem medo que o representante dos trabalhadores, apesar de em minoria, influencie os trabalhos da Comissão Instaladora, exigindo que sejam aplicadas as conclusões a que os trabalhadores chegaram no seu ENCONTRO?

A nós parece-nos isso! Dai, virmos repudiando publicamente a atitude discriminatória e ilegal do sr. Ministro.

6 — Assim, em nome dos trabalhadores que representamos, exigimos que o sr. Ministro se deixe definitivamente de manobras e chame imediatamente o representante nomeado pelos trabalhadores.

7 — Protestamos energicamente também contra a passividade dos órgãos competentes em resolver os problemas do nosso sector, dando assim oportunidade aos capitalistas de ainearem não só o «controle» da produção como as próprias nacionalizações e intervenções estatais. É necessário que os trabalhadores, tal como fizeram no seu I ENCONTRO NACIONAL, reafirmem firmemente estas manobras no sentido da reconversão capitalista.

8 — Finalmente, avisam desde já os organismos signatários, que prosseguirão a luta, sob todas as formas até que aos trabalhadores seja feita justiça.

FEDERAÇÃO REGIONAL DOS SIND. PROF. IND. HOTELEIRA E SIMILARES DO NORTE
SINDICATO DOS TRAB. NA HOTELARIA, TURISMO, REST. E SIMILARES DO SUL

EM EXIBIÇÃO ÀS 15, 19 E 21 HORAS

UNIVERSAL

UM FILME DE RUI SIMÕES
DEUS PATRIA AUTORIDADE

“NÃO SE DISCUTE DEUS E A SUA VIRTUDE”
“NÃO SE DISCUTE A PATRIA E A NAÇÃO”
“NÃO SE DISCUTE A AUTORIDADE E O SEU PRESTÍGIO”

(SALAZAR, BRAGA/1936)

Não acons. a men. de 13 anos

Às 17 e 23 horas — SANGUE DE CONDOR, de Jorge Sanjines — n/a 18 anos
HOJE, às 00.30 h — O CIO, de Andy Warhol — Interdito menores de 18 anos

— COZINHEIRO —

— URGENTE —

• PARA RESTAURANTES DE COLECTIVIDADES

• CONTACTAR:

AV. INFANTE SANTO N.º 34-8.º — T. 605041

Bairro dos Grilos vai ter infantário

Por iniciativa da comissão de moradores do Bairro dos Grilos, começam no dia 6 do próximo mês, os trabalhos de construção do infantário e do pavilhão desportivo destinados às crianças daquele bairro.

Esta obra mereceu o apoio incondicional da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Beato e do Conselho das Comissões de Moradores

da mesma freguesia, que engloba as organizações representativas dos habitantes do Alto dos Toucinheiros, Bairro do Grilo, Quinta do Ourives, Casal do Pinto e Chelas. Na sua última reunião conjunta, estas duas organizações decidiram, por isso, fazer-se representar no início dos trabalhos, previsto para as 8 horas de sábado dia 6 de Março.

«Este é o incitamento a um acto nunca visto: Um livro destinado a que nós, os poetas antigos e modernos, extintos ou presentes, ponhamos frente ao paredão da história um frio e delirante genocida»

o testamento poético de **PABLO NERUDA**



INCITAMENTO AO NIXONICÍDIO E LOUVOR DA REVOLUÇÃO CHILENA

APENAS POR 50\$00

ENVIE ESTA IMPORTÂNCIA EM CHEQUE, NOTA DE BANCO OU VALE DO CORREIO A EDITORA E DISTRIBUIDORA AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS, LISBOA 3 E TE-LO-A EM SUA CASA NA VOLTA DO CORREIO

com ABREU o mundo é seu



1001 VIAGENS ITS

informações e reservas

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sé, 2 • Telef. 270112
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 250356

AMORTECEDORES

Reparo e Reconstrução todas as marcas, com garantia
MEENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A (Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»

PARA O SEU LAR **QUADROS A ÓLEO**

LINDAS PAISAGENS FRUTAS E FLORES BONS PREÇOS

A VENCEDORA

Rua de S. Lázaro, 127-A

PASSAPORTES abreu
Av. da Liberdade 160 - LISBOA

Geral

P.S. suspende um deputado

A Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista suspendeu o deputado Casimiro dos Santos, com o objectivo «apurar a sua responsabilidade» na elaboração do comunicado conjunto de elementos do P.S., P.C.P. e M.D.P. na Utic, contra a ida à empresa, para uma «sessão de esclarecimento», do secretário-geral do M.R.P.P. Pelo mesmo motivo foram suspensos, a militante do P.S., Aida Lopes e o Secretariado do núcleo daquele partido na Utic.

Registe-se que ainda recentemente, em plena Constituinte, Casimiro dos Santos, visando os representantes do capital e os partidos reaccionários, sublinhara: «ao contrário do que pensam, nós, operários, independentemente de sermos socialistas ou comunistas estamos e estaremos unidos na defesa das conquistas alcançadas e na luta por outras conquistas. Para nós a luta não pára. A nossa meta é o fim da exploração do homem pelo homem».

SUSPENSÃO EM CASTANHEIRA DO RIBATEJO

Entretanto, o Secretariado Nacional da Juventude Socialista divulgou uma nota em que

dá conta da decisão de suspender o núcleo da J.S. de Castanheira do Ribatejo por ter subscrito um comunicado conjunto com a União da Juventude Comunista. O comunicado tomava posição contra o terrorismo, o avanço da direita e pela defesa da Reforma Agrária.

Sá Carneiro à procura dum "Plano Marshall"

Sá Carneiro, secretário-geral do P.P.D., regressou ontem a Lisboa depois de ter realizado uma digressão por países do Norte da Europa, à procura de apoios políticos internacionais e de auxílio financeiro para Portugal.

A sua chegada o secretário-geral realçou a ampla convergência de pontos de vista, e principalmente de programas, existentes entre o seu partido e os partidos sociais-democratas. Referiu nomeadamente que todos eles, como o P.P.D., condenam as hipóteses de alianças com os Partidos Comunistas e recusam a hipótese da unidade de esquerda, do tipo da que existe em

França. A propósito disto Sá Carneiro recusou a possibilidade de uma divisão da Europa Ocidental em dois sectores, um a Norte, onde dominariam as sociais-democracias, e outro na orla do Mediterrâneo, onde seriam predominantes os «partidos sociais-marxistas».

Referindo-se aos contactos que teve com membros dos Governos da Holanda e da Dinamarca, Sá Carneiro referiu que ambos os países mantêm um grande interesse pelo que se passa no nosso país e um grande desejo de ajudar à consolidação da democracia.

Entretanto um telegrama da France-Press de Haia relata uma conferência de imprensa que o «leader» social-democrata português concedeu ontem antes da sua partida para Lisboa e na qual apelou mais uma vez para a ajuda económica a Portugal, que permita a consolidação da democracia, retomando desta vez um dos temas que há uns meses foi caro a Mário Soares — a concretização de um Plano Marshall para Portugal, que permitisse a recuperação e relançamento da actividade económica.

Sá Carneiro partirá amanhã para os Estados Unidos e para o Canadá, a convite dos Governos dos respectivos países, acompanhado por uma delegação constituída por Paulo Pitta e Cunha e António Patrício Gouveia, da Comissão de Relações Internacionais do P.P.D.

Recenseamento acabou a 24

O Ministro da Administração Interna fez difundir o seguinte comunicado:

«Tendo-se suscitado dúvidas quanto ao termo do período de inscrição no recenseamento eleitoral, o Ministério da Administração Interna informa que a data, previamente fixada, de 24 de Fevereiro, não foi alterada.»

BARES • BOITES

RESTAURANTES
TIPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364869/368197. Tina, Strip-tease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

PRECISA-SE

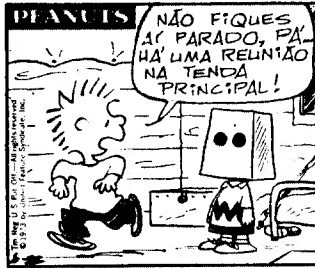
MULHER QUE SAIBA COZINHAR

Idade 25 a 40 anos. para casa particular.

Bom ordenado.

Resposta: D. JUAN TORRES CALVI

Av. Reina Mercedes, 33 SEVILHA-ESPAÑA



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e havia neblina em algumas locais o vento soprava de Leste moderado na Costa Algarvia e fraco nas restantes regiões.

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima 19°

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 2,8°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5°

Atmosfera 8°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO 12°
COIMBRA 13°
PORTALEGRE 9°
LISBOA 11°
FARO 16°
FUNCHAL 17°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR

3.11 3,9 m 8.59 1,1 m

15.37 3,8 m 21.10 1,1 m

Dia 29

3.52 4,0 m 9.34 1,0 m

16.15 3,9 m 21.44 1,0 m

Dia 1

4.29 4,1 m 10.06 0,9 m

16.50 3,9 m 22.17 0,9 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu em geral muito nublado em especial na Costa Costeira Ocidental: vento fraco de Sueste soprando moderado nas regiões do Algarve: aguaceiros isolados e pouco frequentes; neblinas dispersas.



AMANHÃ

NAScer AS 8.11

OCASO AS 19.29



PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

PROGRAMA ENSINO PRIMÁRIO

Na sequência de um pedido de parecer sobre os programas em vigor no ensino primário, por parte do MEIC, vem a secção do Ensino Primário convocar uma reunião dos professores interessados em discutir este problema se eventualmente formar grupos de trabalho.

A reunião efectua-se no dia 1 de Março, pelas 21,30 horas na Rua das Gaivotas, 2 (Clube Nacional de Natação).

A COMISSÃO DIRECTIVA

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

contra o fascismo pelo socialismo
unidade revolucionária

TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL

A Direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul considera que o Decreto-Lei sobre os Feriados (713-A 75 de 19 de Dezembro), feito nas costas dos trabalhadores, pois não foram ouvidos os seus organismos representativos, visa roubar as conquistas que sobre os mesmos estão consignadas nos Contratos e Acordos de Trabalho, aliás, dentro de uma política antioperária que o Governo vem praticando.

Neste sentido, a Direcção apoia todas as acções que organizada e unitariamente os trabalhadores desenvolverem no sentido de fazerem respeitar as suas conquistas.

PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES!

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1975.

PELA DIRECÇÃO
Arnaldo Santos Fialho

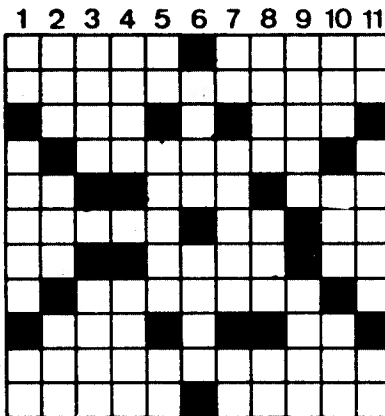
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 308

HORIZONTAIS:

- 1 Naípe das cartas de jogar. Cama.
- 2 O mesmo que amarelecere-se.
- 3 Rezo. Letra grega.
- 4 Caluniar.
- 5 Prefixo de negação. Agora. Gosta muito de.
- 6 Fatia. Cobalto (s.q.). Artigo definido (ant.).
- 7 Ouro (s.q.). Escarneças. Apellido.
- 8 Ligar.
- 9 Remo para trás. O mesmo que uma (ant. e pop.).
- 10 Completar.
- 11 Ecoara. Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto.



VERTICAIS:

- 1 Aqui. Descascar. Campeão.
- 2 Espádua. Ruim. Nome de jogo.
- 3 Preposição. Encoleriza.
- 4 Anéis. Triturar.
- 5 Catedral. Tangera. Concede.
- 6 Luz da Lua. A Pérsia.
- 7 Nota musical. Apanhar. Laço.
- 8 Pronomemodemonstrativo. Sufixo que designa abundância. Quinto filho de Jacob.
- 9 Rio de França. Artérias.
- 10 Pronome possessivo. Espaço de trinta dias. Apellido.
- 11 Artigo definido. Guardar segredo. Carta de jogar.

Resolveu completamente este problema?

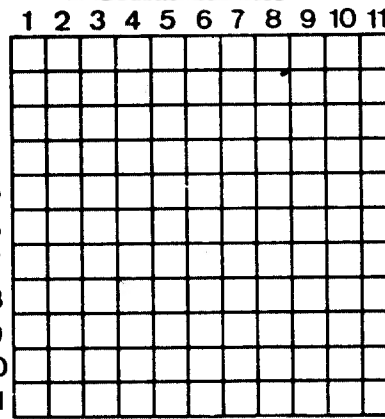
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7468

HORIZONTAIS:

- 1 Do feito do ovo. Freguesia do concelho de Sernancelhe (Viseu).
- 2 Cordel. Base aérea portuguesa.
- 3 Guarnecera de arames.
- 4 Nome de mulher. Reis.
- 5 Bebedeira. Cabelos brancos.
- 6 Viração. Gosta muito de. Nome de Buda, na China.
- 7 Aquele que foi vítima da sua própria ambição. Grande ribeira da Ásia Russa.
- 8 Mulher do harém.
- 9 Cidade do Japão. Ente.
- 10 Magnete natural. Palmeiras da Amazônia.
- 11 Nome de mulher. Superfícies planas delimitadas.



VERTICAIS:

- 1 Espécie de mangueira do Gabão. Progenitor. Pronome pessoal.
- 2 Fútil. Assédio. Miriarte.
- 3 Arrostar com. Ficar quieto.
- 4 Nota musical. Salras frequentemente à rua.
- 5 Guarda segredo. Freguesia do concelho de Torres Novas.
- 6 Ilna do Pequeno Belt. Levanta.
- 7 Peixe do Algarve. Cura.
- 8 Estomatite gangrenosa das crianças. especialmente após doenças infecciosas. Donzela de Orléans. Atmosfera.
- 9 Fruto da ateira. Toste.
- 10 Frasquia.
- 11 Chegaras.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 307

HORIZONTAIS:

- 1 Visa. A ÁGUA.
- 2 Ares. Virara.
- 3 Ri. Cámaras.
- 4 Rascar. Io.
- 5 Urdo. Sará.
- 6 Baía.
- 7 TUDO. Miar.
- 8 Ira. Remoera.
- 9 Rã. Paros. Rs.
- 10 Oc. Iscas. Ua.
- 11 LAVA. Asaras.

VERTICAIS:

- 1 Varra. Tirol.
- 2 Iria. Buraca.
- 3 Se. Suada.
- 4 As. Crio. Pia.
- 5 Cada. Rãs.
- 6 Avaro. Cerca.
- 7 Im. Moas.
- 8 Arais. Mossa.
- 9 Garoa. Iê.
- 10 Ura. Arrua.
- 11 Aas. Abrasas.

Provérbio: A ÁGUA TUDO LAVA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7467

HORIZONTAIS:

- 1 Vara. Acabar.
- 2 Amei. Cara.
- 3 Imo. Ame.
- 4 Amo. Parca.
- 5 Recordariam.
- 6 Ala. Ráfia.
- 7 Sc. Elvas.
- 8 Opa. Tio.
- 9 Crer. Varias.
- 10 Assamos. Asa.
- 11 São. Asais.

VERTICAIS:

- 1 V. A. Aros. Cãs.
- 2 Amime. Corsa.
- 3 Remoca. Peso.
- 4 Aio. Oleara.
- 5 Ural. Ma.
- 6 Aca. Vivos.
- 7 Campara. Asa.
- 8 Arearas.
- 9 Ba. Rif. Tias.
- 10 Cairias.
- 11 Recama. Osas.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO J-1

TODA A NOITE

ALCANTARA
Infante Santo, R. do Olival, 290 (T. 661003)

ALVALADE
Lusitana, Av. Roma, 18-A (T. 725443); Rio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. dos Estados Unidos da América) (T. 721409)

AVENIDAS NOVAS
Sá da Bandeira, Av. Marquês Sá da Bandeira, 36-42 (T. 41961/54672)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ancenzo, P. Norte, 11-A (T. 311316)

BAIXA
Frazão, R. Portas de Santo Antão, 70 (T. 328180)

CAMPOLIDE
Ronil, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438)

CAMPO DE OURIQUE
União, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T. 663643)

ESTEFÂNIA
Estefânia, R. Pascoal de Melo, 90 (T. 44438)

LAPA
Neves, R. da Bela Vista à Lapa, 37 (T. 661251)

LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (T. 791131)

PENHA DE FRANÇA
Carrondo, R. Padre Sena de Freitas, 10-A (à Igreja da Penha de França) (T. 842518)

PICHELEIRA
Marleux, C. da Picheleira, 140-A (T. 720703/728395)

S. VICENTE
S. Antão, R. Leite de Vasconcelos, 72-C (T. 862333)

XABREGAS
Conceição, C. de D. Gastão, 30 (T. 387475)

TURNO J-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D (T. 711780)

AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneira) (T. 790969)

ARROIOS
Nunes, R. Ângela Pinto, 82 (T. 49756)

AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283 (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (T. 763016)

BAIRRO ALTO
Andrade, R. do Alecrim, 125 (T. 323443/323446/323228)

BELÉM
Gomes, R. da Junqueira, 326 (T. 638193)

BENFICA
Benfiliz, E. de Benfica, 44-A (T. 782606)

CAMPOLIDE
Nova, R. de Campolide, 297-C (T. 387475)

CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, R. de Campo de Ourique, 131 (T. 686640)

CONDE REDONDO
Salutar, R. Conde de Redondo, 9-B (a Gomes Freire) (T. 533411)

LAPA
Eduardo César, R. das Trinças, 102 (T. 662631)

OLIVAIS
Olivaes, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237)

S. MAMEDE
S. Mamede, R. Escola Politécnica, 82-B (T. 660280)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C. G. Guerra, 166 (T. 2113953)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839). Até às 22 horas

OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELLOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas

PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T. 2471204). Toda a noite

S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (T. 263052). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (T. 260391). Toda a noite

CASCAIS
Cordeiro, Av. C. G. Guerra, 40 (T. 280170). Até às 22 horas; A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)

VANDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530)

QUELUZ
Correia, L. do Mercado, 3 (T. 950906)

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181)

MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T. 2912038)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Simões, Estefânia (Telefone 2930832).

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)

ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302)

BARREIRO
Mascarenhas Neto, Av. Almeida Garrett (T. 2076454). Até às 19 horas; Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (T. 2073212). Permanente

COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (T. 270121)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025)

MONTUJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T. 2310032)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)

SETUBAL
Costa, L. da Misericórdia (T. 22760); Brasil, P. do Brasil (T. 24788)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 9

ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Av. da Bravura, 1016; Azevedo, R. de Azevedo, 136; Gomes Ferreira, R. Faria Guimarães, 449; Nau Vitória, R. Nau Vitória, 723; Ordem da Trindade, R. Heróis e Mártires de Angola; Confiança, R. Santa Catarina, 960; Falcão, R. de Santo Ildefonso, 61; Ferreira, P. D. Afonso V, 55-B

TODA A NOITE

Antas, Av. Fernão de Magalhães, 1076; Antiga Porta do Olival, Campo do Mártires da Pátria, 122; Lousada, L. do Campo Lindo, 62

COIMBRA

Paiva, P. do Comércio, 58 (T. 23231); S. Sebastião, R. António Jardim (T. 28802)

outros espetáculos

LISBOA/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976

ADÔQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan não Enche Bar»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé!»

COMUNA
21.30 (18 anos)
«Fogo»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»

CAPITÓLIO
20.30, 22.45 (18 anos)
«Mostra-me a tua Piscina»

ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»

MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»

VILLARET
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Godspell»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»

S. LUIZ
21.15 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»

PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Do Alto da Ponte»

EUROPA
21.30 (13 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

PARIS
21.00 (14 anos)
«Os Dois Filhos de Trinitá»

PROMOTORA
21.00 (13 anos)
«Curva nas Férias»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Doutor, Cuidado com Elas»

IDEAL
21.15 (10 anos)
«O Regresso de Tarzan»

LUMIAR
21.15 (14 anos)
«Grande Golpe ou Talvez Não»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (10 anos)
«O Facho e a Flecha»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (6 anos)
«Uma Poltrona para Três»

ESTORIL
Casino
18.15 e 21.15 (18 anos)
«O Último Tango em Zagorol»

ESTORIL
Palácio
21.30 (13 anos)
«Esposa Comprada»

CASCAIS
Oxford
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim Meu Coronel»

LINHA DE SINTRA

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (6 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Tal Mãe Tal Filha»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (14 anos)
«A Morte Chega a Assobiar»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

COLISEU
21.15 (6 anos)
Grande Companhia Internacional de Circo

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (6 anos)
«Um Dia nas Corridas»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»

RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«A Estalagem do Prazer»

ÁGUA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Histórias de Faca e Alguidar»

TRINTADE
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Enquanto Há Guerra Há Esperança»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Paulo, o Quente»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Vício»

CLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As Viúvas Alegres»

JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«A Grande Corrida à Volta do Mundo»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (13 anos)
«Os Dois Bombeiros»

S. TEOTÔNIO
21.15 (18 anos)
«Bananas»

GIL VICENTE
21.15 (10 anos)
«Nem Visto Nem Achado»

AVENIDA
21.15 (6 anos)
«Os Malucos Vão à Guerra»

cinemas

CASTIL
T. 530194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Int. a men. 18 anos
MÓNICA E O AMOR
c/ Glória Guida, Paulo Carlini
Real. Mário Imperoli
Hoje antestreia
TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA
Um filme de Arnaldo Jabor
Interdito a men. de 18 anos

IMPERIO
T. 555134 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
67 DIAS Panavision
Para todos
Precos normais
Hoje e amanhã
às 15.15 horas, com o
«FESTIVAL DO OESTE»

ROYAL
T. 865037 15.15 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
VOLUNTÁRIOS A FORÇA
Carnaval - cinema e baile

POLITEAMA
T. 326305 As 21.30
Não acons. men. de 18 anos
CAMILLE
As 15.30 Maiores de 6 anos
DONALD E COMPANHIA

VOX
T. 720808 15.15, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
Um filme de Marco Vicário
3.ª semana em delírio

ROMA
T. 727778 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A MATULONA
c/ Elwège Fenech

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 21.00
Não acons. a men. de 18 anos
A RAÇA DOS SENHORES
As 24.00 Int. a men. de 18 anos
O CAMPEÃO DOS BOXERS

S. LUIS
T. 327172 As 21.30
Class-todos
A CANÇÃO DE LISBOA
c/ Vasco Santana e Beatriz Costa

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Para todos
Festival Jerry Lewis
PINTORES E RAPARIGAS
Um filme de Jerry Lewis
Amanhã às 14.16.30, 19 e 21.15
Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYWOOD

UNIVERSAL
T. 774402 15.00, 18.00 e 21.00
Não acons. a menores de 18 anos
DEUS PÁTRIA AUTOCRÍTICA
de Rui Simões
As 17 e 23 h
Não acons. men. de 18 anos
SANGUE NO
As 24.00 Int. a men. de 18 anos
O CÍO

CONDES
T. 322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 18 anos
Ele aí está — tremendo Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNARDINI
T. 776098 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Todos temos necessidade de amar...
TERNURA E VIOLÊNCIA
um filme de Philippe Labro

LONDRES
T. 801313 14.15, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ullmann e Bibi Anderson
Hoje às 24.00 Para todos
SIN, SIN, MEU CORONEL

ROXY
T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
ROMANCE POPULAR
c/ Hugo Tognazzi e Osnella Muti
Realização de Mário Monicelli

TIVOLI
T. 570596 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Todos temos necessidade de amar...
TERNURA E VIOLÊNCIA
Um filme de Philippe Labro

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a men. 13 anos
Ele aí está — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA
com Raymond Pellegrin
2.ª Semana
Hoje às 24.00 M. de 13 anos
O MEU CAVALO, A MINHA PISTOLA E A TUA VIUVA
Amanhã às 11.00 Para todos
FESTIVAL TOM E JERRY

PATHE
T. 821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Quente como fogo, duro como aço
JUSTIÇA DE MULHER
Em 2.ª semana
Hoje às 24.00 Int. a men. 13 anos
JUSTIÇA DE MULHER

NIMAS
T. 574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. a men. de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
6.ª semana
Hoje, amanhã, 2.ª e 3.ª-feira
Matinée infantil às 11.00 P. todos
MELODY

RESTELO
T. 610375 21.00
Para todos
A MOSTARDA SOBE-ME AO NARIZ
Amanhã o mesmo programa

AVIS
T. 47163 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos (M de 6 anos)
OS MALUCOS VÃO A GUERRA
15.ª semana
Amanhã mesmo programa

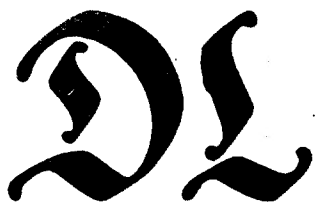
CARLOS MANUEL SINTRA
T. 2930394 21.00
Para todos
OS MALUCOS VÃO A GUERRA

ESTÚDIO
T. 555135 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Michel Piccoli-Annie Girardot
DILLINGER MORREU
Um filme de Marco Ferreri

ESTÚDIO 444
T. 779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
O RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
10.ª semana

MUNDIAL
T. 538743 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O MATRIMÓNIO
Visto por Claude Lelouch

RÁDIO RENASCENÇA
Emissã contínua — Onda Média (Lisboa), 233.2 m — 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93.2 MHz



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
 TELEF. 664531/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
 RUA LUZ SORIANO, 44
 TELEF. 321154/5, 320271/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DIBOIA TELEF. 12263
 LISBOA-PORTUGAL

PENSA "LE MONDE"

Conselho da Revolução garantirá democracia em Portugal

PARIS, 28 (R.) — O Conselho da Revolução de Portugal poderia continuar a ser utilizado para desencorajar a restauração de um regime fascista nesse país, a despeito de um novo Pacto prometendo a redução do papel dos militares — afirmava ontem, «Le Monde».

Comentando a assinatura em Lisboa, anteontem, do Pacto, confirmando a mudança em Portugal da revolução comandada pelos militares para uma democracia parlamentar, aquele vespertino diz: «O Conselho

da Revolução continua a existir (...) como garante do funcionamento das instituições democráticas».

O Conselho poderia ser utilizado pelo menos, durante o período de quatro anos em que vigorará o Pacto, «para intimidar os numerosos partidários de um regresso ao regime que prevaleceu em Portugal durante meio século».

«Le Monde» acrescenta que seria dever do presidente militar de Portugal proteger o país da direita se pretendia conseguir a concretização da democracia.

Ainda detidos vinte e três militares

Caxias e Santarém: não provável para hoje, qualquer libertação dos militares detidos em consequência dos acontecimentos do 25 de Novembro.

Quantos ainda detidos? De acordo com a Associação dos Familiares dos Militares Revolucionários Presos, «encontram-se ainda detidos 23 militares».

Nove encontram-se no Presídio Militar de Santarém: majores José António Patrício Afonso Dias, Otelo Nuno Saraiwa de Carvalho, Fernando Queiroz Azevedo, Carlos Campos Andrade e Mário Tomé, ca-

pitão Francisco Faria Paulino, 1.ºs sargentos-pára-quedistas Alvaro Neves e Manuel Rebocho e o civil Moreira da Luz.

Em Caxias encontram-se catroze: capitão-de-mar-e-guerra Costa Santos, capitão-tenente Almada Contreiras, 1.ºs tenentes Ferreira da Silva e Miguel Judas, cabo André, major do Exército Cuco Rosa, major da Força Aérea Barroso, capitão da Força Aérea Sobral Costa, alferes da Força Aérea Lima Correia e os 1.ºs sargentos da Força Aérea Vítor Luis, Prata Chinita, Pedro Rasgado, Vicente e Jesus Serigado.

Congresso de Turismo terminou esta manhã

Uma breve intervenção de Pinto da Silva, presidente do IV Congresso da A. S. T. A., encerrou esta manhã, na Fundação Calouste Gulbenkian, quatro dias de trabalho que em grande parte se ficaram a dever à I. D. A. (Divisão Internacional da A. S. T. A.) e à organização portuguesa.

Antes da sessão de encerramento, que teve também uma intervenção do presidente da I. D. A., Gerhard Mueller, efectuou-se um seminário numa das salas daquela fundação orientado pelo norte-americano Graham Cooper e subordinado ao tema «Marketing da Europa na América».

Ontem, à tarde, os congres-

sistas visitaram pontos turísticos de interesse da capital e o triângulo Lisboa-Sintra-Estoril divididos em grupos. No Casino do Estoril, à noite, realizou-se um espectáculo de gala final, com um espectáculo especialmente dedicado aos delegados do Congresso que, durante a manhã, tinham discutido aspectos relacionados com tarifas, comissões de trabalho, interpenetração nos transportadores-hoteleiros e outras questões específicas, além do debate proporcionado pelo japonês Nobu Okada, que apresentou o tema «Estratégia do Marketing no Atlântico Norte em 1976», em parte debruçado sobre «o futuro imediato do turismo».

Libras para Portugal comprar no Reino Unido

A aquisição de bens de equipamento e consumo originários do Reino Unido permitiu a abertura de uma linha de créditos no montante de cinco milhões de libras concedidas por um consórcio de bancos londrinos e escoceses à Sociedade Financeira Portuguesa.

É a «Revista Semanal de Informações Económicas» do Banco de Portugal que divulga a notícia, salientando que os

respectivos contratos de compra não poderão ser inferiores a 10 mil libras, nem superiores a 250 mil libras, pertencendo o aval de crédito ao «Export Credits Department».

Sabe-se ainda que os exportadores britânicos receberão através daquela linha de crédito, 85 por cento do contrato, e que os restantes 15 por cento serão satisfeitos pelas contribuições dos importadores portugueses.

NETO-MOBUTU EM BRAZZAVILLE

Degelo entre vizinhos

O presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola, e o presidente Mobutu Sese Seko, da República do Zaire, devem avistar-se hoje ou amanhã, em Brazzaville, num encontro que poderá marcar o início da normalização das relações entre as duas nações africanas vizinhas, tornadas tensas devido à intervenção do Exército zairense em território angolano e ao apoio concedido por Kinshasa ao movimento de Holden Roberto, a F. N. L. A.

O presidente Agostinho Neto chegou ontem à noite à capital da República Popular do Congo, onde foi recebido pelo seu colega, Marien N'Gouabi, considerado como o grande intermediário entre Angola e o Zaire. Nas duas últimas semanas, N'Gouabi esteve pelo menos uma vez em Kinshasa, em conversações com Mobutu, e recebeu emissários zairenses, em Brazzaville.

Em Luanda, antes de embarcar para a República Popular do Congo, Agostinho Neto, em declarações aos jornalistas, afirmou pensar ser importante que, «além da consolidação das nossas relações com o Congo, nos esforcemos também por minimizar as diferenças existentes entre nós e o Zaire». Neto frisou, contudo, que o Zaire não é um país «especialmente caro a Angola» e que a normalização de relações não se poderia processar sem condições prévias.

Entre estas condições Neto colocou o fim das actividades agressivas contra o seu país e a retirada de todo o apoio aos grupos anti-M.P.L.A.

Numa resposta aparentemente positiva às condições postas pelo M. P. L. A., o presidente Mobutu teria informado a O. U. A., via Idi Amin, que estava decidido a desarmar todos os angolanos refugiados no Zaire e a repatriá-los para Angola, se Agostinho Neto garantisse a sua segurança. A resposta zairense segue-se, por sua vez, à estada em Kampala do comissário dos Negócios Estrangeiros do Governo de Mobutu, Karl I-Bond, que em conversações com Idi Amin

teria garantido que o seu país estava disposto a desfazer o «mal entendido» existente com Angola.

Recorda-se, no entanto, que Mobutu fez, recentemente também, algumas exigências quanto à normalização das relações Kinshasa-Luanda, as quais passam pela garantia do escoamento da sua produção mineral pelo porto do Lobito e por condições quando à actualização de cerca de dez mil «gendarmes catangueses» que se opõe à sua política.

SITUAÇÃO NO SUL DE ANGOLA

Enquanto se esboça esta aproximação com o Zaire, no Sul de Angola prevê-se novo confronto com as tropas sul-africanas, que continuam estacionadas ao longo do Cunene, numa área que se estende até Roçadas e Pereira d'Eça.

Ontem à noite, a Emissora Oficial de Angola anunciava ser necessário prever, «em futuro mais ou menos próximo, novo confronto no Sul do país, a fim de expulsar, de uma vez para sempre, as forças sul-africanas».

No entanto, por enquanto, a calma reina ao longo dos 1300 quilómetros que separam Angola da Namíbia. O Exército sul-africano, porém, mantém em pé de guerra vários milhares de homens, apoiados por artilharia pesada e por meios aéreos e tendo como ponta avançada algumas unidades especiais antiguerrilha.

Direcção e administração reconduzidas no "D.N."

Por decisão do Conselho de Ministros, a Administração e a Direcção do «Diário de Notícias», que ontem de manhã apresentaram a sua demissão ao ministro da Comunicação Social, foram reconduzidas à tarde.

Breve resumo do «incidente»:

A Administração alegara que «não se encontravam criadas as condições necessárias» para fazer face a «um clima de indisciplina interna que um gru-

COMBATE AO RACISMO

Prossegue em todo o território angolano a «Semana de Combate ao Racismo», lançada pelo M. P. L. A. através de diversas palavras de ordem.

Abrindo e fundamentando esta campanha, Saydi Mingas, membro do «Bureau» Político do M. P. L. A. e ministro das Finanças, concedeu uma entrevista ao «Jornal de Angola», (transcrita parcialmente pela I. P. S.), em que observou que o lema «dividir para governar» é uma velha artimanha do imperialismo, pelo que se não deve estranhar que problemas raciais, associados ao tribalismo e regionalismo, surjam agora, quando se consolida a unidade nacional.

Atribuindo à incitação ao racismo intentos bloqueadores da luta de classes e tendentes a orientar os conflitos sociais por uma via completamente secundária, Saydi Mingas afirmou que «existem companheiros nossos que afirmam que a melhor forma de se ser independente é ter um presidente e um Governo negros, ter ministros negros, ter secretários negros, ter polícias negros, ter, na fábrica, só negros. Para combater este propósito», — avançou — «basta recordar o exemplo de vários países do nosso continente que criaram problemas à luta de libertação nacional do povo angolano, sem que nos seus Governos exista um só branco ou um só mulato».

Jornalistas elegem órgãos sindicais permanentes

Três órgãos sindicais permanentes — de Contratação e Colocações, Comissão do Boletim e Comissão para a Liberdade de Imprensa — vão ser eleitos na próxima quarta-feira no Sindicato dos Jornalistas, destinados a secundar os actuais corpos gerentes.

Concorrem ao acto três listas nelas estando presentes elementos afectos ao P.C.P. e ao M.D.P. (lista «A»), à U.D.P. e Base (lista «B») e ao M.R.P.P. e P. S. (lista «C»), proposta pela Direcção. Em todas as listas integram-se também jornalistas sem opção partidária conhecida.

A primeira lista (constituída pelos jornalistas Gonçalves André, César da Silva e Eugénio Azevedo) obedece às seguintes palavras de ordem «Contra o fascismo! Por uma Informação em defesa das liberdades!»

A segunda lista (Costa Carvalho, Avelino Rodrigues e

Adelino Cardoso) bate-se «Por uma informação antifascista, contra o desemprego, contra a censura e as manipulações».

Finalmente, a terceira lista (Miguel Reis, Fernando Dacosta e António de Sousa) vai às urnas sob a directiva «Por um jornal ao serviço do povo».

Ardeu um prédio em Gaia

PORTO, 28 — Esta madrugada manifestou-se fogo nas instalações da «Indústrias Kapa, artigos de papeleria e brindes», que ocupam três pisos de um prédio da Rua General Torres, em Vila Nova de Gaia.

O fogo, que logo de início tomou grandes proporções, alastrou-se a todo o prédio, cujo rescoeu ficou quase totalmente destruído.

3 tome et

NOVA PROFISSÃO

O sr. Rocha, do «Tempo», montou uma agência funerária e especializou-se em enterros de «jornais estacionados». O «Diário de Lisboa» não está interessado nos seus serviços mas toma nota da abertura do novo estabelecimento.

PRIMEIRO EMPREGO

O dr. Gabriel Ribeiro da Frada, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, especializou-se no estrangeiro em Psicossociologia. Apesar da natureza das habilitações, da característica limitação sectorial da especialização e da falta de qualquer experiência profissional, acaba de obter o seu primeiro emprego: director-geral do Ministério do Comércio Interno.

COMO É?

De um semanário: «O Governo francês vai conceder o estatuto de «refugiados políticos» a 20 criminosos da P.I.D.E./D.G.S.» Regista-se que alguns dos chefes da ex-polícia política fascista foram integrados nos serviços de contra-espionagem daquele país...

A VERGONHA

«A memória dos homens é curta e a vergonha de alguns também não é grande!»

As palavras são de Mário Soares no último número do «Portugal Socialista», referindo-se aos que «se erguem contra a resolução agora tomada» de reconhecer a República Popular de Angola.

Entretanto, lê-se num comunicado do Secretariado do P. S.:

«É contra toda a verdade que se acusa o P. S. de se haver identificado com o reconhecimento da R.P.A. nos termos em que este se efectuou.»

FLAMA: MAIS UMA INSOLÊNCIA

Continuação da pág. 1

comunicado fazem-se graves insultos a Pinheiro de Azevedo. A impressionante difusão dos comunicados da «Flama» e o à vontade com que esta organização vem operando na Madeira, levam à suspeita de que os separatistas contam com protecção de gente importante, cuja influência serve porventura de obstrução a quaisquer medidas que visam acabar, de uma vez por todas, com os atentados bombistas.

A questão é saber quem protege a «Flama» e apoia os petardos e insultos que esta dirige pretensamente em nome do povo madeirense.